

O PRÉ-ESCOLAR

- UM ESTUDO DE LEIS E NORMAS OFICIAIS

LENITA MARIA JUNQUEIRA SCHULTZ

O PRÉ-ESCOLAR:

- UM ESTUDO DE LEIS E NORMAS OFICIAIS

LENITA MARIA JUNQUEIRA SCHULTZ

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Educação.

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Psicologia da Educação
1983

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Ângela Valadares Dutra de Souza Campos que conseguiu despertar em mim a confiança e a ousadia necessárias à realização deste trabalho. Sua orientação inteligente e observações oportunas foram essenciais.

À minha irmã Dêa,
A meu cunhado Ruy,
À minha sogra e a minha mãe
que hospedando-nos e atendendo
a nossos filhos, propiciaram-nos
o espaço necessário e indispensável
que possibilitou a realização
deste trabalho

O PRE-ESCOLAR - UM ESTUDO DE LEIS E NORMAS OFICIAIS

RESUMO	V
1. INTRODUÇÃO	1
2. DIRETRIZES E LEIS	23
2.1 - O Diagnóstico	24
2.2 - Educação e Psicologia	28
2.3 - Higiene, Saúde e Nutrição	37
2.4 - Legislação e Normas	45
3. OS BOLETINS	81
3.1 - Registros Importantes	83
3.2 - Relação de Leis e Pareceres	84
3.3 - Relatório da UNESCO e descrição de trabalhos	85
3.4 - Treinamento e Aspectos Legais	87
3.5 - Outros Relatórios	88
3.6 - Propostas Curriculares	96
3.7 - O boletim nº 10	105
4. O MOBREAL	112
4.1 - O Pré-Escolar no Mobreal	113
4.2 - Atuação e Princípios Metodológicos	115
CONCLUSÕES	129
BIBLIOGRAFIA	137

RESUMO

O presente trabalho consiste num estudo das Leis, Normas e Diretrizes propostas pelo Ministério da Educação e Cultura que, a partir de 1975 até 1980, tiveram maior divulgação e portanto — suponho — muita influência nas programações de educação pré-escolar dos diversos Estados e Territórios da Federação.

De início ressalta-se a importância da educação pré-escolar por si mesma como condição necessária e não contingente para o desenvolvimento humano, descartando-se as abordagens da privação cultural, base da educação compensatória.

A seguir passa-se ao estudo propriamente dito dos documentos selecionados, buscando-se encontrar os propósitos, contradições, dos programas apresentados pelo Sistema Oficial de Ensino como objetivo de contribuir para o alcance de alternativas mais coerentes.

Como Metodologia de Trabalho procura-se estudar os documentos segundo a ordem cronológica de sua publicação de modo a que se possa visualizar numa progressão seqüencial, as ações relativas ao Programa de Educação Pré-Escolar no Brasil.

Conclui-se que, no decorrer de aproximadamente um quinquênio, a natureza do discurso sobre o tema foi mantida quase na íntegra e que as medidas relativas à pré-escola, de modo geral conservaram-se no papel e que, assim mesmo, estas medidas revestem-se dos princípios de "educação compensatória."

Conclui-se também que, sem uma proposta sêria e consistente, que faça da escola um lugar adequado e que faça o professor revestir-se de seriedade e competência, a prê-escola não desempenhará o papel que dela espera a Sociedade Brasileira.

A partir de 81 pode-se notar alguma mudança no discurso e na postura dos técnicos envolvidos com a prê-escola. Os resultados deste redirecionamento do Programa, no entanto, sô poderão ser percebidos daqui a alguns anos, pois as novas propostas encontram-se, ainda, muito incipientes.

ABSTRACT

This work intends to study the Laws, Norms and Aims proposed by the Ministry of Education, from 1975 to 1980, a period of increased interest in the issues of the pre-school education, and, therefore, more activity as far rules and programs, in this specific field, are concerned.

It begins showing the importance of pre-school education as a necessity for human development, rejecting the idea of "cultural deprivation" which leads to the "compensatory education" approach.

Prosseguing, it goes into the analysis of selected document material, with the intention to find out the purposes and contradictions in the Programs offered by the Government using these findings, if any, to achieve more coherent alternatives.

The documents were studied chronologically according to their publication dates, displaying in sequential progression the successive acts taken in relation to Pre-School Program, in Brasil.

It may be said, as a first conclusion, that, along those 5 years, the nature of the official speech on this theme, scarcely changed, never leaving the bureaus of the planners nor the pocket of the politicians. And even this, fully impregnated with the "compensatory education" concept.

As a second conclusion, it became clear that Pre-School is bound to fail, when carryed out without a consistent proposition, specially trained teachers, and adequate instalations.

After 1981 slight changes in the official behavior have been detected, but the results of this, if any, can only be measured in coming years.

1

INTRODUÇÃO

Participando, desde 1976, da Divisão de Atendimento ao Prê-Escolar, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás, como Técnica de Educação, foi-me possível acompanhar e conhecer, de perto, os problemas inerentes à atividade desenvolvida com relação à pré-escola, às dificuldades encontradas pelo grupo e também à grande lacuna deixada pela quase total inexistência deste atendimento, no que se refere às crianças das camadas populares da sociedade.

De fato, o projeto "Desenvolvimento da Educação Prê-Escolar" (1976) já afirmava em seu discurso:

"Em Goiânia, a população pré-escolar, de 3 a 6 anos, é de 55.962 crianças. Deste total, somente 4.231 crianças recebem atendimento através dos seguintes setores: Rede Escolar, Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE/MEC), Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC), Obras Assistenciais das Pioneiras Sociais, Legião Brasileira de Assistência.

Quanto ao número de escolas, (maternal e jardim de infância) verifica-se a existência de 86 unidades, sendo que, somente duas pertencem à rede estadual, e as demais são mantidas por entidades particulares."¹

A constatação deste estado de coisas e as situações então vividas, contribuíram para despertar, em mim, grande interesse pelos problemas do pré-primeiro grau, assim como o desejo de saber que soluções seriam propostas, pelas autoridades governamentais, para atender ao contingente de

crianças existentes nos diversos bairros periféricos goianienses em que a equipe da SEC atuava.

Ainda, a partir da experiência profissional, foi surgindo uma consciência mais precisa da importância deste trabalho sob o ponto de vista social. As leituras sobre o tema, o conhecimento de programas de outros estados e mesmo de outros países, o contato com os escassos levantamentos e estatísticas sobre o assunto, o estudo das recomendações oficiais e as tentativas de colocá-las em prática, foram construindo, em mim, um tipo de pensamento que resultou na opção por este tema, já com outras luzes e outra perspectiva, para a elaboração da dissertação final do Curso de Mestrado em Educação.

Inicia-se, portanto, este trabalho, com a tentativa de demonstrar a importância da faixa etária de 0 a 6 anos para o desenvolvimento humano e conseqüentemente a importância da Educação Pré-Escolar que lhe é proporcionada, buscando situar a referida Pré-Escola face às relações sociais e de produção como aspecto relevante na determinação da situação específica da criança e considerando-se estas mesmas relações como determinantes também da situação da escola (pré-escola) que proporciona atendimento a esta criança.

Considera-se também que a interação do sujeito (a criança) com o seu meio ambiente, é determinada pelas relações historicamente estabelecidas e que o processo psicológico de aprendizagem e adaptação da criança é decorrente desta interação.

Admite-se também a função da escola, (pré-escola) como um fator mediador e socialmente responsável pela legitimação da condução deste processo, assim como se admite a necessidade da garantia e ampliação de oportunidades de educação para as diferentes camadas sociais como um direito legítimo do homem.

Finalmente a presente análise será feita considerando-se a inserção da escola (pré-escola) numa sociedade de classes, mas como um elemento contributivo para que sejam criadas as condições necessárias ao exercício genérico da educação.

A partir destas considerações, torna-se necessário consignar a minha posição com relação à idéia de criança que permeia este estudo. Rejeita-se aqui, uma noção abstrata e universal de criança, reconhecendo-se a existência de crianças inseridas em realidades sociais diversas, cujo desenvolvimento tanto físico, como psicológico e intelectual é influenciado pelas condições do meio ambiente em que vive, pela classe social e portanto, pela cultura familiar.

Esta visão da infância não diminui a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento, pois é uma época em que a pessoa deve poder usufruir de condições básicas adequadas a este mesmo desenvolvimento.

A importância desta faixa etária fundamenta-se, no meu ponto de vista, principalmente em dois fatores: o bio-psíquico, relativo ao desenvolvimento psico-físico e suas relações com a nutrição, e a saúde e o educacional, relativo à aquisição das estruturas mentais essenciais ao conhecimento e a adaptação ao meio físico — o que ocorre através do ambiente familiar ou da escola, já numa perspectiva mais formal.

O primeiro — o bio-psíquico — se refere às conclusões científicas recentes, principalmente nos campos da biologia e da psicologia, demonstrando que o período de 0 a 6 anos é muito significativo para o desenvolvimento humano.

No que diz respeito à nutrição e conseqüentemente à saúde, estudos realizados parecem indicar que, além do alto índice de mortalidade, a desnutrição pode causar efeitos físicos e funcionais irreversíveis, como por exemplo, atraso no crescimento, danos ao sistema nervoso, retardo mental, maior susceptibilidade a doenças infecciosas e de mais moléstias etc. Experimentos em torno destas conseqüências, já foram realizadas em todo o mundo e mais especificamente na América Latina e no Brasil por Nelson Chaves,² J. Craviotto,³ Poppovic,⁴ Patto,⁵ Marcondes,⁶ Gandra,⁷ dentre outros.

Reconhece-se, pois, que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano e que, portanto, as pessoas pertencentes a uma classe social privada das condições mínimas para uma vida sadia, serão

forçosamente prejudicadas. No Brasil, este prejuízo estende-se a um elevado número de crianças, pois, dentre os nos 21 milhões de prē-escolares, apenas 4% recebe algum tipo de atendimento, incluindo-se as escolas particulares. Kramer ao analisar a situação da criança, explica:

"A exploração capitalista imprime sérias marcas às suas vítimas, expressas nas taxas de mortalidade infantil, nas condições de habitação, saúde etc."⁸

No entanto, embora bem consciente destes problemas, reconheço que estes não são os aspectos dos quais a escola deva se ocupar primordialmente. Em primeiro lugar porque são decorrentes do modelo econômico vigente. Em segundo, as soluções imediatas, paliativas ou não, concernem aos órgãos especificamente destinados a este fim.

Já do ponto de vista educacional — que pretende-se seja a tônica deste trabalho — a importância do prē-escolar, tem sido acentuada por autores como Piaget,⁹ Buhler,¹⁰ Dewey,¹¹ dentre outros que mostram, de maneira geral, o desenvolvimento humano como um processo pelo qual

"as formas mais complexas de conhecimento e de relacionamento com o meio físico e social são alcançadas pelo sujeito segundo a estrutura própria de cada idade."¹²

A faixa etária é importante e também a instituição, que reúne as crianças é importante, pois esta deve incluir e favorecer as interações sociais. Esta interação do sujeito (a criança) com o meio ambiente exige que seja respeitado o processo de motivação psicológica pelo exercício de operações lógicas que seriam facilitadas pela escola (prē-escola).

Piaget afirma a este respeito:

"As operações lógicas sō se constituem e adquirem suas estruturas de conjunto em função de um certo exercício, não somente verbal, mas sobretudo e essencialmente relacionado à ação sobre os objetos e à experimentação: uma operação é uma ação

propriamente dita, mas interiorizada e coordenada com outras ações do mesmo tipo, segundo estruturas específicas de composição.

Por outro lado, estas operações não são absolutamente apanágio do indivíduo isolado e presumem necessariamente a colaboração e o intercâmbio entre os indivíduos."¹³

É pois papel das instituições pré-escolares promover e explorar este "intercâmbio".

Piaget diz ainda:

"A educação é... uma condição formadora, necessária ao próprio desenvolvimento natural. Proclamar que toda pessoa humana tem direito à educação não é pois unicamente sugerir, tal como supõe a psicologia individualista, tributária do senso comum, que todo indivíduo, garantido por sua natureza psico-biológica, ao atingir um nível de desenvolvimento já elevado, possui além disso o direito de receber da sociedade a iniciação às tradições culturais e morais; é pelo contrário e mais aprofundadamente, afirmar que o indivíduo não poderia adquirir suas estruturas mentais mais essenciais sem uma contribuição exterior, a exigir um certo meio social de formação, e que em todos os níveis (desde os mais elementares até os mais altos) o fator social ou educativo constitui uma condição do desenvolvimento.

... O problema essencial está em fazer com que a escola se torne o meio formador que a família aspira realizar, sem que nem sempre o consiga satisfatoriamente e que constitui a condição *sine qua non* para um desenvolvimento intelectual e afetivo completo."¹⁴

Piaget¹⁵ conclui este pensamento dizendo que afirmar o direito da pessoa humana à educação significa bem mais do que assegurar a alfabetização e as noções de matemática: é, isso sim, garantir para toda criança o desenvolvimento de suas funções mentais, os conhecimentos e valores que terão influência em sua adaptação social.

A escola seria pois aquele "meio social" facilitador do desenvolvimento que a sociedade precisa para a educação de seus filhos e que no Brasil é privilégio de poucos.

Na teoria Piagetiana encontram-se argumentos que reforçam a necessidade de uma Prê-Escola que reúna condi-

ções e competências suficientes para permitir que crianças de níveis sócio-econômicos baixos atinjam determinados níveis de desenvolvimento.

Diz Piaget:

"Em alguns meios sociais os estágios de desenvolvimento são acelerados, enquanto que em outros eles são sistematicamente retardados. Este desenvolvimento diferente mostra que os estágios não são puramente uma questão de maturação do sistema nervoso mas são dependentes da integração com o meio social e com a experiência em geral... as acelerações ou retardamentos levantam um problema que não foi ainda estudado suficientemente, mas que deverá ser considerado no futuro."¹⁶

A escola deverá pois, possuir a competência necessária para fazer frente a estes problemas quer através de reformulação dos objetivos educacionais quer através de preparação adequada de seus professores que, segundo Piaget, devem ser tanto melhor preparados quanto mais elementar for o nível de ensino a que se dedicam.

Entende-se aqui, portanto, que a educação pré-escolar é necessária e importante para o desenvolvimento humano e que seria desejável fosse oferecida a todas as crianças pois ela, a pré-escola, seria uma ampliação do "ensino básico gratuito que é uma conquista das classes subalternas",¹⁷ uma vez que a sociedade deve garantir a todos os seus cidadãos o acesso à educação e portanto também deve garantir este acesso à clientela pré-escolar.

Cabe ainda ressaltar que, considera-se neste trabalho, a importância da pré-escola como tal e não sob o prisma da abordagem da privação cultural base da educação compensatória.

Para isto, esclarece-se que o conceito de "educação compensatória" tal como se deseja que signifique neste trabalho, refere-se àquelas ações dirigidas aos educandos que não se identificam com os padrões culturais exigidos pela escola, e portanto, pela classe dominante, visando "compensar", "remediar" suas "deficiências".

Seria aquela educação compensatória que, segundo a Professora Maria Helena de Souza Patto, visa "compensar as

deficiências do ambiente de uma classe baixa na promoção de um desenvolvimento psicológico adequado."¹⁸

A Professora Kramer diz, com relação ao conceito em pauta:

"Em síntese, a abordagem da privação cultural postula que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da criança e sua origem sócio-econômica, e que as causas de variações no desenvolvimento devem ser procuradas nas desigualdades culturais das famílias, estabelecidas a partir da classe social a que pertencem."¹⁹

A Professora Cidêa G. de Andrade diz, referindo-se criticamente ao significado da educação compensatória:

"Para os defensores desta Teoria [Poppovic e Souza Patto] as crianças apresentam carências, insuficiências de ordem intelectual, lingüística ou afetiva que é preciso compensar. No bojo de tais teorias, percebe-se a tentativa de considerar o ensino, a cultura, como algo absoluto, norma única e universal a qual todos devem aceitar, sem se dar conta do caráter relativo e social deste ensino e dessa cultura dominante num momento histórico dado. O caráter ideológico de tais concepções dá aos conceitos de 'marginalidade cultural' e 'privação cultural', conotações que os torna automaticamente suspeitos."²⁰

E diz mais:

"Não são (...) as desigualdades enquanto diferenças de classe, que são problematizadas; são as diferenças de cultura. A noção de classe deixou de ser relevante pelo destaque dado às expressões 'privação', 'carência', que pressupõe a inferioridade daqueles que sofrem."²¹

Para a Professora, a escola, numa perspectiva de educação compensatória, vê a criança como carente cultural "considerando estas crianças 'subnutridas' mas não só do ponto de vista alimentar, mas, também, e principalmente do ponto de vista cultural."²²

Considera também os programas compensatórios como "soluções aparentes para carência (cultural, alimentar e de saúde) que mais concorrem para mantê-la, pelos estigmas que

produz." ²³

Mas a Professora Cidêa G. de Andrade ao criticar a educação compensatória, critica também a função da escola na sociedade dizendo:

"A escola, formando indivíduos, trabalhando suas personalidades segundo um sistema normativo, é o espaço político ideal onde as classes dominantes transmitem suas ideologias através de objetivos educacionais sutilmente considerados como culturais." ²⁴

E desta maneira parece-me que não confere ou atribue à escola aquele papel ~~de agente~~ que tanto poderá ser meramente reprodutor dos valores dominantes da sociedade como (de acordo com a Profa. Guiomar Namo) poderá participar da transformação desta mesma sociedade através da transmissão de um saber autêntico — patrimônio de todos e não privilégio de alguns — e do compromisso político.

Sabe-se que no Brasil, inúmeros programas escolares (classes especiais, classes de adaptação, atendimento pré-escolar etc.) são baseados em posturas vinculadas à fórmula privação cultural/educação compensatória. Este tipo de educação é proposto, entre outros objetivos, para eliminar os índices elevados de evasão observados na 1ª série do 1º grau, índices estes causados — segundo a postura das autoridades instrucionais — pelas privações e carências culturais das crianças das classes dominadas.

Ora, o programa pré-escolar que se tem como paradigma neste trabalho deveria valorizar a

"cultura de origem da criança, permitindo-lhe progressivamente, compreender a dominação que sofre e questioná-la, instrumentalizando tal criança para atuar nessa sociedade desigual e competitiva que a torna (a criança) carente." ²⁵

Seria uma escola (pré-escola) exercendo seu papel de mediadora que pode (ou não) reproduzir ou alterar o modo de participação das classes sociais dominadas em seu próprio destino. Isto não através da "educação compensatória das carências culturais" e sim através de um programa escolar que parta da cultura popular sem dissimular os proble-

mas e as condições precárias da classe dominada e que coloque ao alcance desta classe os bens de cultura legítimos que pertencem à humanidade e que por hora são exclusividade das classes dominantes.

Para que isto possa, portanto, realmente ocorrer, se rã preciso que se consiga

"aumentar e manter presente na escola o maior número possível de parceiros oriundos das camadas populares... para garantir a participação dessas camadas na definição do futuro."²⁶

Isto vai requerer, entre outros fatores, aquilo que Mello,²⁷ referindo-se aos problemas de 1º grau, denomina competência técnica, da parte do professor, isto é, grande domínio do conteúdo do saber escolar* e de métodos adequados para permitir a aprendizagem a crianças que não apresentam as condições exigidas pelas classes dominantes.

Esclarecida a conceituação de "educação compensatória", prossegue-se procurando situar historicamente a Prê-Escola.

Para que se possa compreender com maior nitidez a Prê-Escola tal como se nos apresenta hoje, torna-se necessário registrar os momentos mais significativos do caminho por ela percorrido.

A nível internacional, pode-se afirmar que, a respeito dos países desenvolvidos, a escola maternal já existe há algum tempo. Apareceu inicialmente como consequência da revolução industrial no Século XVIII. O interesse por este nível de educação deve ter brotado com finalidades assistenciais,

"com o objetivo de atender crianças submetidas ao trabalho precoce, e cujas mães passavam o dia em fábricas ou oficinas. Oferecendo as crianças mão-de-obra mais barata que a dos adultos, aquelas eram obrigadas a trabalhar de 12 a 16 horas por

* No caso da Prê-Escola seria o domínio das técnicas, métodos e dos conhecimentos relativos à psicologia da aprendizagem e do processo global do desenvolvimento infantil (observação minha).

dia, em péssimas condições de higiene e sob a vigilância de um feitor atento para que não dormissem nem cedessem à distração."²⁸

Na Inglaterra o industrial Owen, por volta de 1916, instituiu creches para os filhos de suas operárias com características filantrópicas. O senhor Owen teve uma excelente visão de como este tipo de assistência* aumentaria a produtividade de suas operárias.²⁹

As tentativas de Owen fracassaram, mas Buchanan implementou este tipo de educação na Inglaterra de onde a idéia transladou-se para a França e para a Alemanha.

Na Inglaterra e na França, a experiência teve cunho assistencialista e de paliativo para algum problema social, enquanto que na Alemanha, com Froebel, teve características pedagógicas.

Um relance sobre a literatura existente, mostra que a preocupação com a criança tem crescido através dos tempos em intensidade e amplitude, expressados de várias maneiras como:

Nos estados Unidos, verificou-se, por volta dos anos 60, um aumento de preocupação com a criança de 0 a 6 anos, caracterizada pelo aparecimento de vários programas (sendo talvez o mais conhecido entre nós o programa "Head Start in Action") da chamada "educação compensatória", destinados a "erradicar a miséria dos Estados Unidos"³⁰ e aumentar a limitada capacidade de aprendizagem da população carente, para que esta pudesse "acompanhar a expansão da tecnologia, especialmente da automação."³¹

A declaração Universal dos Direitos da Criança, com recomendações sobre a educação pré-escolar, votadas por ministros de 88 países reunidos pelo Comitê Internacional de

* Os dicionários definem "assistência" como proteção, auxílio, no sentido geral e a expressão "assistência pública", como serviços gratuitos de natureza diversa prestada pelo Estado aos membros da comunidade social.

No presente trabalho o termo é empregado no sentido de auxílio caritativo, gratuito que caracteriza várias ações relativas ao atendimento prestado à infância, quer por parte do Estado ou de particulares.

Educação³² e recentemente em 1979, a proclamação do Ano Internacional da Criança, a partir do qual a UNESCO apresentou projetos, com propósitos de proporcionar atenção especial ao problema do pre-escolar.

No Brasil, segundo Lourenço Filho,³³ o primeiro jardim de infância foi criado em 1894 pela Professora Maria Guilhermina Loureiro. Por esta época, até cerca de 1970, a educação pre-escolar limitava-se às classes sociais privilegiadas, assim mesmo promovida pela iniciativa particular e sendo estas em número inicialmente muito pequeno, pois a sociedade em geral ainda não sentia necessidade deste atenimento. As crianças das classes populares tinham apenas asistência de creches, asilos e orfanatos e ainda assim em número insuficiente, situação que perdura até hoje.

Somente por volta de 1970 as autoridades governamentais começaram a se preocupar mais seriamente com o tema.

Uma evidência deste fato é que apenas a partir de 1974 o pre-escolar passou a figurar nas estatísticas fornecidas pelo IBGE, outra é que o Sr. Conselheiro Paulo Nathaniel Pereira de Souza³⁴ reconhece que, em que pesem as referências da legislação nacional até a presente data à educação pre-primária, estas foram apenas abordagens superficiais que não contribuíram para incrementar este nível de educação.

Por esta época, foram instados a impulsionar o atenimento ao pre-escolar, outros setores da vida nacional, que não o educativo, tais como o Ministério da Saúde, Previdência Social, Planejamento, Fazenda etc.

Foi criado, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, em cujos objetivos gerais se inclui a redução das carências nutricionais e a "suplementação alimentar às gestantes e nutrízes e crianças menores de 7 anos." ³⁵

Com referência aos dados quantitativos, pode-se afirmar pelo censo de 1970 que de um total de 93.139.034 habitantes, havia no Brasil 19.437.344 crianças entre 0 e 6 anos de idade, isto é, 20,87% da população era (e esta situação perdura) composta de pre-escolares. Isto significa

um contingente muito grande e que cerca de 1/4 da população brasileira era ou é constituída de prê-escolares.

Outro papel da escola, seria o de promotora da i-gualdade social, propiciando (sic) oportunidades de ascen-ção individual a todos.

Esta perspectiva liberal é, no entanto, contraditôria o que se torna evidente em aspectos como

"Há pelo menos quatro décadas que de cada 1.000 crianças ingressantes na 1ª série da escola elementar, cerca de 600 não conseguem passar para a segunda série, são reprovadas ou abandonam a escola."³⁶

Por volta dos anos 30, a escola brasileira se caracterizava por uma prática elitista e seletiva em que pe-se as propostas liberais que a justificavam. Assim, apesar da proposta liberal a escola é elitizante e Anísio Teixeira comente sobre aquele momento social:

"nossa tradição autoritária e semi-feudal, o movimento reacionário e facista da década de 30, no qual veio a se formar a geração atual brasileira."³⁷

Por outro lado, para que o Programa prê-escolar possa ser mais bem situado e analisado dentro de um contexto geral de educação deve ser visto tabmêm dentro deste contexto do pensamento liberal que tem impregnado o sistema educacional brasileiro desde seus começos.

Durante o período mencionado, a década de 30, o atendimento prê-escolar não tinha ainda maior interesse para a sociedade dominante, nem a nível de discurso; era quase uma novidade, quanto muito um despertar de consciências individuais para atender às exigências da nova fase inci-piente do capitalismo. A Prê-Escola não era vista como pertencendo à escola pública, universal e gratuita, preconizada por Anísio Teixeira, mas tinha isto sim, um caráter marcadamente assistencial.

Uma releitura dos levantamentos históricos da educação no Brasil, mostrou-me a ausência de referências dire

tas e esta faixa etária e muito pouco coisa mesmo indiretamente relacionada ao assunto.

No entanto, ainda tentando ver a Prê-Escola dentro de uma conjuntura mais global, proponho-me acompanhar a retrospectiva histórica apresentada por Freitag³⁸ procurando pistas que contribuam para melhor compreensão do problema.

Freitag divide seu trabalho em 3 períodos: o primeiro de 1500 a 1930.³⁹ A economia brasileira era baseada em produtos primários. A política estatal era quase inexistente portanto não exercia diretamente nenhuma forma de controle, cabendo aos Jesuítas reproduzir a ideologia da classe dominante.

No final do período, a independência política acarretou o aparecimento das Escolas Militares iniciando-se a substituição do controle mantido pelas escolas confessionais. O segundo, de 1930 a 1960⁴⁰ é subdividido em duas fases sendo a primeira de 1930 a 1945.

Segundo Freitag, a Crise do Café nesta primeira fase, diminui o poder econômico de seus Barões, permitindo o aparecimento de uma burguesia urbano-industrial.

A sociedade política aumenta seu controle sobre a sociedade civil. É criado o Ministério de Educação e Saúde, responsável por significativas mudanças na educação.

A Constituição de 34 estabelece a elaboração de um Plano Nacional de Educação para coordenar e supervisionar o ensino em todos os níveis.

Outras características do período:

- implantação da gratuidade do ensino;
- surgimento da Constituição de 37 que introduz, entre outras coisas o ensino profissionalizante.

Segunda fase: 45 a 64.⁴¹

Prosseguindo a autora diz que as decisões econômicas passam a ser tomadas internamente devido à crise econômica internacional, reforçada pela II Guerra Mundial.

Mostra outras características:

- maiores chances para a indústria nacional;
- estreitamento dos laços de dependência ao final do período;
- aparecimento de duas tendências políticas, uma

populista e outra antipopulista.

Evidencia que as conseqüências desta situação na política educacional são muito bem representadas pelas controvérsias com relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Campanha de Escola Pública.

Os maiores adversários nesta luta, diz Freitag, foram o Ministro da Educação Clemente Mariani*, autor do 1º Projeto de Lei, documento bastante progressista e democrático para a época e o Deputado Carlos Lacerda**.

Como resultado desta disputa, lembra a autora, surge então a Lei 4.024 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que foi uma conjunção entre as duas tendências citadas.

A análise de Freitag mostra os conflitos e contradições desta Lei, sancionada pela instância política e funcionando na sociedade civil; ressalta a seletividade do sistema de ensino em relação à população em idade escolar "em 1964, somente 2/3 das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas na escola";⁴² critica a proposição "direito e dever da educação" e a pretensa neutralidade escolar.

A partir deste quadro esboçado com base nos estudos de Freitag, ousa afirmar que, condições tão desastrosas, acarretariam tal descontentamento e pressão a nível das camadas sociais subalternas que algumas providências seriam fatalmente tomadas nos anos subseqüentes de modo a fazer crer à classe dominada as boas intenções do governo disfarcando a elitização.

No período compreendido entre 1960 e 1975,⁴³ segundo Freitag, o governo militar no poder abandonou a tentativa de crescimento econômico a partir de um consumo democratizado — proposta que vigorava nos anos anteriores à revolução de 64 e que poderia ameaçar a sobrevivência do capitalismo — prevalecendo o grupo que opta pelo aproveitamento do mercado externo.

Para possibilitar esta forma de atuação e garantir

* Em 1948.

** "Substitutivo Lacerda" - 1959.

às classes dominantes o controle dos movimentos das massas oprimidas, surgem, diz Freitag, as Forças Armadas e a influência militar. E prossegue:

A educação estava então a serviço dos interesses do minantes sob a forma de mais um controle para assegurar o estado de coisas.

Freitag continua analisando a política educacional até 75 sob os aspectos de legislação, planejamento e realidade educacional.

No entanto, neste ponto do trabalho, cabem-me algumas observações sobre a releitura realizada até então, de modo a melhor explicar o porque da pelo menos aparente preocupação institucional atual com o pré-escolar.

Freitag examina pontos importantíssimos da política educacional desde 1500, detendo-se com mais detalhes na fase 64/75 em que enfatiza a legislação do ensino na Constituição de 67, a institucionalização do Mobral, a Lei nº 5.692, o Ensino Supletivo, o Planejamento Educacional, mas não menciona as incipientes preocupações governamentais com a Pré-Escola.

Analogamente ao posicionamento da referida autora, quero colocar como causa do recrudescimento daquelas preocupações, as mesmas com que Freitag explica as "novidades" da educação brasileira na época: abandonada a opção pelo consumo democrático, aumenta a pressão popular exercida so bre a classe dominante e a educação pré-escolar aparece co mo mais um mecanismo para abrandar pressões ao lado do Mobral, Ensino Supletivo, as várias reformas de Ensino etc.

A Professora Kramer⁴⁴ associa os períodos de exacerbamento do autoritarismo a providências relativas ao atendimento infantil. Esta posição combina com a visão da Professora Freitag sobre a educação em geral e com o encaminhamento de meus estudos. Assim como o Mobral⁴⁵ foi um instrumento de "contenção" e "cooptação" do operário o Programa do Pré-Escolar o é para as famílias "carentes".

A expansão da Pré-Escola por volta de 1970, faz parte deste mesmo processo, vindo talvez como um reforço de que lança mão a classe dominante para assegurar sua posição.

O progressivo achatamento salarial da classe média, o afastamento das classes operárias e das massas das decisões governamentais nesta época exigiam paliativos e dissimulações entre os quais pode-se contar o crescimento da preocupação com o pré-escolar, expressa pelas soluções de compensação de carências, tal qual estão sendo propostas, pelo Governo, no momento deste estudo.

Além disto, esta visão geral da educação brasileira desde os seus primórdios, permite-me afirmar, com mais segurança, que nos períodos iniciais da História do Brasil, este nível de atendimento não constitua problema ou preocupação para a sociedade política porque a economia estava orientada em outra direção não havendo exigências por parte da classe dominada com relação à educação geral e muito menos com relação à pré-escola. Mesmo porque "a instrução não se constitua em um valor predominante que chegasse a motivar a população."⁴⁶ Vale lembrar a característica colonialista do modelo econômico brasileiro neste período.

Acrescenta-se à análise da autora as seguintes observações: a assistência à infância até 1930, aproximadamente, como já foi dito, limitava-se a ações individuais, iniciativas de grupos de particulares, às vezes médicos e algumas creches, orfanatos e asilos que abrigavam crianças abandonadas mas em número estatisticamente sem significação. Importante, na época, foi a criação, no Rio, em 1899 do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Brasil, e em 1919, a do Departamento da Criança no Brasil, sob a responsabilidade do Estado.⁴⁷ Estas ações no interesse da criança coincidem, a propósito, com os governos fortes das primeiras décadas após a proclamação da república.

Há ainda que lembrar que este período coincide com a maior participação da mulher no mercado de trabalho por força da industrialização nacional, o que também contribui para o aparecimento da questão do pré-escolar.

A partir dos anos 30 vem crescendo a demanda da educação pública e da pré-escola, por camadas cada vez mais amplas da sociedade.

Também porque política educacional não vem atendendo, de forma adequada, a esta pressão que se verifica até

pela imposição demográfica, a questão da pré-escola tem se colocado cada vez mais agudamente.

O objetivo deste trabalho é estudar aqui o processo de orientação da Pré-Escola no período de 1975 até aproximadamente 1980, por ter sido este o momento em que se observa maior preocupação governamental com o problema, expressa, entre outras coisas, pelo adensamento da legislação.

Procurando alcançar o mencionado objetivo, proceder-se-á um estudo detalhado das normas e diretrizes mais difundidas pelos órgãos governamentais no período e que portanto — pode-se supor — tiveram maior influência sobre os elementos envolvidos no Programa de Educação Pré-Escolar, assim como das leis e pareceres mais diretamente relativos ao tema, que apareceram nesta época. Tudo isto com o objetivo de desvendar um pouco mais o tipo de abordagem implícada no discurso oficial. Para tal, buscou-se proceder ao exame das orações e expressões utilizadas pelo discurso oficial visando encontrar os propósitos e contradições existentes e desta forma desmistificar o trabalho que hoje é proposto pelo sistema, de modo a permitir ou facilitar alternativas futuras mais coerentes com a "luta pela democratização da educação."⁴⁸

Finalmente, vale lembrar o valor para a criança, da educação dentro de uma concepção democrática, repetindo o que diz a Profa. Kramer:

"revestidas de um cunho realmente pedagógico e voltadas, não a uma criança abstratamente concebida, mas a crianças concretas, as diferentes pré-escolas poderão beneficiá-las garantindo a efetividade do trabalho escolar."⁴⁹

E a Professora acrescenta:

"No entanto a educação pré-escolar precisa ser considerada como um direito dos filhos das classes sociais dominadas a quem são dificultadas e até mesmo impossibilitadas as mínimas condições de vida. Não se pode esquecer que as análises sobre o tipo de educação pré-escolar proposta se referem a apenas 3,51% dos 21 milhões de crianças

que têm o direito de recebê-la."⁵⁰

As análises de documentos oficiais que se seguem mostram ações relativas à educação pré-escolar, além de leis, normas e diretrizes que, vistas dentro da ótica até agora esboçada, terão como causas explicativas de seu surgimento os mesmos argumentos aqui colocados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Secretaria da Educação do Estado de Goiás - Projeto: "Desenvolvimento da Educação Prê-Escolar-1976. p. 1. (mimeografado)
2. CHAVES, Nelson. Nutrição e Encéfalo. *Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana*. Washington, 71(1) : 21-23, 1971.
3. CRAVIOTTO, Joaquim. La Desnutricción Proteico - Colórica y el Desavolho Psicológico del Niño. *Boletín de la Oficina Sanitária Panamericana*. Washington, 41(4) : 285-306, 1966
4. POPPOVIC, Ana Maria. Atitudes de Cognição do Marginalizado Cultural. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, INEP (57), abril/junho, 1972.
5. PATTO, Maria Helena Souza. *Privação Cultural e Educação Prê-Primária*. Rio, José Olímpio, 1977.
6. MARCONDES, R. S. *Educação Sanitária em Nível Nacional*. S. Paulo, 1968. (Tese de Doutorado. Faculdade de Higiene e Saúde Pública - USP).
7. GANDRA, Yaro Ribeiro. Assistência Alimentária por Medio de Centros de Educação y Alimentación del Preescolar. *Boletín de la Oficina Sanitária Panamericana*. Washington, 74(4):302-314, abril, 1973.
8. KRAMER, Sônia. *A política do prê-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1982. p.
9. PIAGET, Jean. *Para onde vai a Educação?* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976.
10. BUHLER, Charlotle. *O Professor, o Aluno e seus Problemas*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.
11. DEWEY, John. *A Criança e o Programa Escolar. Os Pensadores*. S. Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 157-191.
12. DUTRA, Ângela Valadares (coordenadora). *Estudos das Instituições de Atendimento ao Prê-Escolar, na Perspectiva de seus Objetivos e Recursos Humanos*. Projeto de Pesquisa.
13. PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976. p. 62.

14. Ibidem, p. 39-40.
15. Ibidem, p. 40.
16. ALMEIDA, Vera Maria de Moura. *Escolaridade, Nível Sócio-Econômico, Nível Mental e Provas Operatórias de Jean Piaget: Estudo Comparativo em Crianças de Goiânia*. Goiânia, UFG, 1977 (Tese de Mestrado. Mimeografada. Citação à p. 124-125).
17. MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau: Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. S. Paulo. Cortez, 1982. p. 146.
18. PATTO, Maria Helena Souza. *Privação Cultural e Educação Pré-Primária*. Rio, José Olímpio, 1977. p. 51.
19. KRAMER, Sônia. *A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro. Achiamê, 1982. p. 35.
20. ANDRADE, Cidêa Gonçalves de. *A Educação da Criança Carente nas Classes de Adaptação*.
21. Ibidem, p. 25.
22. Ibidem, p. 23.
23. Ibidem, p. 6.
24. Ibidem, p. 45.
25. KRAMER, Sônia. *A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro. Achiamê, 1982. p. 46.
26. MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau: Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. S. Paulo. Cortez, 1982. p. 146.
27. Ibidem, p. 145.
28. SILVA, Amil Therezinha Oliveira de Assis. *O Pré-Escolar no Município de Cuiabá*. Subsídios para um diagnóstico. Rio de Janeiro, F.G.V., 1982. Tese de Mestrado. p. 11.
29. LOURENÇO FILHO, M. B. *Aspectos da Educação Pré-Primária*. Rio de Janeiro. Sylvio Romano, 1959.
30. RILEY, Clara M. D. & EPPS, Francis M. J. *Assistência ao Niño Preescolar*. Buenos Ayres. Humanitas, 1977. p. 344. (pub. orig. inglês 1967, tit: Head Start in Action).
31. FERRARI, Alceu R. & CASPARY, Lúcia B. V. Distribuição

- de Oportunidades de Educação Prê-Escolar no Brasil. *Educação e Sociedade*. S.P. UNICAMP/Cortez & Moraes, ano II, nº 5, Janeiro, 1980. p. 65.
32. LEBERT, S. Herximère. L'Ecole Maternelle Française. *Tendances*. Paris. IGC, St. Étienne, nº 40, abril, 1976. p. 217-132.
 33. LOURENÇO FILHO, M. B. *Aspectos da Educação Prê-Primária*. Rio de Janeiro. Sylvio Romano, 1959.
 34. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 4*. Brasília, 1975.
 35. BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Social. Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Rio de Janeiro, IBGE, CSG, 1976. p. 25.
 36. MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau*. Da Competência Técnica ao Compromisso Político. São Paulo, Cortez, 1982. p. 44.
 37. TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é Privilégio*. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1975. p. 106.
 38. FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. S. Paulo. Edart, 1978. p. 38.
 39. Ibidem, p. 39-42.
 40. Ibidem, p. 42-47.
 41. Ibidem, p. 47-62.
 42. Ibidem, p. 53.
 43. Ibidem, p. 65-129
 44. KRAMER, Sônia. *A Política do Prê-Escolar no Brasil*. A arte do disfarce. Rio de Janeiro, Achiamê, 1982. p. 58.
 45. FREITAG, Bárbara. *Escala, Estado e Sociedade*. S. Paulo, Edart, 1978. p. 83.
 46. DUTRA, Ângela Valadares. *A Formação do Professor em Escolas Normais: um estudo avaliativo*. Rio de Janeiro, IESAE-FGV/INEP - MEC - 1979 - Pesquisa. Mimeog. p. 24.
 47. KRAMER, Sônia. *A Política do Prê-Escolar no Brasil*. A arte do disfarce. Rio, Achiamê, 1972.
 48. Ibidem, p. 119.
 49. Ibidem, p. 103.
 50. Ibidem, p. 95.

2. DIRETRIZES E LEIS

2.1. O DIAGNÓSTICO

2.2. EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

2.3. HIGIENE, SAÚDE E NUTRIÇÃO

2.4. LEGISLAÇÃO E NORMAS

2 DIRETRIZES E LEIS

Pretende-se aqui, realizar um estudo detalhado de Leis, Diretrizes e Normas existentes que têm regulamentado o atendimento ao pré-escolar, principalmente com relação aos aspectos educacionais desde 1970, aproximadamente até 1980. Para isto, procurou-se selecionar documentos relativos ao tema em pauta, produzidos pelo principal órgão normatizador para esta área de ensino: o MEC. Assim, revisou-se inicialmente três volumes publicados pelo Ministério da Educação, em uma primeira edição quais sejam: "Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil",¹ "Educação e Psicologia"² e "Higiene, Saúde e Nutrição".³ Seguiu-se o estudo de outro documento do MEC, "Legislação e Normas de Educação Pré-Escolar"⁴ que contém todos os artigos das diferentes leis e pareceres que se referem à Pré-Escola, desde 1967. Foram também estudados Boletins sobre o atendimento pré-escolar distribuídos pelo MEC às Unidades Federadas com finalidades de informação e divulgação de matéria relativa ao tema, desde 1975.

Todos estes documentos tiveram divulgação muito ampla nos estados e suas sugestões e informações eram largamente difundidas e acatadas pelas equipes que, a nível de Secretarias estaduais, ocupavam-se da implantação e implementação do atendimento pré-escolar.

Esta afirmação é possível porque, como registrei na Introdução do Trabalho, eu era da equipe de Atendimento ao Pré-Escolar da SE-GO, tendo tido a oportunidade de acompanhar de perto esta divulgação.

Os três primeiros títulos mencionados foram elaborados no período em que a Profa. Anna Bernardes Silveira Rocha era diretora geral do então Departamento do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que 100 técnicos⁵ dos Estados, Territórios e Distrito Federal, estudaram, analisaram e apresentaram sugestões aos textos provisórios referentes aos Volumes "Educação e Psicologia" e "Higiene, Saúde e Nutrição", durante o curso* para Multiplicadores⁶ ministrado pelos próprios autores em julho de 1976.

Esclarece-se que a estrutura destes dois volumes é composta de capítulos com sequência lógica, mas elaborados por autores diferentes e de diferentes áreas do conhecimento, cujos nomes aparecem, nos livros, assinalados no rodapé da página inicial de cada um dos capítulos e que a elaboração de ambos foi orientada pelo Professor Vital Didonet, na época coordenador da COEPRE.⁷

Passa-se, então, ao estudo da primeira publicação qual seja: "Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil."

2.1 - O Diagnóstico

A presente obra é um importantíssimo trabalho do professor Vital Didonet, que contém dados e informações fundamentais para a compreensão do que é, do que significa a atenção concedida ao prê-escolar no Brasil.

A primeira parte refere-se aos aspectos gerais de um quadro referencial, abrangendo desde a legislação geral da República sobre a organização da educação brasileira, até os aspectos específicos do prê-escolar. Refere-se também, aos três níveis do processo administrativo da educação, quais sejam, o Federal, o Estadual e o Municipal; ao planejamento estadual global da educação, instituído no Brasil pela Lei nº 4.024/61; ao sistema de financiamento da educação que, no Brasil, é oriundo de fundos públicos e pri

* Participei deste treinamento.

vados, mencionando as fontes dos recursos públicos, aplicados em programas educacionais.

Ainda na primeira parte, o Professor Didonet analisa com posição realista, os aspectos mais relevantes da educação brasileira.⁸ Descreve, ilustrando com quadros e tabelas, a população brasileira e sua distribuição geográfica e etária. Com isto, chega a importantes conclusões como: 20% da população brasileira tem menos de 7 anos; quanto mais baixa a renda e mais carente a região, maior o índice de natalidade.

Os aspectos sociais e econômicos, a criança pré-escolar carente e os reflexos de tudo isto na escola de primeiro grau, são os problemas que o Professor Vital aborda, no final da primeira parte, com clareza. Mostra, também por tabelas e estatísticas, a precariedade da situação de cerca de 17 milhões de crianças, das quais 70% são sub-nutridas ou desnutridas.⁹ Na segunda parte, o Professor Vital estuda como se processa o atendimento ao pré-escolar no Brasil, do ponto de vista dos organismos envolvidos e sua atuação. Apresenta¹⁰ um organograma das instituições federais, estaduais e municipais, com atividades voltadas para pré-escolares.

Verifica-se, no texto, importante referência¹¹ a um seminário envolvendo instituições como PRONTEL, VCBTVE* do MEC, a Fundação Anchieta de TVE de São Paulo, com o objetivo de definir normas para o uso da TV na educação pré-escolar. Prevê, para daí a um ano, a elaboração de projeto para a produção de uma série de programas visando a conscientização da comunidade sobre a importância da educação pré-escolar e os cuidados familiares a serem dispensados à criança.

Com relação à TVE, o "Diagnóstico" afirma que foram mantidos contatos com a área privada (Rede Globo de Televisão) para estabelecer convênio entre as duas empresas de maneira que os direitos de reprodução e divulgação da série

* Programa Nacional de Telecomunicação (PRONTEL) - Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE).

coubessem a TVE; o Departamento de Educação Fundamental encarregar-se-ia dos aspectos pedagógicos do programa e da "recepção organizada"¹² nos Estados, envolvendo local, pesoal docente para monitoria, material didático de apoio etc.

No entanto, posso afirmar, como testemunho pessoal, que, pelo menos com referência ao Estado de Goiás, esta programação não chegou a sair do papel e a série que havia sido proposta para iniciá-la, "O Sítio do Pica-Pau Amarelo", não passou de um programa de boa qualidade, mas rotineiro, sem cumprir os propósitos específicos mencionados no "Diagnóstico".

Por que o projeto não se realizou na íntegra, não se sabe.**

O Professor Didonet salienta que, em princípios de 1975, o Departamento de Educação Fundamental do Ministério de Educação e Cultura criou uma Coordenação de Educação Pré-Escolar (CODEPRE) destinada a iniciar estudos e contatos com vistas à elaboração de um plano de educação pré-escolar. Esclareço que esta coordenação atua até hoje, com a sigla modificada para COEPRE e mantém contato direto com as Coordenações Estaduais do atendimento ao pré-escolar, através de assistência técnica, supervisão, apresentação de subsídios etc.

A seguir o texto descreve com algum detalhe, a atuação dos vários Ministérios, assim como dos organismos de âmbito estadual e municipal e instituições privadas no que concerne à Pré-Escola. Detém-se também o Professor em apresentar as várias modalidades deste nível de educação existente entre nós, assim como currículos e metodologias, materiais didáticos, recursos humanos, a situação da pesquisa na área, aspectos físicos, recursos financeiros e apoio administrativo.

O Professor encerra o trabalho resumindo as dificuldades encontradas na implantação de um programa de atendi-

** Na época eu era funcionária da Secretaria de Educação de Goiás — Equipe do Pré-Escolar — e nenhuma explicação foi apresentada ao grupo.

mento ao pré-escolar, afirmando estar consciente de que as soluções propostas e efetivadas até então, estariam em nível de paliativos (vejo ajustes funcionais do sistema), sendo necessária a captação e mobilização de recursos de monta para que haja, de fato, um atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade.

Dentre os principais problemas, Didonet ressalta:

- dispersão de esforços;
- superposição de programas: muitos organismos prestam assistência à criança nos mesmos aspectos;
- as crianças mais carentes não são maioria nas instituições públicas;
- oferta de vagas ainda muito limitada;
- inexistência de metodologia definida;
- horários muito curtos;
- necessidade e dificuldades em se aproveitar os espaços físicos da comunidade.

A partir do exposto posso concluir que, embora o Professor Vital Didonet mostre a situação do pré-escolar no Brasil, não apresenta — mesmo porque talvez não tenha sido seu objetivo — os motivos, as causas de tal situação, carecendo o trabalho em questão de uma análise conjuntural que explique tais ocorrências, a partir de uma visão histórica que o situe no sistema capitalista brasileiro.

O discurso do MEC explicitado por uma equipe encabeçada pelo Professor Vital Didonet é — enquanto discurso teórico — bastante consciente dos sintomas da realidade brasileira, apresentando estatísticas que mostram o quão pequeno, para não dizer insignificante, é o número de crianças da classe popular que realmente recebem atendimento em alimentação, saúde e educação: 21% da população está entre 0 e 6 anos e destes apenas 20% recebem assistência em saúde e nutrição; os não assistidos são cerca de 17 milhões de crianças.¹³

2.2 - Educação e Psicologia

Este volume, em 5 capítulos aborda noções gerais sobre a criança pré-escolar, sua educação, o acompanhamento e a avaliação das crianças e as características do educador.

2.2.1 - Colocações Iniciais

O Professor Didonet é o responsável por dois blocos de assuntos neste volume: Colocações Iniciais e Educação Pré-Escolar.

No primeiro ele faz, a princípio, uma breve exposição sobre a importância da educação pré-escolar, chamando atenção para os aspectos social e biológico e suas implicações: a relação entre idade e desenvolvimento cerebral; idade e estrutura de comunicação lingüística; experiências emocionais e determinação da auto-imagem.

Explica a influência das carências alimentares e de saúde sobre o desenvolvimento da criança e a impossibilidade de que as famílias de baixo nível sócio-econômico têm de, em que pese seu esforço, obter o êxito almejado. Fala também sobre o papel da escola, abrigando crianças, que, de outra forma, passariam o dia todo sozinhas ou na rua, em ambientes desorganizados.

O documento ressalta que em 1975, estimava-se, no Brasil, cerca de 21.000.000 de pré-escolares (20% da população total) e, no entanto "apenas cerca de 600.000 crianças são atendidas atualmente em alguma instituição pré-escolar", e destas "cerca de 44% das matrículas pertencem a instituições particulares".¹⁴

Como se vê, as crianças das famílias de baixa renda são as que têm menor acesso à educação pré-escolar. Segundo o autor, estas razões justificam a ampliação das oportunidades educacionais, na pré-escola, visando ao aumento da quantidade e a melhoria da qualidade do atendimento. Enfatiza também a qualidade do atendimento prestado nesta faixa etária e estabelece alguns pontos centrais dessa impor-

tância; a formação dos educadores pré-escolares; a necessidade do conhecimento da criança brasileira e do ambiente sócio-cultural em que vive.

O documento sugere, como forma de se obter a melhoria do binômio qualidade & quantidade, a procura de novas maneiras de atendimento como:

- o uso de locais pré-existentes;
- rodízios de grupos de crianças para usos dos espaços;
- o aumento do número de professores em relação ao número de crianças;
- a obtenção da cooperação da família, irmãos e principalmente mães, estas de forma obrigatória (sic) gratuita e em sistema de rodízios (alguns dias por mês para cada grupo de mães);
- uso de material de sucata para o trabalho das crianças.

O item "Prioridade para o Atendimento" acentua que esta prioridade refere-se às "crianças carentes"¹⁵ de quatro, cinco e seis anos, apresentando duas razões para isso:

- a) as idades anteriores estão mais cobertas pelos setores saúde e alimentação;
- b) são as idades mais próximas ao ingresso na escola, possibilitando-se continuidade entre educação pré-escolar e escolar.

Outra prioridade assinalada nesse manual é para as áreas periféricas urbanas, de preferência às áreas rurais, onde a satisfação das necessidades alimentares e a convivência familiar são melhores.

O texto acentua especificamente que a finalidade esta pequena coleção é a de auxiliar os educadores pré-escolares, em suas atividades diárias, assim como de servir de apoio em cursos e treinamentos de pessoal.

Diz o Prof. Didonet:

"Reunimos um grupo de especialistas nos diversos aspectos do desenvolvimento infantil para que escrevessem textos práticos que viessem a suprir, em parte, a carência bibliográfica específica. Incluímos as áreas de educação, saúde, nutri-

ção e envolvimento comunitário em primeiro lugar, por considerarmos necessário que o educador prē-escolar tenha uma visão global integrada dessas áreas.

Em segundo lugar, porque os programas dirigidos às crianças de ambientes sócio-economicamente mais baixos devem incluir educação, alimentação, cuidados de saúde e participação da família e da comunidade."¹⁶*

O Prof. Didonet diz também que os textos tem formulações genéricas, apresentando, no entanto, preocupação maior com problemas que afetam às crianças mais carentes.

A expectativa do autor era de que esses livros fossem usados no trabalho diário do professor e como textos básicos no treinamento do pessoal para educação prē-escolar.

A seguir são apresentadas algumas características dos textos: o autor situa a obra dentro de uma concepção humanista, chama a atenção para a sua linguagem simples, para a flexibilidade de suas proposições e para o fato de que a aprendizagem da leitura e da escrita ou mesmo alfabetização não são os objetivos mais importantes da prē-escola. No entanto, dentro do espírito desta obra, a preparação se faz, ainda que de modo indireto.

Para concluir o estudo desse primeiro capítulo, parece importante ressaltar o que transparece nas expressões utilizadas pelo Prof. Didonet, ao dirigir-se aos seus leitores, isto é, aos professores prē-escolares. Estas expressões supõem o professor na sala de aula com o "coração alegre e o rosto sorridente." Supõe, também, "dedicação, amor, sorriso, carinho, força, atenção" etc.

O autor acredita que o professor tenha ajudado as crianças a "viverem momentos felizes e crescerem no corpo e na alma." Vê o professor repleto de "sensibilidade e jeito para lidar com as crianças."¹⁷

No entanto, questiono essas afirmações do Prof. Didonet: terá realmente o professor prē-escolar essas atitudes? Seria de se esperar que tivesse essas atitudes? Este

professor possuía, em 1977, ou tem hoje a consciência de que sob os corpos enfraquecidos das crianças carentes "se esconde uma alma maior que o mundo"? A formação deste professor, seus salários, suas condições de trabalho, permitem esta atitude, esta dedicação e disponibilidade? O papel da escola, expresso no documento não poderia ser classificado como simplista? São questões que tentaremos responder no percorrer do estudo dos diversos documentos.

2.2.2 - A Criança Prê-Escolar*

Esta segunda parte relata:

- 1) as características evolutivas da criança a partir de um ano, com maiores detalhes relativos à criança a partir de 4 anos. Este detalhamento é apresentado segundo as três áreas do desenvolvimento: físico e motor; mental; sócio-emocional;
- 2) as necessidades básicas do pré-escolar: segurança material, emocional e intelectual, amor, recreação e orientação — e os prejuízos que a sistemática insatisfação dessas necessidades poderá acarretar;
- 3) os princípios fundamentais da psicologia do pré-escolar, descrevendo o comportamento da criança segundo a faixa etária, abrangendo dos 3 aos 6 anos;
- 4) alguns problemas fundamentais da idade pré-escolar: masturbação, ansiedade, medo, raiva, ciúme.

2.2.3 - Educação Prê-Escolar *

Nesta seção o Prof. Didonet, de início propõe como objetivo da educação pré-escolar "o desenvolvimento global

* Maria Lúcia Thiesen: Educadora e Mariane Agostini Villalba Alvin: Psicóloga.

e harmônico da criança", e discorre sobre o tema Desenvolvimento Humano e Educação Prê-Escolar, procurando responder às questões: o que é educação? É possível a educação prê-escolar? É necessária a educação prê-escolar?

A seguir estuda o desenvolvimento infantil por áreas, a fim de facilitar a observação a ser realizada pelo professor. Especifica as áreas físico-motora, mental, emocional e social. Propõe objetivos para cada uma das áreas, examinando a atuação básica em cada uma, assim como os meios favoráveis para o desenvolvimento da criança em cada área.

Por exemplo:

1 - Como meios favoráveis ao desenvolvimento da inteligência o autor assinala aqueles que proporcionam os estímulos e as atividades necessárias ao desenvolvimento mental, ao desenvolvimento específico da linguagem e ao desenvolvimento da criatividade.

2 - Na área do desenvolvimento social o Prof. Didonet considera como característica adequada do meio, aquele ambiente em que: a criança sente-se aceita pelos pais, é amada e recebe atenção, sente a presença da mãe, convive em grupos de adultos e de crianças, pode dedicar-se aos jogos simbólicos, brinca com os pais, irmãos e outros adultos.

Com referência ao presente capítulo (3º - Educação Prê-Escolar - Objetivos da Educação Prê-Escolar) pode-se perceber o uso de certa terminologia de Piaget, quer seja através de citações, do emprego de expressões como "assimilação", "incorporar",¹⁹ e de algumas idéias que transparecem no texto, mas sem uma tentativa de aplicação dos conceitos fundamentais da teoria.

Por outro lado o Professor mostra e transmite certamente aos leitores, um cunho de religiosidade, misticismo e idealismo ao recomendar, de maneira paradoxal, que as pessoas se conduzem no caminho da "bondade, misericórdia, da generosidade"²⁰ ao mesmo tempo que recomenda "usar os conhecimentos, analisar logicamente e tomar posição racional diante dos fatos."²¹

O item 3 - Atividades de Educação Prê-Escolar,²² está organizado da seguinte forma:

a) "Atividades de livre escolha" abrangendo atividades artísticas, (quadro especificando atividades, idade, material e observações),²³ dramatizações, jogos de montar e carpintaria. Cada um desses temas vem acompanhado de explicações de caráter geral e exemplos de atividades variadas para o educador e de uma sugestão de avaliação de resultados da atividade (Exemplo: as crianças tomaram conhecimento dos novos materiais? Socializaram-se mais?), além de modelos de objetos em madeira ou papelão, de fácil confecção, tais como: estantes, cavaletes, papelarias, caixas, armários, caminhas e fogõezinhos, jogos de montar etc.

b) "Atividades orientadas" — são aquelas realizadas por todo o grupo ao mesmo tempo sob a orientação do educador.

Sobre este assunto o manual apresenta sugestões gerais para a orientação do educador com relação à atividade, e, a seguir, detalhes sobre cada um dos temas: histórias próprias para crianças pequenas e os recursos que auxiliam esta atividade, como flanelógrafo, quadro de pregas, álbum seriado, cineminha etc; dramatizações (agora sob forma de peças teatrais), como teatro de sombra, teatro de varas, teatro de fantoches, e os desenhos e descrições necessárias à sua confecção; rodinhas — são momentos em que toda a turma se reúne em semi-círculo para conversar com a professora (planejar, avaliar, informar-se etc.); excursões — sempre atendendo a necessidades e interesses do grupo; experiências e observações: podem ter como tema: alimentos, pessoas, animais, vegetais, o ar, o vento, a chuva e outros elementos da natureza ou objetos dentro da faixa de interesse da criança. O manual apresenta,²⁴ quadros sobre os assuntos mencionados, especificando os objetivos, a idade, o material e o desenvolvimento aplicado à atividade; expressão corporal; e atividades relacionadas ao desenvolvimento da percepção e de conceitos matemáticos.

Além das atividades já abordadas, o capítulo apresenta sugestões sobre atividades mistas (jogos e brinquedos ao ar livre), sobre atividades de rotina envolvendo alimentação, higiene, repouso e um quadro-resumo²⁵ relacionando objetivos, atividades, equipamentos, material de con

sumo, local e duração.

A organização do ambiente da pré-escola é o tema final do capítulo.

O capítulo IV versa sobre acompanhamento e avaliação, com detalhes a respeito de fins, métodos e técnicas de entrevistas, além de exemplos e explicações sobre fichas de observação e seu uso.

Com relação às atividades na pré-escola, o documento me parece equilibrado e acessível, podendo constituir-se numa orientação bastante adequada para complementar a formação de recurso humano para este nível. No entanto, o capítulo referente ao acompanhamento e avaliação apresenta sugestões sofisticadas e fora da realidade se se considerar as condições gerais do Programa de Atendimento Pré-Escolar. Uma amostra disto são as fichas de observação anexas a este capítulo. (Anexo I).

2.2.4 - O Educador

O capítulo V é sobre o educador e, por isso mesmo merece uma análise mais apurada. Fala, inicialmente, sobre a formação do educador, insistindo na importância dessa formação.

Coloca como muito recomendável e desejável a existência de especialistas em educação pré-escolar a nível de graduação com possibilidade de chegar à pós-graduação, mestrado e doutoramento. Não obstante, a meu ver, as instruções do Parecer 1600/75, do CFE são apenas a formação do professor pré-escolar, a nível de segundo grau, através do 4º ano do curso formação para o magistério ou estudos adicionais, objetivo este, bastante modesto, porém, raramente atendido na maioria dos Estados.

Recomenda treinamento para professores com formação de 2º grau, para profissionais e voluntários, face à escassez de recursos e de agências de formação de especialistas.

Classifica o treinamento em:

1) pré-serviço, isto é, anterior ao início das atividades que segundo o enfoque deste manual não "se restringe à transmissão de conhecimentos e informações. Vai muito além: pretende levar o indivíduo ao maior desenvolvimento de suas potencialidades"...²⁶;

2) treinamento em serviço, é aquele em que a orientação prestada visa auxiliar o educador a "resolver seus problemas, melhorar seu desempenho e aprimorar suas habilidades"²⁷;

3) reciclagem periódica, é aquele realizado como processo de atualização de pessoal. E o manual frisa: "todos, no entanto, precisam ser treinados."²⁸

A programação da reciclagem poderá, segundo o texto, basear-se nas principais dificuldades sentidas pelo grupo, a partir da aplicação da "ficha de auto-avaliação para o educador."²⁹

O capítulo V³⁰ propõe um "quadro" dos "conteúdos para um programa de treinamento"; é muito abrangente em seus temas (saúde, nutrição, administração, educação e envolvimento da comunidade) e engloba o desenvolvimento infantil, desde a vida intra-uterina até os 6 anos de idade.

Finalmente, o presente livro estabelece a importância das características pessoais do educador de crianças pequenas. Neste sentido chama-se a atenção para algumas atitudes assinaladas como: flexibilidade, senso de humor, juventude, curiosidade, capacidade de amar, voz agradável, saber rir, ser "bonito", ser sincero (sic).

2.2.5 Resumo

Em resumo, o título revisado apresenta como temas relevantes, os seguintes aspectos:

- efeitos das carências alimentares sobre a saúde e desenvolvimento da criança;
- a situação da criança oriunda de famílias de baixo nível sócio-econômico;
- a formação de educadores pré-escolares;

- o uso de novas formas de atendimento (com relação a locais, colaboração da família e da comunidade);
- a necessidade do uso da presente obra por parte dos educadores pré-escolares (na prática quotidiana e em todos os tipos de treinamento);
- aprendizagem da leitura e da escrita não são os objetivos mais importantes da pré-escola;
- características do educador pré-escolar: dedicação, carinho, alegria, resistência, sensibilidade, jeito etc.
- características evolutivas de uma criança de 1 a 5 anos;
- necessidades básicas do pré-escolar;
- problemas fundamentais da faixa etária de 0 a 6 anos;
- atividades de educação pré-escolar;
- noções de métodos e técnicas de avaliação;
- sugestões de fichas de observação;
- a importância da formação do educador:
 - . necessidade de especialistas;
 - . necessidade de treinamento: pré-serviço e reciclagem periódica;
- conteúdos para um programa de treinamento;
- características pessoais de um educador;
- flexibilidade nas programações propostas.

De modo geral o documento se me apresenta como ideia lista (do ponto de vista filosófico, isto é vetor epistemológico idéias → gerando ações) e místico, e ainda que pareça sob certo ponto de vista, muito completo e eficiente em suas sugestões, propostas e aconselhamentos — se realmente postos em prática — parte de uma abordagem de compensação de carências evidenciadas pela terminologia empregada "baixo nível sócio-econômico", "carências alimentares" e outras. Esta postura existente no interior dos documentos se confirma cada vez mais nas análises que se seguem cronologicamente.

O trecho transcrito ilustra muito bem a idéia de educação compensatória que impregna o documento.

"Os pais ganham um salário muito baixo. Passam o dia fora de casa trabalhando. Nunca deram um brinquedo para as crianças. Não lhes infundiu também expectativas de uma vida melhor. Tem muito pouco estudo. O que aplicam na educação de seus filhos é meramente intuitivo, quando não arbitrário. As crianças ficam o dia na rua, tendo as experiências mais desconcertantes, quando não fechadas em casa, sem condições de movimentar-se como necessitam. Ouvem mais frequentemente o "não" do que o "sim", mais a recusa do que uma palavra de apoio. Por mais que esses pais se esforcem por educar as crianças, suas limitações e as limitações ambientais são muito fortes.

A educação que estas crianças recebem é muito deficiente. Daí a necessidade de um centro de educação pré-escolar que possa organizar-lhes um ambiente educativo mais favorável."³¹

Vê-se claramente as "deficiências" das pessoas e do ambiente e a necessidade de se "compensar" esta situação com algo mais "favorável".

É acentuada, a seguir, a necessidade do professor formado adequadamente, através de cursos regulares e também do professor especialista. O reconhecimento destas necessidades pelo Professor Didonet em 1976/77 contradiz posições que serão tomadas anos depois pela COEPRE, que optará claramente pela não profissionalização do professor da pré-escola.

Estas considerações permitem-me compartilhar da opinião a Lemaesquier que em nome do Movimento Internacional de Estudantes para as Nações Unidas diz: "... Toda democratização da Educação nos países subdesenvolvidos com algumas excessões, reveste-se apenas de aparências."³²

2.3 - Higiene, Saúde e Nutrição

O segundo volume está dividido em duas partes:

- 1 - Higiene e Saúde do Pré-Escolar - Noções básicas para o educador;
- 2 - Nutrição e Higiene.

Na parte inicial encontram-se os tópicos: A Criança; A Vida Intra-uterina; Características Evolutivas e

Aprendizagem; Necessidades Básicas; Principais Doenças até o 6º ano de vida; Fichas Médicas.

Nos dois primeiros itens a Dra. Low* enfoca, de modo generalizado, aquilo que uma educadora deve saber sobre a saúde da criança, ao recebê-la na escola: os fatores genéticos e ambientais desde a concepção até a idade de ingresso na pré-escola influenciam profundamente o estado em que se encontra a criança neste momento.

Além disto a educadora deve saber os riscos de saúde e os momentos mais vulneráveis desta criança que estará aos seus cuidados. O manual prevê a existência de uma ficha médica para cada criança, contendo informações sobre a saúde da mãe durante a gestação, as condições do parto etc.

O capítulo apresenta tabelas, sobre infecções maternas que atingem o feto ou recém-nascido, sobre os efeitos de certas drogas utilizadas durante a gravidez.

Também as características evolutivas da criança e sua relação com a aprendizagem, a evolução da linguagem, da audição, constituem-se em temas que, são apontados como fundamentais para o conhecimento do educador.

Como necessidades básicas do pré-escolar, no que se refere à proteção da saúde, a Dra. Low indica a imunização e higiene, fornecendo explicações sobre seu significado, assim como apontando algumas consequências da ausência destes cuidados.

A seguir, no capítulo V, estão arroladas as enfermidades de incidência mais comum, desde o nascimento até o 6º ano de vida. O texto considera as más formações congênitas como as cardíacas, as neurológicas, a epilepsia, a disfunção cerebral mínima, as diarreias, a desidratação, as infecções respiratórias, otites, amigdalites, impetigo, escabiose etc., prestando esclarecimentos sobre cada uma delas, suas características e seu modo de transmissão. Acrescenta, ainda, sugestões de providências para a prevenção de enfermidades e de atitudes imediatas que devem ser assumidas

* Ana Maria Sales Low, Pediatra do Núcleo de Nutrição de Medicina Tropical da Universidade de Brasília.

pela professora.

Apresenta uma tabela³³ de vacinas que abrange várias enfermidades citadas no capítulo. Ao final da primeira parte, em anexos,³⁴ encontram-se duas sugestões de fichas médicas, a primeira para ser usada na ocasião da matrícula, e a segunda como acompanhamento da criança.

Vale ressaltar o contraste destas sugestões bastante sofisticadas, requerendo alto nível de organização, com a afirmação — do Relatório descritivo — 1977 do "Projeto De desenvolvimento da Educação Prê-Escolar", contida no Boletim nº 7/78:

"Esclarecemos ainda que o projeto se apoiou na desformalização da pré-escola e na flexibilidade das estratégias e metodologias empregadas. A desformalização se expressou por uma arregimentação das crianças e de suas famílias, independentemente de exigências de matrícula e frequência aos centros ou Unidades de Educação Prê-Escolar."

Pergunta-se: é possível atender às sugestões do capítulo V com esta desformalização? Há incoerência entre as duas posições?

A segunda parte do manual refere-se à Nutrição e Higiene do Prê-Escolar* e enfatiza a alimentação como a mais importante dentre as necessidades básicas dos seres vivos, pois é requisito insubstituível para a sobrevivência.

O capítulo apresenta, explicitamente, como objetivo "dar ao educador algumas informações que servirão de instrumento para o desenvolvimento de programas de educação e suplementação alimentar",³⁵ embora reconheça que o problema nutricional decorra de fatores sócio-econômicos e que "os hábitos alimentares participam como importantes causas condicionantes e desencadeantes."³⁶

O autor espera também que o educador adapte as sugestões oferecidas de acordo com a sua realidade específica.

* Autor: Dr. Flaviano Ageda Villalba - técnico do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

A partir destas colocações, o conteúdo versa sobre a divisão dos alimentos, em grupos, as propriedades e o papel de cada grupo na formação, manutenção e recuperação das energias do corpo, assim como sobre higiene e conservação dos alimentos.

Entre as sugestões sobre alimentação na faixa etária de 1 a 6 anos estão: listagem das necessidades diárias: dois copos de leite, 60 gramas de carne, um ovo,... os alimentos devem ser distribuídos em três ou quatro refeições, aumentadas à medida que a criança vai ficando mais velha; oferecer outro alimento de igual valor nutritivo quando a criança rejeita um alimento.

Fica a questão: que possibilidade têm as famílias de baixa renda de seguir essas sugestões? A própria escola, quando oferece refeições à criança, tem possibilidade de segui-las? A recomendação final do capítulo é de que — quando for difícil a obtenção de alimentos, a carne, peixe, ovos etc., devem ser dados preferentemente às crianças, às gestantes e nutrízes.

Aquela mesma pergunta vale para esta última recomendação e acréscito: por um lado, as mães mesmo grávidas ou amamentando, dificilmente privarão seus filhos de um alimento, em proveito próprio, mesmo os que já são mais crescidos e por outro, esta recomendação supõe uma situação artificial. Os alimentos sugeridos — e isto é do conhecimento vulgar, raramente freqüentam a mesa do pobre.

Seguem-se no documento, capítulos curtos e concisos, porém com temas de grande importância para o educador, uma vez que abordam pontos básicos quanto à saúde, higiene, alimentação, relacionados ao desenvolvimento da criança.

Para facilitar a análise, do ponto de vista didático, cada tema será estudado separadamente.

- Higiene³⁷

Versa sobre princípios de higiene pessoal como asseio corporal etc.; desaconselha a manipulação de alimen-

tos por pessoas doentes.

Recomenda a higiene das instalações e utensílios destinados a guardar e servir alimentos, tais como a despensa, a cozinha, o refeitório etc.

Considero que as sugestões sobre os cômodos são válidas para instituições escolares pois a casa do "pobre" não possui tantas dependências.

- Distribuição de Alimentos ³⁸

Trata da racionalização do trabalho, sugerindo entre outras coisas, horário fixo, uso de pratos e talheres apropriados* e em números suficientes. Até que ponto uma família de nível econômico baixo tem condições de seguir estas recomendações?

- Principais causas de esnutrição ³⁹

Arrola nove possíveis causas de desnutrição, mencionando apenas uma vez a possibilidade de que os produtos essenciais ao desenvolvimento sejam caros e que não haja disponibilidade financeira suficiente para os quantitativos necessários.

Outro ponto importante a ser analisado é a menção das doenças infecciosas e parasitárias freqüentes, como causa da desnutrição, quando se sabe que pode ocorrer justamente o contrário: a pessoa desnutrida tende a contrair mais facilmente as enfermidades, e quando isto ocorre, têm menos possibilidade de se recuperar convenientemente. Esta idéia está, no entanto, subjacente ao texto, em outros capítulos ou itens quando menciona⁴⁰ que a falta de alimentos energéticos tem várias conseqüências para a criança que sem eles "pode ficar facilmente doente", e ainda "a alimentação normal é a que mantém a saúde da pessoa."⁴¹

* O grifo é meu

Este aspecto, parece-me, poderia ser mais acentuado, a fim de não minimizar a importância da nutrição adequada para a saúde e o desenvolvimento da criança. As demais causas de desnutrição apresentadas no capítulo são de ordem individual, tais como: costumes, ignorância, tabus, falta de disposição para plantar, falta de higiene, prole muito numerosa.

• Principais doenças nutricionais⁴²

Lista as principais doenças diretamente relacionadas com a desnutrição: a desnutrição proteico-calórica, a anemia, as hipovitaminoses e a cárie dental. Reforça os problemas que a duração prolongada dos vários tipos de desnutrição pode acarretar e explica as causas mais importantes da cárie dental, incluindo as carências alimentares e a ausência de fluor na água.

• Nutrição e Desenvolvimento Psico-Social da Criança⁴³

Mostra como a desnutrição prolongada nos primeiros anos de vida, agravada por carências afetivas e falta de estímulos do meio ambiente, pode afetar o desenvolvimento psico-social da criança.

O cérebro pode ficar prejudicado e mesmo que isto não ocorra, a criança desnutrida fica enfraquecida, anêmica. Sua capacidade perceptiva, motora, cognitiva e de adaptação social ficam prejudicadas. Tudo isto acarreta insegurança para a criança, no aspecto da escolarização, o que significa fracassos e repetência. O capítulo termina concluindo que, para que haja, no futuro, crianças com plena capacidade de aprendizagem, o educador deverá começar hoje a educação dos pais dessas crianças.

• Programa de Educação e Alimentação do Prê-Escolar⁴⁴

Propõe dois objetivos para o programa de educação

e alimentação: proporcionar experiências educativas formando bons hábitos; proporcionar a suplementação alimentar necessária.

Para isto é necessário que a professora conheça o número de crianças desnutridas na escola, quais as principais causas deste estado de coisas e de que recursos e programas poderá dispor para minimizar o problema.

▪ Educação Alimentar dos Pais⁴⁵

Recomenda o envolvimento dos pais nas programações de educação alimentar a fim de garantir a coerência e a continuidade da ação da escola.

Este envolvimento consistirá na participação em todas as fases da merenda escolar, e de um treinamento adequado que prepare as mães para esta tarefa.

Pode-se também organizar cursos de educação alimentar para mães, e deve-se procurar incluir os pais nestas programações porque sua contribuição e apoio serão de grande importância para a família.

▪ O que devemos conhecer sobre os alimentos⁴⁶

Apresenta sugestões para facilitar as explicações às crianças e pais de nível cultural mais baixo.

Mostra a importância dos alimentos para a saúde das crianças; as diferenças entre os vários alimentos quanto a cor, cheiro, sabor etc.; os vegetais e animais que servem como alimentos; o modo como os alimentos devem ser servidos; as diversas funções dos alimentos no organismo; a alimentação diária e a importância da água como alimento.

▪ A avaliação dos resultados⁴⁷

Sugere atividades que possibilitem a avaliação dos resultados da educação e suplementação alimentar. São elas:

a frequência da criança à escola; a evolução do peso e da altura da criança, a observação da atitude da mãe, acompanhamento das atividades dos responsáveis pelos programas.

São apresentadas, nos anexos,⁴⁸ tabelas do INAN de classificação nutricional, quanto ao peso e a idade, uma para meninas outra para meninos; quanto ao peso, altura e idade, para crianças de ambos os sexos.

Os gráficos são seguidos de instruções detalhadas para sua interpretação. A última ficha contém normas padronizadas para medidas antropométricas quanto ao peso e à altura.

Resumindo, nota-se pela releitura, que o volume resalta, para o educador, os seguintes pontos:

- a saúde da criança: fatores genéticos e ambientais que influem no desenvolvimento;
- enfermidade de incidência mais comum;
- princípios de educação e suplementação alimentar;
- tabelas de vacinação;
- sugestões sobre alimentação na faixa etária de 1 a 6 anos;
- tabela sobre as necessidades alimentares;
- tabela de classificação nutricional;
- tabelas sobre as necessidades diárias mínimas de uma família;
- noções de higiene;
- doenças nutricionais;
- influência da nutrição no desenvolvimento psicossocial da criança;
- educação alimentar das crianças e das famílias.

O trabalho revisto apresenta, a meu ver, sugestões irreais, impossíveis de serem postas em prática pela clientela a que se destina.

O MEC se posiciona afirmando que o Programa do Pré-Escolar se dirige prioritariamente, ainda que não exclusivamente à população carente.

Pode-se portanto inferir que as recomendações contidas em seu discurso são também prioritariamente dirigidas aos "desfavorecidos".

Ora, os aconselhamentos e as listagens propostas,

como esta sugerida para uma família de 5 membros como o mí-
nimo diário,⁴⁹

"3 a 4 litros de leite
500 a 700 g de carne
3 a 5 ovos
250 g de legumes
5 unidades ou porções de frutas
500 g de hortaliças
500 g de arroz ou de massas
10 paes
200 g de manteiga",

não podem ser adotadas por esta classe, o que torna as recomendações quase acintosas. A manteiga, por exemplo, em que pese seu valioso conteúdo vitamínico, tem sido substituída por margarina no Brasil, em larga escala até mesmo na chamada classe média mais aquinhoadas. Mesmo assim, também a margarina, via de regra, não frequenta a mesa do pobre.

O volume, dedicado exclusivamente à higiene, saúde e nutrição, revela que o programa em 1975 possuía características predominantes de compensação das carências biológicas notadamente as que se refletem na saúde da criança. Este não é no entanto o papel da escola, que deveria estar mais voltada para os aspectos pedagógicos da educação.

2.4 - Legislação e Normas⁵⁰

O conteúdo desse volume já havia sido apresentado, pelo menos em parte, no boletim nº 4 da CODEPRE, sob a forma de um documento mimeografado.

Agora, como um pequeno livro, mostra, inicialmente, uma apresentação, na qual a Sra. Vilma G. T. de Barros, Secretária de Ensino de 1º e 2º graus*, refere-se às mudanças que a Lei 5.692/71 trouxe para a educação brasileira.

Afirma estar o pré-escolar inserido na linha prioritária da ação do MEC e oferece o presente trabalho aos

* Em 1979

educadores que lutam neste campo.

A seguir passa-se ao estudo e comentário de cada uma das leis e/ou normas arroladas no documento, em ordem cronológica.

- Constituição/67 - Emenda nº 1, de 17/10/69 - Título VI - Art. 175, § 1º, 2º, 3º e 4º (Anexo II)

Este artigo refere-se à criança em idade pré-escolar, de forma indireta e superficial, com expressões como "proteção dos poderes públicos", "assistência à infância."⁵¹

- Consolidação das Leis do Trabalho - Seção VI - Art. 389, Itens I, II, III e IV e Seção V - Arts. 396, 397, 399 e 400 (Anexo III)

Vê-se, na realidade que muito poucas empresas possuem creches para os filhos de seus funcionários. A Lei procura estimular o sentimento paternalista do empresariado prometendo "prêmios de benemerência" e apelando para a sua "generosidade".⁵² Conhecer a amplitude do cumprimento dos dispositivos desta lei poderia ser o objetivo de um outro estudo.

- Lei nº 5.692/71 - Cap. II - Arts. 17, 18 e 19 (Anexo IV)

A Lei tangencia, muito ligeiramente o tema da educação dos menores de 6 anos. Além disso, os Arts. 18 e 19 não tocam no assunto, pelo contrário, o excluem quando determinam que o ensino de 1º grau tenha a duração de 8 anos letivos e que a idade mínima para o ingresso no ensino de 1º grau seja 7 anos. Os § 1º e 2º do Art. 19 referem-se às crianças de menos de 7 anos de modo impreciso e sem uma definição sobre quem (que órgãos ou divisões do sistema? que sistema?) serão responsáveis pela educação das crianças de idade inferior a 7 anos e como, com que recursos, deveriam ser tomadas medidas nesse sentido.

- Lei 5.829, de 30/11/72 (Anexo V)

Esta Lei cria o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) cuja missão é "atender prioritariamente a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino

de 1º grau, gestantes, nutrízes, lactentes e população infantil até 5 anos"...⁵³

Poder-se-ia aqui, questionar: até que ponto este Instituto tem cumprido seus objetivos? O pré-escolar estadual tem se beneficiado de seus programas? De que modo?

- Decreto nº 66.623, de 22/05/70 - Título III - Cap. I - Seção III - Art. 26 (Anexo VI)

Através deste Decreto, o Presidente da República, apoiado na Constituição Brasileira, determina que a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, órgão do Ministério da Saúde, planeje, oriente, coordene, controle, auxilie e fiscalize as atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

No que se refere ao atendimento pré-escolar estadual, em Goiás, os esforços para se obter atendimento em saúde, para as crianças das instituições escolares, tem obtido fraca resposta, pelo menos no que se refere à minha vivência como funcionária da Secretaria da Educação, no período em que se realizou este estudo.

Pergunta-se: existem convênios da Educação com esta Coordenação? A nível ministerial? A nível estadual? Qual é o programa desta Coordenação com referência a pré-escolares? A clientela beneficiada pelo Atendimento Pré-escolar Estadual, recebe alguma atenção em saúde por parte da Coordenação Materno Infantil, a nível familiar? Também a resposta a estas questões poderia, com muita propriedade, ser objeto de um outro trabalho.

- Decreto nº 69.514, de 09/11/71 - Art. I e II (Anexo VII)

Este Decreto refere-se claramente à competência do Ministério da Saúde para oferecer proteção materno infantil à gestante, à nutriz, ao lactente, ao pré-escolar e ao escolar, com prioridade para as populações de mais baixa renda e, mormente, em zonas e regiões menos desenvolvidas.

- Portaria nº 1, de 15/01/69 - Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (Anexo VIII)

Pergunta-se: como é cumprida, nos estados a deter-

minação desta Portaria, no que se refere à instalação de creches e berçários?

▪ Portaria nº 1, de 06/01/71 (Anexo IX)

Esta Portaria vem aperfeiçoar e explicitar a anterior (de 15/01/69). A pergunta proposta continua a mesma.

▪ Indicação nº 45 - Educação do Prê-Escolar. Parecer nº 2.018/74 do Conselho Federal de Educação*

Pretende gerar uma consciência ampla em torno da problemática do pré-escolar, assim como inspirar o Poder Público a elaborar Lei exclusiva para o ensino pré-primeiro grau, uma vez que "tudo que a Lei fala não passa de abor^{da}gens tímidas e fugidias."⁵⁴ Aponta os problemas da escolaridade regular, que são decorrentes da ausência de atendimento da criança de 0 a 6 anos (exemplo: repetência na 1ª série). Mostra a preocupação com os reflexos desta deseducação, na "produtividade" e no "interesse nacional".

"A perda de recursos humanos que este estado de coisas ocasiona, fere, profundamente, não sô os direitos individuais daqueles que se marginalizam no processo, como o próprio interesse nacional, que se vê anualmente privado de um enorme contingente de população qualificada para a força de trabalho."⁵⁵

Pelo posicionamento do Parecer pode-se inferir a preocupação essencial, característica do Capitalismo, com a força de trabalho e portanto com o lucro. Não se percebe, neste nível do discurso, qualquer preocupação com a educação como um processo de aperfeiçoamento do homem em direção à construção de seu próprio destino.

Com relação a esta postura, pode-se citar Valéry:

"A instrução (estendendo-se este conceito à educação pré-escolar) deve visar ao desenvolvimento pessoal e social de um operário, por exemplo

* Conselheira Euridice Brito; relator: Paulo Nataniel Pereira de Sousa.

(ou de qualquer criança, digo eu), e não à melhoria de sua produtividade."⁵⁶

A "produtividade educacional" mencionada no Parecer, está muito mais ligada a uma preocupação com as vantagens econômico-financeiras de uma força de trabalho qualificada do que com a educação como condição formadora, necessária ao próprio desenvolvimento do homem em todos os aspectos.

O Parecer procura determinar as causas da situação precária existente ("cerca de 40% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau não conseguem aprovação para a série seguinte"),⁵⁷ com base em pesquisa do INEP e da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, que apresenta uma série de motivos que qualifica como "responsáveis pelo fenômeno":

"carga-horária insuficiente; composição inadequada das turmas; baixa condição sócio-econômica das crianças; insuficiente preparo destas no que respeita à alfabetização; inexperiência do professor; falta de prática deste na 1ª série; precário nível de preparo do professor; diversidade de professores na regência de classe durante o ano; existência ou não de orientador e tipo de orientação desenvolvida; métodos de alfabetização empregado e tempo gasto antes da aplicação do método; tempo dispendido até a apresentação do mecanismo de leitura."⁵⁸

Os problemas levantados, conquanto sejam impressionantes, só podem ser responsabilizados pela situação dentro de uma perspectiva funcionalista e superficial. As relações sociais e de produção que determinam a ação da escola, não foram consideradas nesta análise, pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo.

Além disto, o Parecer reflete sobre as causas que residem nos antecedentes das crianças: o currículo oculto, do estado de nutrição etc. Recomenda a implementação de uma verdadeira "política de educação compensatória".*

* Grifo meu.

"Trata-se de implementar uma verdadeira política de educação compensatória, que vise a equalizar as oportunidades educacionais não apenas em termos quantitativos de ofertas de vaga, mas, principalmente, em termos qualitativos, de preparo global da população para o início do processo regular de escolaridade. Ou seja, colocar a grande massa de crianças culturalmente marginalizadas num nível de relativa igualdade de desenvolvimento de que desfrutam, pela riqueza do "currículo escondido", as crianças das classes média e alta."⁵⁹

Recomenda soluções alternativas: atendimento em casa, instituição de abrigos, hospitais, ruas de recreio etc. Discute a questão dos recursos financeiros, apresentando como solução: reduzir a idade de ingresso no 1º grau para 6 ou 5 anos

"uma solução estaria em estender o conceito de Ensino de 1º grau a essa fase de prontidão para a aprendizagem, que alcançasse pelo menos a faixa etária de 5 e/ou 6 anos, como, aliás, expressamente prevê, a Lei 5.692/71, no seu art. 19, como garantia de maior rentabilidade nos estudos a serem feitos a partir da 1ª série."⁶⁰

Segundo o Parecer, essa medida acarretaria barateamento nos custos globais no ensino de 1º e 2º graus e teria, além disto, "amplo sentido de justiça social."⁶¹ (Esta economia decorreria do fato da redução de 50% da atual taxa de repetência na 1ª série).

O conselheiro mostra novas fontes de recursos: aumento da alíquota do Salário Educação; repartição das rendas da Loteria Esportiva; incentivos do Imposto de Renda.

Fica a questão: quais dessas medidas foram tomadas? Com que abrangência? Com que significação?

E ainda que tivessem sido tomadas, situam-se elas claramente (vide grifo) dentro da perspectiva da "Educação Compensatória" que como já foi admitido neste trabalho, visa dissimular o problema da divisão social em classes, pretendendo resolver o problema da "carência", sem mudar a situação material que gera as deficiências.

Em 1982, o tema "pré-escolar" estava em evidência e era tido como prioridade do Governo, mas pode-se notar, realmente, alguma diferença?

Finalmente, o relator sugere:

- 1) estudos, a nível de governo, para encontrar novas fontes de recursos financeiros;
- 2) elaboração de legislação específica de prê-escolar;
- 3) ampliação da faixa etária de ingresso, no 1º grau, até 5 anos;
- 4) encontro anual dos Conselhos Estaduais de Educação com o Conselho Federal, para estudos relativos à educação prê-escolar.

Pergunta-se: foram atendidos? Em parte?

- Indicação nº 45/74 - Anexo ao Parecer nº 2.018/74 do CFE - o Art. 19 da Lei 5.692/71 e a Educação Prê-Escolar.

O referido Anexo repassa a responsabilidade da educação prê-escolar para os sub-sistemas de ensino, com base no princípio da descentralização que rege o ensino brasileiro. Cita leis anteriores que consideram a questão: Lei 4.024, de 20/12/61 - Art. 23 e 24 - Discute o conceito de prê-escolar, parecendo querer justificar o atendimento educacional à criança, a partir de uma idade não muito precoce. Reconhece, no entanto, que somente um tratamento com maior amplitude etária trará soluções para os problemas da criança. Ressalta as necessidades básicas da criança: segurança material, intelectual e emocional; afeição e relações íntimas e profundas entre pais e filhos; liberdade de auto-expressão.⁶²

Posso dizer que os pontos ressaltados pela proponente, são quase que completamente falhos no que diz respeito à maioria das nossas crianças. Vejamos: que tipo de segurança material podem, as famílias de baixa renda oferecer a seus filhos? Parece-me que a segurança emocional é consequência da primeira. Quem não pode proporcionar segurança material, dificilmente poderá ter segurança intelectual e emocional para transmitir.

Esta circunstância, por sua vez, poderá influenciar as relações de afeição e amizade entre pais e filhos.

Por outro lado, acredito que o autoritarismo histórico do regime brasileiro reflete-se na estrutura escolar

e familiar que, ao lado das carências materiais, cerceia a liberdade de expressão da criança.

O Anexo propõe alguns exemplos de como vem sendo tratada a educação pré-escolar em alguns países, mencionando a Inglaterra, Bulgária, Itália e Japão.

- . "Inglaterra - Escolas e Classes Maternais fazem parte do sistema de ensino primário, sendo financiadas e organizadas pelas autoridades escolares locais. Também é estimulada a iniciativa privada, sendo que algumas escolas recebem subvenções do Ministério da Educação.
- . Bulgária - Como em outros países socialistas, todos os jardins de infância são instituições do Estado. Existe um departamento de educação pré-escolar no Ministério da Educação. As instrutoras são formadas em instituições especiais onde seguem cursos de três anos.
- . Itália - As instituições de educação pré-escolar são organizadas pelas autoridades locais, instituições filantrópicas e particulares.
- . Japão - Os jardins de infância oferecem cursos de 1 a 3 anos de duração e são mantidos em sua maioria pela iniciativa privada, muito embora o governo estimule a criação deste tipo de escola. Os professores são preparados nas universidades."⁶³

Pode-se apresentar um comentário a partir daquilo que o próprio documento analisado apresenta sobre os países citados, chegando a algumas conclusões que foram percebidas:

- Na Inglaterra as escolas maternais fazem parte do ensino público regular - isto quer dizer: existe para todos os que quiserem usá-lo. A rigor, ao que se sabe, não há falta de escolas na Inglaterra.
- Na Bulgária este serviço é do Estado e as professoras são formadas por instituições especializadas por 3 anos.
- No Japão os professores são preparados pelas universidades.

E no Brasil? Existem estabelecimentos pré-escolares ao alcance do povo e em número estatisticamente significativo? O professor de pré-escola é ou pretende-se que se

ja especializado? Em nível universitário? A pré-escola faz parte do Sistema Oficial de Ensino?

Observa-se, assim, na leitura do documento, que as autoridades mencionam estes estudos para enfatizar a importância da pré-escola, deixando, entretanto, de considerar o "como" é o seu funcionamento naqueles aspectos que as tornam eficientes e que talvez sejam justamente o que falta à organização da pré-escola brasileira.

Afirma também que

"o governo está empenhado em estender a educação básica a todos os cidadãos da faixa etária própria, não desconhecendo, entretanto, a importância da educação pré-escolar, na formação do homem brasileiro." ⁶⁴

Esta oração, sob uma análise mais detida, mostra bem claramente, que a prioridade brasileira não está centrada na educação pré-escolar, e o parágrafo seguinte reafirma a intenção da lei, em responsabilizar cada sistema (estadual) pela ampliação da oferta de atendimento à população pré-escolar, sublinhando a importância do envolvimento de outros setores da comunidade.

Quando diz

"o país necessita de maior agressividade no tratamento do problema do pré-escolar e, mesmo sem perder de vista a prioridade fundamental da educação brasileira, que é a universalização do ensino do 1º Grau"... ⁶⁵

o documento contradiz a proposta feita na apresentação dessa obra "como linha prioritária de ação (do MEC) a Educação Pré-Escolar amplia seus horizontes."

O que seria realmente prioritário? O 1º Grau? A ampliação da educação pré-escolar? A que sequência de importância pertenceria essa prioridade?

- Parecer 1.600/75 - Conselho Federal de Educação - Habilitação, a nível de 2º grau, para o Magistério do Pré-Escolar - Relatório

O documento objetiva fixar um mínimo para a formação dos professores do pré-escolar, e ressalta a importância

cia da existência, na pré-escola de:

- um médico. Parece-me certo, tendo em vista o problema médico e de saúde no Brasil e as grandes necessidades em saúde que caracteriza mais de 50% da população pré-escolar. E como seriam adquiridos os remédios?
- um nutricionista. Creio que as crianças precisam mais de comida do que de um nutricionista. A desnutrição é causada menos por não saber o que comer do que pelo baixo poder aquisitivo das famílias, como consequência de todo um contexto sôcio-político-econômico;
- um psicólogo. Este, a meu ver, no momento não é peça fundamental para o atendimento pré-escolar pois estrapola as possibilidades da nossa realidade. Poderia, é certo, ajudar na compreensão das características das crianças das camadas populares, mas este serviço me parece utópico face à precariedade das condições de atendimento pré-escolar.

O relatório ressalta a "repercussão na 1ª série do sistema regular",⁶⁶ da inexistência de um correto atendimento às crianças na faixa etária que precede o ingresso na vida escolar, como também "a carência alimentar e sôcio-cultural que prejudica o desenvolvimento infantil desde o nascimento até os 7 anos."⁶⁷ Nota-se novamente o enfoque de "educação compensatória".

Recomenda:

- suplementação de recursos financeiros do 1º grau a fim de que este possa subvencionar a educação pré-escolar;
- elaboração de legislação específica para fixar normas e procedimentos relativos a programas de educação pré-escolar das classes populares;
- legislação relativa a programas de emergência para a faixa etária de zero a 6 anos, como parte do 1º grau;
- formação de professores para essa faixa etária, estabelecendo como mínimo, o nível de 2º grau;

- colaboração de médicos, nutricionistas, psicólogos e outros.

Parecer:

Faz um pequeno histórico da educação pré-escolar no mundo (não se refere ao Brasil) e acentua a importância dos primeiros anos de vida. Ressalta a educação pré-escolar como preventiva, inclusive da retenção e/ou evasão escolar, assim como os perigos de uma experiência escolar precoce negativa, e a relevância dos primeiros anos de escolarização.

Apresenta como objetivos da educação pré-escolar a socialização da criança, a formação de hábitos, de habilidades e atitudes. Diz também que a educação pré-escolar deve basear-se nas necessidades e interesses da criança. O objetivo não seria ensinar e sim dar à criança oportunidade para que adquira habilidades.

Realça duas funções principais desse nível de educação:

- 1) "Alimentadora" (não fica bem esclarecido o significado específico do termo), realizada desde a creche até o fim da pré-escola.
- 2) "Compensatória de carências variadas" pela qual a criança seria preparada em termos de "Educação para a prontidão."⁶⁸

Os objetivos propostos deixam bastante de lado a compensação no aspecto saúde e alimentação que se deveria considerar prioritário, para haver coerência no interior da legislação como um todo, tendo em vista a análise feita no Parecer nº 2.018/74, sobre as condições de saúde e desenvolvimento cerebral das crianças, pelos professores Nelson Chaves e Ritchier Calder.⁶⁹

O Parecer acentua ainda, três principais problemas: local, recursos humanos e custos. Lê-se o seguinte:

"A rede oficial se vê a braços com a escolarização obrigatória de 8 anos. Mesmo consciente da necessidade da educação pré-escolar, muitas vezes — quase sempre — o problema é colocado à mar-

gem por total incapacidade de solução."⁷⁰

Ora, parece-me que por uma segunda vez, esta afirmação conflita com a afirmativa que aparece na Apresentação do trabalho:

"inserida na Política Setorial do MEC, como linha prioritária de Ação, a Educação Prê-Escolar amplia seus horizontes, multiplica-se em formas não convencionais de atendimento"...

A solução proposta sugere adaptação de prédios, colaboração da comunidade, aproveitamento de professores especializados como multiplicadores, utilização de voluntários, (sem remuneração?) etc. Além disso aconselha associações de empresas privadas e órgãos do governo a darem novos rumos a educação prê-escolar.

Este Parecer aponta como fator de maior sucesso, a professora. Esta deve receber formação específica a nível de 2º grau (Parecer 349/72) e deve, além disso, ter "uma formação sólida, realimentada a cada ano",⁷¹ conhecer as necessidades físicas dos seus alunos e as atender, e ainda, desenvolver a criatividade das crianças. Recomenda textualmente:

"A professora de prê-escolares deve preencher requisitos de formação especializada e atualização constante, além de ter reservas físicas e equilíbrio emocional, que lhe possibilitem enfrentar um trabalho que, para ser bem realizado, é difícil."⁷²

O que a professora precisa conhecer da criança: características físicas, condições de saúde, condições sócio-emocionais, condições mentais.

A seguir discute-se a necessidade de especialização deste professor.

Ademais, reflete-se sobre os seguintes pontos:

- uma parcela ínfima da população prê-escolar é

* O grifo é meu

atendida por algum tipo de instituição;

- poucos professores desta faixa possuem formação adequada;
- os currículos das escolas normais e mesmo superiores não possuem conteúdo específico necessário para o atendimento ao pré-escolar.

Faze a tudo isso, como seria a formação desse professor?

O Parecer sugere dois caminhos:

- 1) curso de formação de magistério, com duração de 4 séries, sendo a 4ª série diversificada para formar o professor de pré-escolar;
- 2) Estudos adicionais.

Pergunto: qual destas formas está sendo usada para a formação de nossos professores da pré-escola?

Este Parecer teve ampla aprovação da relatora, Sra. Maria Terezinha Tourinho Saraiva, da Câmara de Ensino e do Plenário do Conselho Federal de Educação. Como tem sido aplicada esta recomendação do Parecer?

■ XIII Reunião Conjunta dos Conselheiros de Educação - Tema: A Antecipação do Início da Escolarização

O tema central desta Reunião — Antecipação do Início da Escolarização — foi discutido pelos Senhores Conselheiros que avaliaram os esforços empreendidos pelo país com relação à melhoria do ensino de 1º grau, afirmando que esta batalha vem sendo vencida progressivamente (sic) enquanto que outros problemas, como o atendimento pré-escolar, ainda preocupam muito os educadores brasileiros.

Refletem, com base em citações de estudos realizados, nos diversos fatores que interferem no desenvolvimento mental e portanto no desempenho escolar da criança.

Citam especificamente o caso brasileiro dizendo:

"De acordo com fontes oficiais, 3 milhões de crianças completam anualmente, no Brasil, 7 anos, ou seja a idade de entrada compulsória na escola. Para termos uma idéia da magnitude do contingente de crianças carenciadas*, consideremos que dos 3

* Grifo meu

milhões aproximadamente a metade é de crianças oriundas de camada social menos favorecida"...⁷³

Referem-se também a dados retirados de pesquisa realizada em São Paulo pela Profa. Ana Maria Poppovic em 1975 concluindo que

"em média, as crianças de ambientes carentes, estavam, aos 6 anos, dois anos inferiorizadas no seu desenvolvimento psico-social e cognitivo, em relação aos padrões considerados normais para as crianças de classe média alta."⁷⁴

e ainda

"esse tipo de retardo poderia ser a explicação para a alta taxa de repetência sobretudo na 1ª série do 1º grau."⁷⁵

Os senhores Conselheiros procuram determinar o tipo de política relacionada à antecipação da obrigatoriedade escolar a partir dos problemas propostos.

Levam em conta que, "a privação cultural, nutricional, de segurança, de enriquecimento de experiência, interferem na aprendizagem, são geradoras de personalidades desajustadas." Reconhecem que, ademais, a clientela pobre não tem acesso às instituições especializadas em educação pré-escolar, pois estas, pertencendo à iniciativa privada, são caras.

Em vista de tudo isto, recomendam como solução para estes problemas, a antecipação da obrigatoriedade escolar sob a forma de

"educação compensatória para a criança marginalizada social e culturalmente."⁷⁶

Sugerem pois, que através de uma ação solidária, se faça um esforço nacional envolvendo governo, família, comunidade de forma a oferecer educação compensatória à criança carente, em caráter de obrigatoriedade.

Cogitava-se, nessa Reunião, em tornar a frequência de crianças de idade pré-escolar "obrigatória". Desejo dizer sobre isto, que tendo em vista a situação do 1º grau; o número de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, a fal-

ta de escolas, de recursos, e outros já bastante divulgado pela literatura educacional através de Antônio Cunha, Freitag e outros, pode-se chamar de pretencioso e mesmo ingênuo o tema em estudo nesta reunião de Conselheiros da Educação.

No entanto, os Conselheiros concluem que a "educação compensatória" sob a forma de antecipação da obrigatoriedade escolar poderia resolver os problemas relativos ao atendimento do pré-escolar carente.

O texto apresenta como consequência da ausência de atendimento pré-escolar:

"Em torno do mesmo tema, a 'Pesquisa do Nível Mental do Brasileiro', promovida em 1958 sob os auspícios do SENAC e do IBGE, revelou o baixo nível intelectual de grande parcela da população brasileira, certamente decorrente da interferência negativa dos fatores de nutrição, saúde e ambiente familiar na 1ª e 2ª infâncias."⁷⁷

Como questionamento das proposições discutidas e recomendadas nesta Reunião, poder-se-ia em primeiro lugar apontar, ainda uma vez a característica de "educação compensatória" a qual não é adequada para resolver os problemas propostos porque não leva em conta que a origem destes está no próprio contexto da sociedade de classes em que o país está inserido e não nas diferenças de cultura e ambiente. Em segundo lugar pode-se colocar em dúvida a capacidade da escola de "compensar" carências nutricionais e de saúde quando minha experiência pessoal de 20 anos como educadora faz-me capaz de revelar uma escola sem assistência médica, odontológica, com merenda precária, entre outras deficiências. O que pode, realmente a escola brasileira propor contra a ^{forma} e a subnutrição? Em terceiro lugar questiona-se, como já o fiz na Introdução deste trabalho — a escola deveria ter como objetivo o de atender às crianças nos aspectos de alimentação e saúde?

ANEXO I

FICHA DE OBSERVAÇÃO - 3 ANOS

Nome: _____

Data do nascimento: ____/____/____

Itens Observados	Datas das Observações				
<p>I - Desenvolvimento Físico e Motor</p> <p>1.1 - Sobe escadas alternando os pés</p> <p>1.2 - Dá pontapés em uma bola parada</p> <p>1.3 - Rabiscção na fase celular</p> <p>1.4 - Construção espontânea em torres ou filas</p> <p>II - Desenvolvimento Sôcio-Emocional</p> <p>2.1 - Usa o pronome na 1ª pessoa</p> <p>2.2 - Não aceita facilmente as sugestões do adulto</p> <p>2.3 - Sabe seu nome</p> <p>III - Desenvolvimento Mental</p> <p>3.1 - Usa frases de 3 ou 4 palavras</p> <p>3.2 - Compreende somente o que lhe é dito diretamente</p> <p>IV - Formação de Hábitos</p> <p>4.1 - Tenta comer e vestir-se sozinha, embora sem muita precisão de movimentos</p> <p>4.2 - Começa a cooperar em pequenas tarefas</p> <p>4.3 - Controla bem os esfíncteres, quando acordada</p>					

Legenda: ☐+ sim ☐± mais ou menos
☐- não ☐/ não observado

FICHA DE OBSERVAÇÃO - 4 ANOS

Nome: _____

Data do nascimento: ____/____/____

Itens Observados	Datas das Observações					
<p>I - Desenvolvimento Físico e Motor</p> <p>1.1 - Desce a escada alternando os pés</p> <p>1.2 - Rabiscção: primeiras figuras reconhecíveis que surgem das células</p> <p>1.3 - Nomeia espontaneamente desenho livre</p> <p>1.4 - Construção espontânea em 2 dimensões</p> <p>1.5 - Distingue cores, (verde, amarelo, azul)</p> <p>1.6 - Salta com os pés juntos</p> <p>II - Desenvolvimento Sôcio-Emocional</p> <p>2.1 - Gosta de cooperar</p> <p>2.2 - Faz muitas perguntas</p> <p>2.3 - Sabe o nome de seus pais</p> <p>2.4 - Interessa-se pelas atividades</p> <p>2.5 - Reage negativamente a mudanças de situações</p> <p>2.6 - Começa a brincar em pequenos grupos</p> <p>III - Desenvolvimento Mental</p> <p>3.1 - Compreende e responde a perguntas simples</p> <p>3.2 - Compreende estórias</p> <p>3.3 - Usa frases completas</p> <p>3.4 - Repete pequenas canções</p> <p>3.5 - Brinca com palavras</p> <p>IV - Formação de Hábitos</p> <p>4.1 - Cooperar com o adulto para lavar as mãos e tomar banho</p> <p>4.2 - Participa da arrumação e limpeza da sala</p>						

Legenda: ☐ + sim ☐ ± mais ou menos☐ - não ☐ / não observado

FICHA DE OBSERVAÇÃO - 5 ANOS

Nome: _____

Data do nascimento: ____/____/____

Itens Observados	Datas das Observações					
I - Desenvolvimento Físico e Motor 1.1 - Pula amarelinha sem pedra 1.2 - Desenha com intenção definida, anunciando o que vai fazer 1.3 - Desenha figuras reconhecíveis das conexas 1.4 - Domina a bola com as mãos 1.5 - Compreende o que é dito ao grupo 1.6 - Investiga, procurando satisfazer sua curiosidade 1.7 - Distingue e nomeia cores 1.8 - Distingue tonalidades II - Desenvolvimento Sócio-Emocional 2.1 - Assume responsabilidades 2.2 - Participa de brincadeiras em grupo 2.3 - Sente necessidade de ser apreciada III - Desenvolvimento Mental 3.1 - Pronuncia clara e corretamente as palavras 3.2 - Dá recados 3.3 - Memoriza canções e poesias 3.4 - Fala de coisas ausentes 3.5 - Narra pequenas experiências pessoais IV - Formação de Hábitos 4.1 - Escova os dentes e come sozinha, com precisão de movimentos 4.2 - Cooperar na limpeza e arrumação						

Legenda: ☐ + sim ☐ ± mais ou menos☐ - não ☐ / não observado

ANEXO II

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 24 DE JANEIRO DE 1967

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

TÍTULO VI
DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

§ 1º - O casamento é indissolúvel.

§ 2º - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedimentos e prescrições da lei, o ato for inscrito no registro público, a requerimento do celebrante e de qualquer interessado.

§ 3º - O casamento religioso celebrado sem as formalidades do parágrafo anterior terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º - Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

ANEXO III

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
(Dispositivos que se aplicam à Educação Prê-escolar)

Seção VI

Dos métodos e locais de trabalho

Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

I - a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

II - a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

III - a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa, e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;

IV - a fornecer gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado, onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus

filhos, no período da amamentação.

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais, mantidas, diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais.

Seção V

Da proteção à maternidade

Art. 396 - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único - Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 397 - O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins-de-infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

Art. 398 (Revogado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967).

Art. 399 - O Ministro do Trabalho e Previdência Social conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400 - Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias, durante o período da amamentação, deverão

possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

ANEXO IV

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

CAPÍTULO II

Do Ensino de 1º Grau

Art. 17 - O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e mê todos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18 - O ensino de 1º grau terá a duração de oitos anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19 - Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º - As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alu nos com menos de sete anos de idade.

§ 2º - Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente duração em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

ANEXO V

LEI 5.829, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1972

Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências.

Art. 3º - O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do 1º grau, gestantes, nutrizes, lactentes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para população de baixa renda familiar.

ANEXO VI

DECRETO Nº 66.623, DE 22 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição e nos termos do disposto no parágrafo único, alínea "b", do artigo 146 do Decreto-Lei nº 200(*), de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 900(*), de 29 de setembro de 1969, decreta:

TÍTULO III

Órgãos Centrais de Direção Superior, Natureza e Finalidade

CAPÍTULO I

Seção III

Da Coordenação de Proteção Materno-Infantil

Art. 26 - A Coordenação de Proteção Materno-Infantil, dirigida por um Coordenador, tem por finalidade planejar, orientar, coordenar, controlar, auxiliar e fiscalizar as atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Parágrafo único - A Coordenação e Proteção Materno-Infantil é resultante da transformação do Departamento Nacional da Criança.

ANEXO VII

DECRETO Nº 69.514, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1971

Dispõe sobre a execução de medidas de proteção materno-infantil, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º - Compete ao Ministério da Saúde planejar, orientar, coordenar, controlar e, quando julgar necessário, executar as atividades relativas à proteção materno-infantil, integradas na Política Nacional de Saúde.

Art. 2º - As medidas de proteção materno-infantil terão como objetivos principais:

I - assistência à gestante, à nutriz e aos lactentes;

II - proteção à criança em idade pré-escolar;

III - proteção à criança em idade escolar.

§ 1º - As medidas de que trata este artigo visarão, de preferência à criança nas populações de mais baixa renda, especialmente nas zonas e regiões menos desenvolvidas.

ANEXO VIII

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E
HIGIENE DO TRABALHO

PORTARIA Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 1969

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, usando da atribuição que lhe confere o art. 26, item IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 56.263, de 6 de maio de 1965, e,

Considerando que o Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, de conformidade com o que dispõe o art. 13, parágrafo único, item I, da Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, cabe promover investigações sobre condições de trabalho peculiares à mulher e ao menor, bem como estabelecer normas de caráter técnico e orientar a fiscalização da legislação concernente ao assunto;

Considerando que se faz necessário, para efeito de aplicação imediata da legislação referente às condições de trabalho da mulher, estabelecer Normas para instalação de creche a que se refere o art. 389, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo III — Da Proteção do Trabalho da Mulher — com as alterações introduzidas pelo art. 7º, do Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando que a exigência contida no § 1º do art. 389, da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser cumprida por meio de creches distritais, conforme o disposto no § 2º do citado artigo; e,

Considerando, finalmente, que a proteção ao trabalho da mulher é medida de ordem pública e, tendo em vista os estudos a que procedeu a Divisão de Assistência ao Trabalho da Mulher e do Menor do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, constantes do processo MIPS 159.948

-68, resolve:

Nº 1 - Expedir Normas para instalações de creches em locais de trabalho e para convênios com as creches distritais.

Art. 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§ 1º - O local a que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos:

a) berçário com área mínima de 3 m² (três metros quadrados) por criança, devendo haver, entre os berços e entre estes e as paredes, a distância mínima de 0,5 m (cinquenta centímetros);

b) saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto;

c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;

d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável;

e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche.

§ 2º - O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de 1 (um) leito para cada grupo de 30 (trinta) empregados entre 16 e 40 anos de idade.

Art. 2º - Nos casos previstos no § 2º do art. 389, da CLT., poderão ser supridas as exigências do art. 1º des

ta Portaria, por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, SESC, LBA ou entidades sindicais, obedecidas as seguintes condições:

I - A creche distrital deverá estar situada, de preferência, nas proximidades da residência das empregadas ou dos estabelecimentos ou em vilas operárias.

II - Nos casos de inexistência das creches previstas no item I, cabe à autoridade regional competente, a faculdade de exigir que os estabelecimentos celebrem convênios com outras creches, desde que os estabelecimentos ou as instituições forneçam transporte, sem ônus para as empregadas.

III - Deverá constar das cláusulas do convênio o número de berços que a creche mantiver à disposição de cada estabelecimento, obedecendo a proporção estipulada no § 2º do artigo 1º desta Portaria.

IV - Sempre que possível, deverá constar do contrato a comprovação de que a creche foi aprovada pelo Departamento Nacional da Criança ou pelos órgãos estaduais competentes a quem cabe orientar e fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento, bem como a habilitação do pessoal que nela trabalha.

V - Os estabelecimentos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que possuam creche, poderão efetuar contrato com outros estabelecimentos, desde que preencham os requisitos desta Portaria.

Art. 3º - É proibida a utilização de creches para quaisquer outros fins, ainda que em caráter provisório ou eventual.

Art. 4º - Aos Agentes da Inspeção do Trabalho compe

tirá a verificação do cumprimento desta Portaria.

Art. 5º - As dúvidas porventura suscitadas serão di
rimidas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene
do Trabalho.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José de Faria Pereira de Souza.

ANEXO IX

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E
HIGIENE DO TRABALHO

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 1971

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, item I, do Regimento do DNST, aprovado pelo Decreto nº 56.263, de 6 de maio de 1965, e os artigos 158 e seus itens e 166 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a nova redação introduzida pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando a exposição feita pela Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Saúde, no MTPS-143.837-70, resolve:

Art. 1º - Alterar os itens III, IV e V, do artigo 2º da Portaria DNSHT - nº 1, de 15 de janeiro de 1969, publicada no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1969, que expede Normas para instalações de creches em locais de trabalho e para convênios com as creches distritais, na forma indicada:

I - O item III passa a ter a seguinte redação:

"III - Deverão constar das cláusulas do convênio:

a) o número de berços que a creche mantiver à disposição de cada estabelecimento, obedecendo a proporção estipulada no § 2º do artigo 1º desta Portaria;

b) a comprovação de que a creche foi aprovada pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil ou pelos órgãos estaduais competentes a quem cabe orientar e fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento, bem co-

mo a habilitação do pessoal que nela trabalha."

II - O item IV passa a constituir, com nova redação, a alínea "b" do item III.

III - O item V fica renumerado para item IV"

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

José de Faria Pereira de Souza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental. *Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil*. Brasília, APEX. 1975.
2. _____ Ministério da Educação e Cultura, DEF - *Atendimento do Prê-Escolar I: Educação e Psicologia*: Brasília - Centro Gráfico.
3. _____ Ministério da Educação e Cultura, DEF - *Atendimento ao Prê-Escolar II: Higiene, Saúde e Nutrição*. Brasília - Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.
4. _____ MEC - Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus - *Legislação e Normas da Educação Prê-Escolar* - Brasília - SAN. - 1979.
5. _____ Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental - Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 5*. Brasília, 1976. p. 2 a 21.
6. _____ Ministério da Educação e Cultura. *Atendimento ao Prê-Escolar: Educação e Psicologia*. Brasília - Centro Gráfico do Senado Federal, 1975. p. 7.
7. Ibidem. Contracapa posterior.
8. _____ Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental - *Diagnóstico Preliminar de Educação Prê-Escolar no Brasil* - Brasília, APEX - 1975. p. 16 a 20.
9. CHAVES, Nelson. Recife, 1973. In: *Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil*. Brasília - APEX. 1975. p. 25.
10. _____ Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental - *Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil*. Brasília, APEX. 1975. p. 40.
11. Ibidem, p. 41
12. Ibidem, p. 41
13. CHAVES, Nelson. Recife, 1973. In: *Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil*. APEX - 1975. p. 25.
14. _____ Ministério da Educação e Cultura - Departamento

de Ensino Fundamental. *Atendimento ao Prê-Escolar*. Educação e Psicologia. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1975. p. 14.

15. Ibidem, p. 18.
16. Ibidem, p. 19.
17. Ibidem, p. 9.
18. Ibidem, p. 9.
19. Ibidem, p. 51.
20. Ibidem, p.
21. Ibidem, p.
22. Ibidem, p. 69.
23. Ibidem, p. 73 a 82.
24. Ibidem, p. 114 a 132.
25. Ibidem, p. 157 a 161.
26. Ibidem, p. 138.
27. Ibidem.
28. Ibidem, p. 186.
29. Ibidem, p. 189 a 192.
30. Ibidem, p. 192.
31. Ibidem, p. 53.
32. PIAGET, Jean et alii. *Educar para o Futuro*. Rio de Janeiro, FGV, 1974. p. 51.
33. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Ensino Fundamental - *Atendimento ao Prê-Escolar II: Higiene, Saúde e Nutrição*. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1975. p. 23.
34. Ibidem, p. 33 a 37
35. Ibidem, p. 41.
36. Ibidem.
37. Ibidem, p. 57.
38. Ibidem, p. 59.
39. Ibidem, p. 61.
40. Ibidem, p. 46.
41. Ibidem, p. 49.
42. Ibidem, p. 63.
43. Ibidem, p. 67.
44. Ibidem, p. 69.
45. Ibidem, p. 71.
46. Ibidem, p. 73.

47. Ibidem, p. 79.
48. Ibidem, p. 81 a 85.
49. Ibidem, p. 54 e 55.
50. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Secretaria do Ensino de 1º e 2º graus. *Legislação e Normas da Educação Prê-Escolar*. Brasília, SAN, 1979.
51. Ibidem, p. 9.
52. Ibidem, p. 11.
53. Ibidem, p. 13.
54. Ibidem, p. 22.
55. Ibidem, p. 23.
56. PIAGET, Jean et alii. *Educar para o Futuro*. Rio de Janeiro, FGV, 1974. p. 51.
57. BRASIL, MEC - Secretaria do Ensino de 1º e 2º graus. *Legislação e Normas da Educação Prê-Escolar*. Brasília, SAN, 1979. p. 22.
58. Ibidem, p. 23.
59. Ibidem, p. 26.
60. Ibidem, p. 27.
61. Ibidem, p. 27.
62. Ibidem, p. 31.
63. Ibidem, p. 32.
64. Ibidem, p. 33.
65. Ibidem, p. 34.
66. Ibidem, p. 36.
67. Ibidem.
68. Ibidem, p. 42.
69. Ibidem, p. 24.
70. Ibidem, p. 42.
71. Ibidem, p. 43.
72. Ibidem, p. 44.
73. Ibidem, p. 94.
74. Ibidem, p. 94.
75. Ibidem, p. 95.
76. Ibidem, p. 100.
77. Ibidem.

3. OS BOLETINS

- 3.1. REGISTROS IMPORTANTES
- 3.2. RELAÇÃO DE LEIS E PARECERES
- 3.3. RELATÓRIO DA UNESCO E
DESCRIÇÃO DE TRABALHOS
- 3.4. TREINAMENTOS E ASPECTOS LEGAIS
- 3.5. OUTROS RELATÓRIOS
- 3.6. PROPOSTAS CURRICULARES
- 3.7. O BOLETIM Nº 10

3 OS BOLETINS

A Educação Prê-Escolar surgiu, mais nitidamente na vida nacional, como já disse, a partir de 1975 e um dos pas sos que evidenciam a preocupação como o atendimento a esta faixa etária, foi a criação, pelo MEC, da Coordenação de Educação Prê-Escolar*. A primeira equipe que constituiu es ta Coordenação, foi encarregada de um levantamento diagnós tico da situação da criança em idade prê-escolar no Brasil e de proceder às medidas iniciais para um Programa Nacio nal de Educação Prê-Escolar. Entre estas medidas, o MEC, co mo apoio às equipes de trabalho a nível Estadual, começou a distribuição de um Boletim que se intitulou "Educação Prê-Escolar", inicialmente enviado aos Estados sem uma pe riodicidade determinada, e que, a partir de 1982, foi trans formado em publicação mensal.

Estes Boletins, tiveram como objetivo, divulgar as assuntos variados como recomendações, diretrizes gerais do movimento de atendimento ao prê-escolar, notícias de reu niões, encontros e congressos, novas experiências, realiza ção de treinamentos, propostas curriculares, entre outros assuntos relacionados ao tema. Assim, vale esclarecer que o presente estudo foi feito respeitando a ordem cronolôgi ca das publicações, de tal maneira que os assuntos que se seguem são, muitas vezes inteiramente diferentes uns dos outros podendo dar ao leitor, uma impressão de descontinui dade. No entanto, a metodologia adotada, permitiu uma vi são sequencial do processo, e portanto um estudo analítico

* Já mencionada no cap. anterior.

mais rico.

Dentre os temas propostos nos Boletins, foram estudados mais detidamente, aqueles que, de alguma forma, possam ter tido influência significativa no desenvolvimento dos trabalhos relativos ao pré-escolar.

3.1 - Registros Importantes¹

3.1.1 - A participação nos Programas de Educação Pré-Escolar, de personalidades de renome internacional e conhecida competência científica como o Dr. Nelson Chaves e o Dr. Yaro Ribeiro Gandra na área de nutrição/saúde escolar.

Esta informação parece-me importante porque, como se verá na continuidade deste trabalho, existe grande ênfase nestes aspectos de nutrição e saúde, uma vez que é objetivo da COOEPRE promover o "atendimento educacional, nutricional e sanitário do pré-escolar."²

3.1.2 - Resumo de trabalhos e conclusões do I Congresso Brasileiro* de Educação Pré-Escolar, do qual são destacadas as sugestões:

- criação e/ou revisão dos cursos de formação de professores;
- maior destaque aos cursos de psicologia do desenvolvimento;
- re-organização dos currículos da pré-escola visando o atendimento às reais necessidades da criança e a integração curricular com o 1º grau;
- formação superior para professores da pré-escola;
- condições de trabalho mais adequadas (salários etc.);
- estímulo à pesquisa;

* 20 a 26 de julho de 1975.

- formação conveniente do professor a nível de 2º grau;
- ampliação da faixa etária para ingresso na escola;
- maior preocupação dos órgãos oficiais com a pré-escola – possível obrigatoriedade de frequência (sic);
- ampliação dos programas normalizadores das migrações internas para maior possibilidade de assistência aos grupos radicados nas periferias.

Dentre as dez sugestões destacadas do Resumo do referido Congresso, cinco referem-se ao professor, sendo uma relativa às condições de trabalho e as outras quatro referentes à formação do professor.

Pode-se portanto inferir que a "formação do professor" nos seus diferentes níveis, foi uma grande preocupação dos congressistas e lamenta-se não terem sido estas preocupações convertidas em medidas efetivas neste campo tendo ocorrido o contrário, isto é, a aceitação pelo MEC de professores sem formação, como se verá mais adiante na análise do Boletim nº 10.

3.1.3 - O papel dos Conselhos de Educação na implantação e implementação do atendimento pré-escolar, acentuando que o Conselho Federal de Educação classificou o Programa como "urgente e necessário."³

3.2 - Relação de Leis e Pareceres⁴

Esta relação mais tarde foi publicada sob a forma de um pequeno livro*, já comentado anteriormente neste trabalho.

No entanto, vale ressaltar que o documento conclui:

- a legislação vigente é suficiente para justifi-

* Legislação Pré-Escolar.

car o desenvolvimento de um significativo programa de educação pré-escolar, faltando ainda, no entanto, normas que permitam e facilitem a alocação de recursos financeiros Estaduais e Municipais para os referidos programas;

- é indispensável a integração dos organismos federais, estaduais, municipais e de iniciativa privada para a implementação da educação pré-escolar.

O estudo realizado até este ponto, já me direciona para algumas considerações: o comentário do documento sobre a suficiência da lei é um tanto otimista — pelo que eu posso pessoalmente julgar como Professora Universitária atuante na rede escolar através da prática de ensino — e a este respeito, posso concordar plenamente com Kramer:

"A educação pré-escolar brasileira é direcionada por uma legislação ambígua e omissa quanto às medidas de sua viabilização para a maioria da população infantil."

"... a responsabilidade do atendimento tem sido atribuída, no decorrer da história, ora ao setor público, ora ao setor privado, e agora também à própria população. Todavia, se a responsabilidade pela pré-escola é dividida, o controle é assumido pelo Estado, que atua de forma segmentada, envolvendo diferentes ministérios, e que imprime ao atendimento a tendência de educação compensatória, sem sequer discutir ou questionar seus possíveis benefícios ou prejuízos."⁵

3.3 - Relatório da UNESCO e descrição de trabalhos⁶

3.3.1 - Relatório da Unesco ressaltando a necessidade da educação nos primeiros anos de vida, indicando como componentes essenciais: higiene e bem estar; educação dos pais; formação de professores; ênfase nos aspectos de saúde, nutrição e socialização; estudo do desenvolvimento infantil. Destaca-se que 19 países tiveram representação nesta reunião, contando-se entre eles a Rússia, a Alemanha, a França e o Brasil.

3.3.2 - Descrição de dois trabalhos de atendimento pré-escolar:

- a) "Centro Integrado de Atenção ao Menor (CIAM) -
Convênio com a FUNABEM*. Distrito Federal."⁷

O projeto tem características compensatório/preven-
tivas, uma vez que suas diretrizes mencionam a "proteção e
reeducação do menor abandonado ou em via de abandono"⁸ e
também porque enfatiza a alimentação e assistência médico-
odontológica. Atende crianças de 0 a 6 anos em sistema de
creche. Nos aspectos pedagógicos o projeto menciona:

- " . exercícios de capacidade de percepção, observa-
ção e raciocínio;
- . estímulo à criatividade;
- . estímulo à linguagem;
- . exercício motor;
- . desenvolvimento social
- . formação de atitudes e habilidades;
- . formação de hábitos de higiene."⁹

As palavras e expressões usadas nesta listagem su-
gerem alguma influência Piagetiana na terminologia emprega-
da, ainda que o projeto não mencione qualquer embasamento
teórico neste sentido.

- b) "Projeto de Assistência ao Prê-Escolar (PROAPE)
Secretaria Municipal de Educação - Belo Horizon-
te."¹¹

Constitui-se de um trabalho assessorado pelo Dr.
Yaro Ribeiro Gandra e pela Profa. Maria Lins Alves Cunha.
Possui caráter compensatório de carências nutricionais, de
saúde e culturais, com acentuada importância ao atendimen-
to médico e alimentar, uma vez que baseado no projeto Cen-
tro de Educação e Alimentação Prê-Escolar (CEAPE), coorde-
nado pelo Dr. Gandra, que "tem por finalidade a extensão
da educação e da assistência alimentar ao prê-escolar."¹¹
São mencionadas "técnicas pedagógicas de trabalho com prê-
escolares provenientes do meio sócio-econômico carente"¹²
e o pessoal envolvido recebe treinamento em atividades co-
mo dramatização, expressão corporal, música, desenho assim
como em aspectos teóricos: etapas e patologia do desenvol-
vimento entre outros.¹³

* Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

3.3.3 - Notícias de cursos, congressos e treinamentos constando-se entre os sete arrolados, quatro cujo tema recai especificamente sobre a educação pré-escolar.

3.4 - Treinamento e Aspectos Legais¹⁴

3.4.1 - Descrição detalhada do "1º Curso para Multiplicadores de Treinamento de Recursos Humanos para a Educação Pré-Escolar", realizado em Belo Horizonte. Conteúdo Básico: psicologia, planejamento, envolvimento da comunidade, atividades psicopedagógicas, saúde, nutrição.

3.4.2 - Artigo da Conselheira Eurides Brito da Silva:¹⁵ "A antecipação do início da escolarização."*

3.4.3 - Participação da COEPRE em Congressos, Encontros e Reuniões.

3.4.4 - Realização do II Encontro Nacional de Coordenadores de Educação Pré-Escolar, cujas principais sugestões foram:

- inclusão da habilitação pré-escolar nos cursos de 2º grau;
- assessoramento às Unidades Federadas;
- subsídios a elaboração de Propostas Curriculares;
- conscientização das Universidades para oferecimento de Cursos de Graduação na área pré-escolar;
- promoção de pesquisas sobre a pré-escola;
- trabalho integrado com escolas de formação de professores;
- criação de fontes de recursos para pré-escola.

* Já analisado por fazer parte do documento "Legislação e Normas da Educação Pré-Escolar."

3.5 - Outros Relatórios¹⁶

3.5.1 - Relatório descritivo do "Projeto Desenvolvimento da Educação Prê-Escolar no ano de 1977" que reafirma como seu objetivo geral o atendimento à população de 4 a 6 anos de idade de baixo nível sócio-econômico, confirma como objetivo paralelo o de "reduzir a distorção idade/série no 1º grau", a fim de "normalizar o fluxo e diminuir as taxas de repetência e evasão na 1ª série, dentro do preceito da ação preventiva preconizada pela Política Nacional Integrada de Educação."¹⁷

Sobre a influência da pré-escola no rendimento da criança no 1º grau — ponto este que é reafirmado em inúmeras ocasiões nos diversos documentos analisados — concordo com as palavras do Professor Vitor Valla no prefácio ao livro de Kramer.

"A autora não somente descarta* a educação pré-escolar como a solução dos graves problemas da população brasileira, mas também demonstra como a maioria dos programas tenta ensinar aos pais e às crianças das camadas populares brasileiras que seu fracasso é devido ao fato de serem (eles, os pais e crianças) 'inadequados'."¹⁸

Isto porque, diz ainda o Prof. Valla, as causas do fracasso escolar estão não na ausência da pré-escola e sim "na própria infra-estrutura sócio-econômica da sociedade e na maneira como esta determina a inserção dos indivíduos — adultos ou crianças — na produção."¹⁹

O relatório fala ainda da implementação de aspectos como:

- " . ação integrada do setor educacional com os demais setores das atividades social e econômica;
- . ampliação da rede pré-escolar: reformas e adaptações de ambientes físicos;
- . aquisição de material didático, bibliográfico e aparelhos de TV;
- . aquisição de mobiliário apropriado a ambientes

* Grifo meu.

- e programas;
- . atualização de recursos humanos;
- . 'desformalização' e 'flexibilidade'²⁰ da educação pré-escolar e suas estratégias e metodologias."

Ressalte-se que esta desformalização e flexibilidade de significam "arregimentação das crianças", independentemente da exigência de "matrícula e frequência"²¹ e diferentes padrões de atendimento quanto a horários, espaço físico, corpo docente, organização de turmas etc.

Teme-se que esta flexibilidade, que aparece várias vezes até o fim do estudo dos boletins, aliada à opção do MEC pelo não profissionalismo, signifique algo desestruturado e amorfo, porque parece significar uma indefinição de programas e metodologias, mais por desconhecimento das teorias do que por uma opção consciente e fundamentada. Ora, o professor da pré-escola é, via de regra, reconhecidamente uma pessoa sem formação específica, muitas vezes até sem o Curso de Magistério oferecido a nível de 2º grau, submetido a treinamentos rápidos. Estes dois fatores reunidos, dificilmente, levarão àquela citada competência que se deseja para a pré-escola brasileira.

Mello, a propósito, indica para a escola, a necessidade de uma

"Competência Técnica que poderia ser objetivada em termos do domínio do conteúdo do saber escolar e dos métodos adequados para transmitir estes conteúdos a crianças que não apresentam as condições idealmente estabelecidas para a sua aprendizagem."²³

O boletim apresenta a seguir quadro demonstrativo da aplicação dos recursos do MEC e do aumento quantitativo de crianças atendidas.

São apresentados também comentários sobre as atividades do Projeot, notadamente sobre a compra de aparelhos de TV destinados a receberem o programa "Sítio do Pica Pau Amarelo". Para propiciar conhecimentos de como utilizar este Programa com pré-escolares, houve um treinamento para professores, supervisores e coordenadores, envolvendo vários estados com a participação de um total de vinte e se-

T₂

te pessoas.

No entanto, todo este esforço e todo o custo que envolve um empreendimento deste tipo, foram vãos, porque, pelo menos no que se refere a Goiás, comprados os aparelhos, o programa "Sítio do Pica Pau Amarelo" nunca foi utilizado de modo sistemático, com professores exercendo monitoria específica para melhor aproveitar a potencialidade do programa. Diferenças de linhas de atuação entre o MEC e a TVE impediram a realização da atividade tal como ela havia sido pensada*.

O relatório em pauta menciona a divulgação da publicação "Atendimento Prê-Escolar", Volumes 1 e 2, em número de 40.290 exemplares.

Finaliza-se o relatório mostrando quatro motivos que, para as autoridades governamentais, justificam o enfoque da educação prê-escolar como projeto prioritário:

a) o atendimento à faixa etária de 4/6 anos É "instrumento comprovadamente eficaz"²⁴ para a prevenção das dificuldades que surgem nas séries iniciais do primeiro grau (evasão, repetência etc.).

Quanto a este item, pode-se dizer, mais uma vez, que é bastante duvidosa a "comprovada eficácia" do prê-escolar para "compensar" a criança de suas deficiências tornando-a capaz de enfrentar a competição social.

É verdade que as classes dominadas, repetimos, sofrem as consequências da falta de condições adequadas para uma vida digna. Mas isto não significa a ausência de cultura e sim algo diferente daquilo que é exigido pela sociedade dominante.

Diz Kramer:

..."Se o fracasso escolar e a segregação resultam da divisão da sociedade em classes há que aproveitar os aspectos positivos das desvantagens, valorizando a cultura de origem da criança, permitindo-lhe progressivamente compreender a dominação que sofre e questioná-la instrumentalizando tal criança para atuar nessa sociedade desigual e competitiva que a torna 'carente'."²⁵

* Este fato já foi descrito e comentado neste estudo.

Estas palavras servem como argumentos para a idéia de que não é um programa compensatório que beneficiará a criança e sim um trabalho pedagógico sério, que considere as qualidades que a criança certamente tem, a cultura que traz, e que lhe forneça conhecimentos que levem a atenuar a seletividade da escola e permitam à criança iniciar-se no caminho da apropriação do saber científico, indispensável à sua realização histórica e privilégio da classe dominante;

b) a importância da faixa etária de 0 a 6 anos para a pessoa humana;

c) a minimização da mortalidade e morbidade infantis pela influência do atendimento ao pré-escolar;

d) preocupação do poder público dos países em geral com o atendimento à infância.

Sobre estes dois últimos itens cabem os seguintes comentários: a mortalidade e morbidade infantis estão diretamente ligadas ao fato de que cerca de metade das famílias brasileiras possuem renda mensal de aproximadamente dois salários mínimos e só muito remotamente estes argumentos dizem respeito ao atendimento pré-escolar, sendo até ingênuo pensar-se nesta relação minimizadora.

Quanto à preocupação dos países em geral com a educação pré-escolar, deve-se deixar claro que esta preocupação chegou ao Brasil com 20 anos de atraso em relação aos demais países e que os modelos estrangeiros não são adequados à realidade brasileira.²⁶

3.5.2 - Resumos de experiências não convencionais de atendimento ao pré-escolar:

a) Projeto de Atendimento ao Pré-Escolar²⁷ (PROAPE) 1978-1980 — Convênio com o INAN* - Pernambuco.

A ênfase é à Suplementação alimentar ficando 77,8% dos recursos do INAN destinados à alimentação.

No aspecto pedagógico há referência a uma metodologia "flexível".

O boletim ressalta a participação obrigatória das

* Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

mães nas atividades de alimentação e recreação e que com esta participação obteve-se a proporção de uma professora para cada grupo de 100 crianças.

Vale comentar que um programa compensatório americano, na Universidade de Illinois, Urbana, conta com três professores para cada quinze crianças especialmente treinadas, além de um coordenador do programa.

b) Projeto Casulo (1977-1978) LBA²⁹

É um programa da LBA* destinado a atender o 4º extrato da sociedade brasileira.

Pretende dar assistência ao pré-escolar carente de 0 a 6 anos sob os aspectos: nutrição, recreação, segurança e formação. Busca o envolvimento da família e sua motivação para participar no Programa e no mercado de trabalho.

O projeto diz preocupar-se com a inserção da criança nas relações sociais e de produção e insiste em que não pretende resolver, com a pré-escola, os problemas do primeiro grau mas sua ligação com a LBA, isto é, diretamente com o Sistema, não permite a concretização de seus propósitos³⁰, que seriam diferentes daqueles explicitados pelo MEC.

c) Laboratório de Desenvolvimento Humano - São Paulo - 1973.³¹

Funciona junto à "Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo e junto ao Curso de graduação de Economia Doméstica em Piracicaba.

A experiência funciona numa escolinha colocada nos mais modernos métodos educacionais para pré-escolares.

Aí são oferecidas às crianças as mais variadas experiências individuais e de grupos, através de atividades livres ou dirigidas.

Nota-se nesta experiência três aspectos principais:

- 1) grande ênfase nos aspectos pedagógicos e nos métodos educacionais;

* Legião Brasileira de Assistência.

2) ausência de menção aos binômios saúde/alimentação;

3) o envolvimento dos pais não supõe obrigatoriedade e/ou participação nas atividades infantis.

Estas características fazem este programa bem diferente dos demais analisados neste estudo.

A explicação deve-se ao fato de que o Laboratório recebe filhos de professores e funcionários da ESALQ, e a clientela pertence à classe de nível sócio-econômico favorecido.

d) Plano de Educação Infantil (PLANEDI) - São Paulo - 1975³²

Atende crianças de 6 anos e existe uma professora para cada agrupamento de 120 crianças contando-se com a colaboração de um grupo de 4 a 6 mães.

c) Prê-Escolar Comunitário - Distrito Federal-1975³³

Programa emergencial incluindo assistência médico-dentária, alimentação, estimulação cognitiva, psicomotora e emocional da criança. Salienta-se a característica econômica do programa que conta com a participação de monitores voluntários (1º grau, 7ª e 8ª séries) e de mães.

d) Educação Prê-Escolar - Curitiba - 1974³⁴

Atende crianças de 3 a 6 anos de idade nos aspectos sócio-afetivos e instrucionais, envolvendo recreação, execução de atividades e alimentação.

Diz o resumo: "O elemento humano que atua sobre os freqüentadores do centro de recreação são especializados e usam técnicas apropriadas."³⁵

Diz também que o envolvimento dos pais neste programa, face aos esquemas rígidos imprimidos às escolas em geral, constituem uma nova sistemática educacional, buscando envolver a família e a comunidade.

Chamo a atenção para a expressão empregada — "elemento humano que atua sobre os freqüentadores" — a qual parece mostrar uma atuação autoritária e de cima para baixo.

Além disso, embora não explique qual seria o papel

dos pais, o programa parece reconhecer a ineficácia e precariedade do envolvimento dos pais nos moldes em que geralmente é estruturado.

g) Praça Batista Campos - Belém do Pará³⁶

Trata-se da instalação de um aparelho de TV em praça pública para que as crianças pudessem assistir ao programa "Sítio do Pica Pau Amarelo" e realizar atividades de sencadeadas pelo programa e organizadas por um grupo de monitores. São cerca de 90 crianças em três grupos de 30 sob a responsabilidade de 03 monitores, professores de 1º grau com treinamento específico.

O programa pretende que o acompanhamento e avaliação sejam constantes e mantidos até que as crianças cheguem ao final da 1ª série do 1º grau, para que possam ser avaliados os resultados finais da experiência.

(O boletim não apresenta datas da realização do programa). O programa é específico para a clientela de uma favela.

h) Programa de Ampliação da Educação Prê-Escolar (PAEPE) - Estado do Rio de Janeiro³⁷

Prevê o atendimento de crianças carentes, de periferia, supondo a possibilidade de suprir carências culturais e de desnutrição para evitar distorções idade/série e evasão nas primeiras séries do 1º grau.

Características do Programa: econômico; com participação da comunidade; atendimento a grande número de crianças; aproveitamento de espaço físico na comunidade; atendimento à educação, à saúde e nutrição.

As turmas são constituídas de 120 crianças atendidas por 6 mães sob a coordenação de uma professora especializada. O atendimento é feito em três horas diárias com atividades que visam desenvolvimento psicomotor, cognitivo, social e emocional, formação de hábitos alimentares e higiênicos.

As mães assumem compromissos de prestar serviços ao programa durante 15 dias no decorrer do ano letivo, como condição para a matrícula de seus filhos.

O presente documento, comentando este programa, afirma que assim

"as crianças são alimentadas e conduzidas sem bloqueios em suas iniciativas e experiências e que desta forma nenhum obstáculo se lhes antolhará ao processo de alfabetização."³⁸

Acrescenta que o mais importante é o aspecto quantitativo: quanto maior for o número de crianças no processo mais eficiente será o programa. Ora, sabe-se que a quantidade sem que se assegure certo nível de qualidade resulta numa farsa que ficará longe de atingir os objetivos desejados.

As palavras do texto classificam-se dentro do rol de expressões e palavras citadas muitas vezes neste trabalho que povoam o discurso referente às normas oficiais para a pré-escola brasileira: enfatizam a pré-escola como a alternativa que solucionará problemas sociais e os de aprendizagem no 1º grau, posição esta contrária à que se vem tomando neste trabalho.

Embora se saiba que os programas de fora não podem ser transportados linearmente para a realidade brasileira, achamos válido apresentar aqui algumas observações sobre projetos estrangeiros numa tentativa de estabelecer certa analogia com nossas propostas.

"Uma das características marcantes do sistema soviético de educação pré-escular consiste em que os estabelecimentos pré-escolares, de todos os tipos, estão adaptados ao máximo à demanda das mulheres que trabalham."³⁹

ainda:

"A pedagogia pré-escolar é parte orgânica das ciências pedagógicas soviéticas."⁴⁰

Nos Estados Unidos, na Universidade de Illinois, existe um programa pré-escolar cujo método

"não requer um equipamento especial. Mas dispõe de três professores, para apenas 15 crianças e que exige que essas professoras sejam especialmente treinadas no método. Conta, além disso com a presença atuante do coordenador do programa."⁴¹

3.6 - Propostas Curriculares.⁴²

São propostas das Secretarias Municipais do Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e das Secretarias Estaduais de São Paulo e Minas Gerais.

A equipe do MEC ao fazer a apresentação destas Propostas no Boletim nº 9, salienta que exime-se de emitir qualquer opinião avaliativa sobre elas ou mesmo de recomendar adoção de uma ou outra. Acrescenta que críticas e julgamentos caberão aos leitores.

3.6.1 - Bases para o Currículo Prê-Escolar - 1977 - Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.⁴³

Este currículo situa sua fundamentação teórica em Dewey, Gessel, Buhler, Piaget.

Apresenta algumas preocupações tais como: os princípios de criatividade, individualidade, atividades práticas, interesses do educando, a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, a necessidade da criatividade do professor.

A seguir lista cinquenta e sete objetivos específicos a serem atingidos na prê-escola.

3.6.2 - Currículo Experimental para Jardim de Infância (4 a 6 anos) - 1975 - Porto Alegre.⁴⁴

Apresenta-se fundamentado em Piaget, Gagné, Hilda Taba, Fleming, Pierre Vayer.

A partir da realidade biopsico-social do aluno, foram constituídas as bases do currículo, buscando-se atender aos princípios de flexibilidade e funcionalidade, sempre partindo do aluno como peça determinante do processo ensino-aprendizagem.

Segue-se um elenco de 103 objetivos específicos a serem alcançados pelas crianças na prê-escola e logo após um caderno curricular com sugestões de tarefas relacionadas aos objetivos específicos.

3.6.3 - A Prê-Escola no Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Educação.⁴⁵

Este trabalho apresenta-se fundamentado numa concepção de homem como ser livre, produto de suas próprias ações e por elas responsável, situado em uma realidade existencial concreta: o seu próprio contexto sócio-cultural.

Propõe-se a desenvolver os aspectos físico, emocional, intelectual e social a fim de integrá-los harmonicamente no sentido da expressão, comunicação e auto-direção consciente. Tem como objetivo o desenvolvimento harmonioso da criança, compensação de carências, facilitação do prosseguimento de sua educação a nível de 1º grau.

O documento não explicita a matéria, os objetivos e o conteúdo da estrutura curricular da proposta, salientando apenas que a orientação dos aspectos cognitivos é baseada na teoria Piagetiana.

3.6.4 - Modelo Pedagógico para a Educação Prê-Escolar - 1977. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.⁴⁶

O Modelo Pedagógico da Secretaria de Educação de São Paulo fundamenta sua proposta na teoria Piagetiana, explicando inicialmente os princípios de integração social, atividade, flexibilidade, objetividade e adaptabilidade. A partir destas colocações surge o objetivo geral de oferecer ao prê-escolar um ambiente estimulador e adequado à criança nesta faixa etária e de desenvolver os aspectos de comunicação e expressão, conhecimento do mundo físico e social, raciocínio matemático, saúde e nutrição.

O documento apresenta sugestões metodológicas, de princípios, procedimentos e de objetivos instrucionais para se trabalhar em cada um dos aspectos mencionados.

3.6.5 - Educação Prê-Escolar no Distrito Federal - 1978.⁴⁷

Os fundamentos destas propostas assentam-se nas teorias de Piaget, Bloom, Gessel, Bruner e em duas pesquisas realizadas no Distrito Federal:

- Marginalização Cultural: subsídios para um currículo prê-escolar em Brasília, conduzida pela psi

cóloga Anna Maria Popovic - 1974; e

- Caracterização da Criança Prê-Escolar no seu desenvolvimento cognitivo.

Como diretrizes o Distrito Federal apresentou:

- 1) o desenvolvimento infantil nos aspectos biológico e sócio-cultural;
- 2) os fatores emocionais, intelectuais, físicos e sócio-culturais que concorrem para este desenvolvimento.

Os objetivos foram colocados consoante as diretrizes propostas:

- Dimensão Biológica:
 - . formar hábitos e atitudes necessárias a preservação e manutenção da saúde;
 - . desenvolver-se fisicamente.
- Dimensão Sócio-Cultural:
 - . integração social;
 - . sucesso no relacionamento social.
- Dimensão Psicológica:
 - desenvolver os três domínios:
 - . cognitivo
 - . afetivo
 - . psicomotor.

3.6.6 - Análise das Experiências de Atendimento Prê-Escolar e dos Currículos.

Os boletins estudados até aqui apresentam resumos de nove Experiências de Atendimento Prê-Escolar e de cinco Propostas Curriculares.

Para facilitar um estudo crítico destes eventos, foram agrupadas as suas características comuns em quadros possibilitando uma visualização do conjunto.

As referidas características foram colhidas tão somente do discurso apresentado nos textos contidos nos boletins nº 5, nº 7 e nº 9, sem nenhum outro tipo de investigação ou pesquisa, quer na prática, quer em outros documentos, e foram explicitadas nas categorias que se seguem:

- A - Nome do evento e entidade responsável;
- B - Local de implantação do evento;

- C - Tipo de Ação - caracterizada pela maior ênfase ou prioridade do evento: se apenas pedagógica ou compensatória/pedagógica;
- D - Características Pedagógicas. Considerou-se como características pedagógicas dos eventos estudados o tipo e a natureza das atividades educativas propostas para as crianças expressas de maneiras diversas nas diferentes Experiências e Currículos; algumas se definem, por exemplo, pelos objetivos, outras pelos Domínios a serem desenvolvidos, outras apresentam atributos mais difusos e de interpretação subjetiva, como "funcional", "flexível", dentre outras.
- Esclarece-se, que o termo "flexível" utilizado na classificação surge muitas vezes em todo o discurso analisado neste trabalho e tem seu significado explicitado no Boletim nº 7/78 que refere-se à flexibilidade e desformalização das estratégias e metodologias como "arregimentação das crianças e de suas famílias, independentemente de matrícula e frequência aos Centros e Unidades de Educação Pré-Escolar."
- Embora talvez este conceito não se aplique a todas as situações em que o termo foi usado, a ausência de outra explicitação me permite conferir a este termo significados de "imprecisão", "indefinição", semelhantes à conceituação dada;
- E - Nº de alunos por professor. Considerou-se neste caso o número de alunos atendidos em cada classe e o número de professores encarregados da mesma;
- F - Participação dos pais. Inclue-se aí a participação de qualquer dos genitores ou pessoa responsável pela criança. Esclarece-se que os documentos indicam como mais frequente a participação das mães;
- G - Formação dos professores. A este respeito buscou-se perceber se o discurso apresentado nos

projetos, programas ou propostas curriculares mencionavam exigência de algum nível de forma
ção para os professores que neles atuassem e também se os referidos projetos, programas e propostas proporcionariam algum tipo de treina
mento a seus professores.

EXPERIÊNCIAS DE ATENDIMENTO PRÉ-ESCOLAR
QUADRO RESUMO Nº 1

NOME E ENTIDADE MANTENEDORA	LOCAL	TIPO DE AÇÃO	CARACTERÍSTICAS PEDAGÓGICAS	Nº DE ALUNOS POR PROFESSOR	PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Centro Integrado de Atenção ao Menor - FUNABEM - 1975	Distrito Federal	Compensatório/Preventivo em Educação, Alimentação e Saúde	Terminologia Piagetiana		
Assistência ao Pré-Escolar, Secretaria Municipal de Educação - 1975	Belo Horizonte	Compensatória em Educação, Alimentação e Saúde	-	-	sim	-
Atendimento ao Pré-Escolar INAN - 1977/1980	Pernambuco	Compensatório em Educação e Suplementação Alimentar	Flexível	1 Professor 100 alunos	sim (obrigatório)	Treinamento pelo projeto
Projeto Casulo 1977/1978 LBA	Alagoas, Ceará, R.G. Norte, Piauí, Paraíba, R. de Janeiro R. G. Sul	Compensatório em Educação Nutrição e Saúde	-	-	-	-
Laboratório de Desenvolvimento Humano (Iniciativa Particular)	São Paulo	. Pedagógica . Técnicas Modernas . Ensino Individual	Conteúdos apresentados pelo Curso de Graduação em Economia Doméstica	-	-	Treinamento pelo projeto
Plano de Educação Infantil SEC Municipal - 1975/1977	Município de São Paulo	-	-	1/100	sim	Treinamento pelo projeto
Educação Pré-Escolar - 1974 Prefeitura Municipal	Curitiba	Compensatório em Educação e Nutrição	Recreação e outras atividades	-	sim	-
Praça Batista Campos sem data	Belém do Pará	Compensatória de carências culturais	Atividades desenvolvidas a partir de Programa de TV	3/90	-	Treinamento pelo projeto
Ampliação da Educação Pré-Escolar	Rio de Janeiro	Compensatório de carências culturais em 3 horas diárias	Desenvolvimento .Psicomotor .Cognitivo .Social .Emocional .De bons hábitos	-	(obrigatório)	Especializado

PROPOSTAS CURRICULARES
QUADRO RESUMO Nº 2

NOME DO EVENTO E ENTIDADE MANTENEDORA	LOCAL	TIPO DE AÇÃO	CARACTERÍSTICAS PEDAGÓGICAS	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EXPLÍCITA
Bases para o Currículo Prê-Escolar Sec. Municipal - 1977	Rio de Janeiro	Pedagógica	Atividades Práticas . Criatividade . Individualidade	Dewey, Gessel, Buhler, Piaget
Currículo Experimental para Jardim de Infância 1975	Porto Alegre	Pedagógica: o aluno como peça determinante do processo ensino-aprendizagem	Flexibilidade Funcionalidade	Piaget, Gagnê, Hilda Taba, Fleming, P. Vayer
A Prê-Escola no Município de São Paulo Sec. Estadual	São Paulo	Compensação de carências Educacionais	Desenvolvimento dos aspectos: . Físico . Emocional . Intelectual . Social	Teoria Piagetiana
Modelo Pedagógico para a Educação Prê-Escolar Sec. Estadual	São Paulo	Pedagógica	. Flexibilidade . Objetividade . Adaptabilidade	Teoria Piagetiana
Educação Prê-Escolar no Distrito Federal 1978	Distrito Federal	Compensatório/Pedagógica	Dimensões: . Biológica . Sócio-Cultural Psicológica	. Piaget, Bloom, Gessel, Brunner . Pesquisas: - Marginalização cultural-Popovic - Criança Prê-Escolar no seu Desenvolvimento cognitivo

O exame dos quadros apresentados permite que se chegue a algumas posições sobre os eventos estudados:

- quanto ao tipo de ação proposta, a maior parte dos eventos apresentados, (dez dos quatorze) considerando-se os quadros I e II, têm em suas diretrizes características de uma ação do tipo "compensação de carências" o que permite que se duvide de sua efetividade para uma educação democrática e adequada aos interesses populares, uma vez que se considera neste estudo que a educação compensatória na pré-escola, tende a legitimar, ainda mais cedo a ideologia da classe dominante, reproduzindo as estruturas institucionais vigentes, como mais uma forma de controle social e cultural. Além disto, a educação compensatória é uma solução apenas aparente porque em última análise, discrimina a criança e reforça nela uma imagem negativa ao invés de resolver seus problemas;
- no que se refere às características pedagógicas, (quadros I e II), percebe-se uma orientação, na maioria das vezes flexível, vaga ou ausente. Apenas 5 dos eventos estudados apresentaram características objetivas e bem definidas;
- muitas das Experiências apresentadas (quadro I), mostram classes muito numerosas regidas por um só professor;
- a colaboração dos pais, especialmente das mães, é esperada na maioria das Experiências (quadro I) e mesmo exigida em algumas;
- a quase totalidade das Experiências (quadro I) e a totalidade dos Currículos apresentados (quadro II), deixam de mencionar qualquer exigência de estudos formais para os professores, ficando os treinamentos a cargo dos respectivos projetos;
- todos os Currículos apresentados (quadro II) con

sideram explicitamente a presença de Piaget em sua fundamentação teórica; já as Experiências (quadro I), não mencionam qualquer base teórica para sua ação.

Diante do painel aí esboçado conclue-se que a pré-escola, ao invés de basear sua ação em uma linha de educação compensatória, deveria ser capaz de planejar um trabalho pedagógico sério, competente, e ao alcance de toda a sociedade, tanto em quantidade como em qualidade.

Percebe-se também pela análise dos itens 2 e 3 que o papel do professor é pouco importante para as Experiências apresentadas. Destes professores não se exige muito, nem em quantidade (número de professores por aluno), nem em qualidade (nível de formação).

Ressalta-se que a fundamentação teórica das Propostas Curriculares se caracteriza como Piagetiana. Por outro lado, as Experiências apresentadas têm características de desformalização e flexibilidade (quanto a características pedagógicas, número de alunos por professor, ausência de formação do professor etc.), que seriam completamente incompatíveis com uma proposta educativa baseada na teoria de Piaget, uma vez que não deixam margem a que se infira que estes programas baseiem sua ação nos princípios mais essenciais da teoria piagetiana: estruturação, equilíbrio e interação.

Embora se saiba que os Currículos propostos não foram elaborados para ser postos em prática nas Experiências apresentadas, sabe-se também que tanto estas como aqueles foram divulgados pelo MEC, fazem parte de um mesmo Programa de Atendimento ao Prê-Escolar mais amplo e têm a força de diretrizes recomendadas e aconselhadas pelas autoridades para todo o território nacional.

Este fato faz as recomendações-diretrizes parecerem contraditórias. Esta impressão se confirma quando, participando na prática de programas mais formais de atendimento ao pré-escolar pelas instituições públicas (estaduais e municipais) não se encontra um mínimo das condições exigidas para a realização de uma proposta Piagetiana no que se refere à formação de professores, ambiente etc.

3.7 - O boletim nº 10⁴⁸

3.7.1 - O boletim nº 10/1978 merece especial atenção: já em sua apresentação a coordenadora da COEPRE ressalta que a importância da faixa etária de 0 a 6 anos na vida de uma pessoa, leva o MEC a colocar como prioritário* o atendimento pré-escolar junto às populações da periferia urbana e do meio rural.

Constitue-se o pequeno documento de um artigo que começa justificando a necessidade do atendimento ao pré-escolar mostrando um quadro em que, mais uma vez, entram fatores como migração rural, desemprego, sub-emprego, moradia difícil, alimentação esbarrada e de má qualidade, inexistência de serviços de saúde e educação convenientes, entre outros.

O documento reconhece que no Brasil a preocupação com a educação pré-escolar chega somente agora e que praticamente inexiste a pré-escola. Recomenda como solução a ação conjunta das instituições responsáveis pela educação, nutrição e saúde.

Ressalta a precariedade do recurso humano envolvido nesta área, na maioria professores de 1º grau sem formação específica, e a inexistência de cursos regulares para a formação deste professor. A remuneração baixíssima e nenhum estímulo à carreira.

Constata, no entanto, a absoluta necessidade da educação pré-escolar e a situa como elo de ligação entre a cultura dominante e as sub-culturas existentes.

Sugere uma flexibilidade curricular e metodológica ainda visando a diminuição dos índices de evasão e repetência no 1º grau.

Diz o documento:

"Torna-se claro a insuficiência de número e a inexistência quase total de pessoas com formação específica para trabalho com pré-escolares. Isto basta para justificar uma abordagem não profissio

* Grifo meu.

nalizante a partir de envolvimento comunitário. Assim antenderíamos simultaneamente a escassez de recursos humanos e a possibilidade de aumento da renda das famílias envolvidas, através da remuneração de seus serviços com a fixação de, no mínimo, o salário da região."⁴⁹

Vê-se que a posição da COEPRE é completamente contrária àquela em que Piaget aborda o problema da preparação dos professores. Para ele, toda tentativa de reforma é inútil sem a solução deste problema. Considera imprescindível

"a valorização ou revalorização do corpo docente primário e secundário — a cujos serviços não é atribuído o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderaram dessas profissões e que constituem um dos maiores perigos para o progresso e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações doentes."⁵⁰

Para Piaget, a solução sugerida é absolutamente oposta:

"existe uma única e idêntica solução racional — uma formação universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos maiores dificuldades assume o ensino se levado a sério)."⁵¹

Por outro lado, retomando a leitura do volume "Atendimento ao Prê-Escolar I - 1977,"⁵² verifica-se que o Professor Vital Didonet atribuía acentuada importância à especialização dos professores de prê-escolas a nível de graduação e de pós-graduação. É verdade que estes textos já admitiam claramente o envolvimento de "pessoal não especializado, para-profissionais e voluntários."⁵³

No entanto, ainda que o texto mencione esta possibilidade, o documento, desde a página 185 até a 189, trás várias vezes, expressões como "importância da formação específica do professor", "urge a formação do especialista", e outras. Este fato mostra uma certa incoerência ou dúvida expressada no volume "Atendimento ao Prê-Escolar I". Infelizmente esta dúvida já não existe e a atual opção do MEC com relação ao prê-escolar é, repito, pela não profission

lização, o que parece um grande retrocesso.

A COEPRE diz optar também por:

- integração de ações entre os diferentes órgãos;
- envolvimento máximo da comunidade;
- utilização de áreas disponíveis;
- organização de Banco de Dados para facilitar informações;
- realização de ciclos de debates para divulgação das teorias mais recentes.

3.7.2 - Uma reflexão global sobre os temas propostos nos boletins e revistos neste trabalho, permite que nos aproximemos de algumas conclusões:

- a proposta do MEC para a implantação e implementação da educação pré-escolar pode ser seguramente considerada como compensatória e calcada sobre modelos estrangeiros notadamente americanos* e já ultrapassados ou revistos e além disto sem o mesmo nível de qualidade material e humano;
- as experiências apresentadas nos documentos seguem esta linha de atuação (educação compensatória) privilegiando a quantidade de crianças atendidas em detrimento da qualidade. Esta situação é agravada pela explícita opção do MEC pela não profissionalização dos recursos humanos encarregados da educação pré-escolar;
- o programa de atendimento ao pré-escolar em pauta é vago e indefinido quanto a propostas metodológicas o que se alia a uma deliberada ausência de formação adequada para o professor;
- grande parte do discurso oficial mormente as Propostas Curriculares, justifica como ficou eviden

* A partir dos anos 60 foi desencadeado nos Estados Unidos o Progre Head Start in Action — que inspirou as ações relativas ao Atendimento Pré-Escolar no Brasil.

te pelos estudos feitos, seus procedimentos didático-pedagógicos com suporte piagetiano o que entra em choque com as demais posições do programa tornando-o contraditório e paradoxal. Uma proposta Piagetiana de educação não se coaduna com uma quase completa ausência de infra-estrutura para seu funcionamento como se pode depreender por exemplo, dos elementos:

- . programas flexíveis;
 - . professores despreparados;
 - . alunos muito numerosos;
 - . falta de equipamento;
 - . locais inadequados;
- o discurso divulgado nos diversos documentos contém, pelo simples fato de ser divulgado pelo MEC, uma diretriz podendo-se supor com alguma segurança que várias instituições podem haver tentado adotar os currículos, experiências, atividades e metodologias propostas ou pelo menos o seu embasamento teórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 3*. Brasília, 1975.
2. Idem, *Boletim nº 10*. Brasília, 1980. p. 3.
3. Idem, *Boletim nº 3*. Brasília, 1975. p. 22.
4. Idem, *Boletim nº 4*. Brasília, 1975.
5. KRAMER, Sônia. *A Política do Prê-Escolar no Brasil. A Arte do Disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1982. p. 116/117.
6. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 5*. Brasília, 1976.
7. Idem, *Boletim nº 5*. Brasília, 1976, p. 24-31.
8. Ibidem, p. 25.
9. Ibidem, p. 26.
10. Ibidem, p. 32.
11. Idem, *Boletim nº 3*. Brasília, 1975. p. 8.
12. Idem, *Boletim nº 5*. Brasília, 1976, p. 33.
13. Ibidem.
14. Idem, *Boletim nº 6*. Brasília, 1976.
15. Ibidem, p. 22-34.
16. Ibidem.
17. Idem, *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 2.
18. KRAMER, Sônia. op. cit. p. 8.
19. Ibidem, p. 107.
20. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 2.
21. Ibidem.
22. Idem, *Boletim nº 10*. Brasília, 1980. p. 5.
23. MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau. Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo, Cortez, 1982. p. 145.
24. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 17.

25. KRAMER, Sônia. op. cit. p. 46.
26. Ibidem, p. 100.
27. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 11-13.
28. SILVA, Amil Therezinha Oliveira de Assis. *O prê-escolar no Município de Cuiabá*. Subsídios para um diagnóstico. Rio de Janeiro, FVG, IESAE, 1982. Mimeog.
29. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 15/16.
30. KRAMER, Sônia. op. cit. p. 78.
31. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 7*. Brasília, 1977. p. 17.
32. Ibidem, p. 18.
33. Ibidem, p. 19.
34. Ibidem, p. 20.
35. Ibidem, p. 20.
36. Ibidem, p. 21.
37. Ibidem, p. 22.
38. Ibidem, p. 24.
39. SILVA, Amil Therezinha Oliveira de Assis, op. cit. p. 15.
40. Ibidem.
41. Ibidem, p. 17.
42. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Boletim nº 9*. Brasília, 1979.
43. Ibidem, p. 2.
44. Ibidem, p. 7.
45. Ibidem, p. 68.
46. Ibidem, p. 45.
47. Ibidem, p. 70.
48. Idem, *Boletim nº 10*. Brasília, 1982.
49. Ibidem, p. 5.
50. PIAGET, Jean. *Para onde vai a Educação?* Tradução Ivette Braga, 4a. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976. p. 28.
51. Ibidem, p. 29.

52. BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Prê-Escolar. *Atendimento ao Prê-Escolar*. Vol. I. Brasília, 1976.
53. Ibidem, p. 186.

4. O MOBREAL

4.1. O PRÉ-ESCOLAR NO MOBREAL

4.2. ATUAÇÃO E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O MOBRL

4.1 - O Prê-Escolar no Mobral

A proposta do presente trabalho pretende alcançar documentos oficiais sobre a educação prê-escolar até 1980. No entanto, estando-se já nos primórdios de 1983 não se pode deixar de enfocar um movimento que se delineia bastante forte, com relação à prê-escola, a partir de 1980. Trata-se do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A Fundação Mobral, criada pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, tinha como objetivo prioritário, até a mencionada data exclusivamente a alfabetização de adultos e jovens, com verba específica e bastante volumosa.

A partir de 1981 o Mobral foi redirecionado,

"tendo sua atenção voltada prioritariamente para a educação prê-escolar, com o objetivo de proporcionar à criança proveniente das populações carentes, oportunidades de vivenciar situações e de realizar atividades que contribuam para o seu desenvolvimento global."¹

Ora, antes de procurar conhecer o papel, os objetivos e estratégias desta nova frente do Movimento, creio importante uma reflexão sobre esta súbita guinada nas finalidades do Movimento.

Parece-me que a tentativa de análise que vem sendo realizada neste trabalho poderá auxiliar no encaminhamento destas reflexões.

Venho admitindo a hipótese de que o regime autori-

tário que se instalou no país criou certas condições para o aparecimento de mecanismo de conteção e coopção das classes populares, entre eles o Mobral e o próprio programa prê-escolar, em meados da década de 70 como já foi mencionado na introdução desta dissertação.

No final da década de 70, acontece politicamente a progressão de um fenômeno chamado de "a abertura" que se caracterizou principalmente pela concessão de anistia aos políticos atingidos pela "revolução" de 64, maior liberdade de imprensa e de expressão em geral, pela perspectiva de fixação da data das eleições, primeiramente para Governadores Estaduais, Prefeitos, Senadores, até num segundo momento, para Presidente da República.

Estes fatos foram encarados de modo geral pela sociedade civil como uma "distensão" da política autoritária instalada, embora não se possa dizer que significaram realmente, uma caminhada em direção a uma democracia mais autêntica. No entanto, a possibilidade das eleições em 82, pode ter influenciado as autoridades no sentido de privilegiar algumas atividades que encontram maior ressonância na opinião do povo assim como seria o caso do atendimento prê-escolar, em suas diferentes formas como ações educativas, ações de saúde, alimentação etc.

Por outro lado, a Professora Freitag² atribuiu ao Mobral, desde 1969, como já comentou-se neste estudo, funções de cooptação, controle e contenção do operário brasileiro, podendo-se, portanto, presumir que estas funções continuam a ser atributos desta Fundação apenas ampliadas e/ou diversificadas suas áreas de influência.

Outros questionamentos poderiam, também ser propostos:

- este redirecionamento foi devido ao fracasso da experiência com adultos e adolescentes?
- um investimento maior na área do prê-escolar, com a implantação de formas diversificadas de atendimento como creches etc., cooptaria as mulheres que cada vez mais participam na força de trabalho do mercado brasileiro?

Se, como diz o documento do Mobral, a redireção do

Movimento se deu efetivamente em 81 é que forçosamente já viria sendo planejado algum tempo antes. O ano "eleitoreiro" de 81 seria muito apropriado para medidas desta natureza assim como, a um pouco mais longo prazo, as eleições diretas para a Presidência da República poderiam também suscitar ações de cunho "populista" tão a gosto do estilo do governo na década de 80.

Feitas estas observações, passa-se ao estudo de alguns documentos e folhetos cedidos pela Fundação Mobral, numa tentativa de entender sua proposta e seus objetivos, procurando encontrar semelhanças e/ou diferenças em relação ao Programa de Educação Pré-Escolar iniciado em 75 e retratado no elenco de documentos revistos nas primeiras etapas deste trabalho.

É necessário esclarecer que o "redirecionamento" das atividades do Mobral foi determinado a partir de 81 e que 82 é considerado pelos técnicos da entidade*, como o ano de implantação. Devido a isto não existem ainda dados divulgados sobre a sua atividade específica que permitam uma análise mais detalhada da metodologia de sua atuação e dos resultados através dela alcançados. Mesmo porque, em educação, as ações são revestidas de uma certa lentidão tanto para sua implantação como para a percepção do retorno.

4.2 - Atuação e Princípios Metodológicos

Segundo o discurso contido em um documento do próprio Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral atendeu à convocação do MEC para voltar suas ações prioritariamente ao atendimento pré-escolar a partir de 1981 sem no entanto abandonar a educação de adultos e adolescentes.

Para isto teve que enfrentar certos desafios como:

- . "respeitar-lhe a origem (do pré-escolar), os valores, o ambiente, sem negar-lhes, entretanto, o

* Entrevista 04/02/82 - Técnicos do Mobral Pré-Escolar - R. Visconde de Ouro Preto, 65, 3º andar, Rio de Janeiro.

acesso à linguagem, aos valores e a todos os bens da cultura dominante";³

- . atender à exigência de qualidade, face ao grande número de crianças a serem atendidas;
- . desenvolver uma metodologia didático-pedagógica complementada com atendimento nutricional e médico.

Diz também tratar-se de uma ação comunitária envolvendo todos os setores da sociedade: escola, instituição mantenedora e família.

O Mobral parte da importância da educação pré-escolar para o ser humano que nesta fase é básica para a formação de sua personalidade, para o seu desenvolvimento motor, da linguagem etc.

Cita as deficiências quantitativas do atendimento pré-escolar no Brasil ressaltando que de 24 milhões de crianças de 0 a 6 anos, apenas 5%⁴ recebe algum atendimento, sendo que destes a maioria frequenta a rede particular, de alto custo e atendimento nem sempre adequado.

Menciona que a educação pré-escolar a ser proporcionada pelo Movimento, deve envolver outros setores do Governo que não apenas o da Educação, uma vez que deverão atender à "criança desnutrida, que tem doenças, que vive em lugares insalubres e que, muitas vezes, pertence a uma família desagregada."⁶

Mais adiante a Fundação Mobral mostra o 2º parágrafo do artigo 19 da Lei 5.692/71, que coloca a educação das crianças de idade inferior a sete anos, também a cargo dos sistemas oficiais de ensino, assim como o artigo 61 da mesma lei estimulando as empresas a cooperarem com a educação pré-escolar.

Reconhece uma grande diferença entre o que diz a Lei e a realidade dos serviços prestados até então.

Cita o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980 a 85 e as Diretrizes para Planejamento propostas pelo Ministério da Educação e Cultura para 1982 que definem como prioridades da educação pré-escolar, ambos argumentando sobre sua importância com expressões como:

"influência decisiva no aproveitamento posterior do aluno, principalmente nas primeiras séries do 1º grau"⁶

"particularmente aqueles relacionados a carências sócio-econômicas, tais como: nutrição, saúde, emprego e renda"⁷

e ainda a educação pré-escolar

"tendo como objetivo principal suprir carências anteriores" que obstaculizem o acesso ao 1º grau"⁸

Apresenta a seguir medidas já tomadas pelo MEC como apoio às diretrizes apresentadas:

- criação da COEPRE,
- articulação dos diversos órgãos dos ministérios que se ocupam desta faixa etária,
- levantamento de custos para a expansão da rede física dos centros de educação pré-escolar,
- envolvimento do INAE**
- inserção do Mobral prioritariamente na área pré-escolar.

Procura esclarecer o significado da educação, identifica o educador com as instituições, ressalta a importância da participação da população no processo decisório.

Neste ponto, do estudo, detenho-me para algumas observações:

- a linguagem adotada até aqui, e o exame da bibliografia consultada no documento, indica que a equipe elaboradora deste trabalho tem consciência dos problemas relativos à realidade brasileira;
- o discurso apresentado aparece ainda no entanto eivado das concepções de compensação de carências e de solução dos problemas de 1º grau através da pré-escola;
- o discurso refere-se à Instituição, identificando com ela o educador. Vale exemplificar com esparágrafo:

* Grifo meu.

* Instituto Nacional de Alimentação Escolar - (antigo CNAE, Campanha Nacional de Alimentação Escolar).

"A instituição no papel do Educador, por mais que se identifique com a população, deve evitar a atitude de definir, por ela, seus interesses."⁹

Até que ponto os interesses da população são definidos e manifestados por ela mesma e não impostos?

Em seguida o texto afirma como princípio da ação do Mobral na pré-escola, a valorização e estímulo à expressão criadora da criança objetivando desenvolver todas as potencialidades de tal maneira que esta educação "lhe possibilite ser livre mas ao mesmo tempo participante do grupo."¹⁰

Temo, no entanto, que a pré-escola se assemelhe de masiadamente (pelo menos por enquanto) à escola de primeiro grau que existe no momento no Brasil, que apenas obtém a reprodução de situação existente, nada criativa, nem apropriada à formação de um ser "livre". Ressalte-se que o sentido de liberdade, dentro da concepção liberal da nossa sociedade (de classes), é bastante relativa.

O documento refere-se ainda ao "amor como elemento principal entre todos os demais fatores."¹¹ Sobre este aspecto, compartilho da opinião de Mello,¹² quando manifesta seu receio de que, sempre reconhecendo que toda criança precisa de afeição e carinho, este "amor" venha a substituir a "competência", condição necessária para a eficiência da pré-escola em todos os sentidos.

Os objetivos gerais propostos no trabalho podem resumir-se em dois:

- o desenvolvimento global da criança;
- o favorecimento através de educação, do acesso aos bens produzidos pela sociedade.

Os objetivos específicos referem-se, os dois primeiros, à saúde e higiene e os seguintes a atividades psicomotoras e a socialização.

Como estratégia operacional, o Mobral se propõe a desenvolver ações complementares — que são as de apoio e reforço ao que já existe nos sistemas de ensino — e suplementares — criação de ações educativas em locais onde não existam.

Ressalta o Mobral algo muito importante: gradualmente, "irá transferindo tal execução às instituições e às

comunidades."¹³ Esta afirmação deixa bem clara uma característica da ação do Movimento: não é permanente. Parece-me difícil, no entanto, assegurar a continuidade destas iniciativas em todo o território federal.

A documentação estudada neste trabalho registra que, segundo sua estratégia, o sistema de Ensino Oficial terá que receber todos os pré-escolares atendidos pelo programa quando atingirem a faixa etária apropriada. Registra também a necessidade de atender a quantidade garantindo a qualidade. Indica para garantir esta qualidade os seguintes pontos:

- participação da comunidade, família etc.
- respeito à criança;
- satisfação das necessidades básicas físicas, sociais e psíquicas;
- número adequado de crianças por monitor (25/30);
- aproveitamento adequado dos espaços físicos;
- ambiente simples e amplo;
- utilização do material da comunidade;
- valorização da cultura local.

Onde está a formação do Educador como fazendo parte (imprescindível na minha opinião) das condições para o trabalho com o pré-escolar?

O texto esclarece também que a ação educativa será realizada por meio de Núcleos de Educação Pré-Escolar (NEPE) e de Grupos de Atendimento do Pré-Escolar (GAPE). Apresenta a seguir critérios para a seleção de monitores:

- vivência na comunidade;
- nível de escolaridade (em ordem de prioridade):
 - . 2º grau + estudos adicionais/habilitação magistério pré-escolar;
 - . 2º grau magistério completo;
 - . 2º grau magistério incompleto;
 - . 2º grau completo;
 - . 2º grau incompleto.

O monitor deverá também:

- coordenar as atividades do núcleo;
- orientar a comunidade e famílias.

O atendimento será de 4 horas diárias e a alimenta

ção oferecida em convênio do INAE/SE*.

Prevê-se atendimento a saúde preventivas e curativas.

Nos GAPE as exigências para a seleção de monitores são menores. (Neste caso concluo que não é exigido o segundo grau nem incompleto). O atendimento médico e alimentar não são critérios mínimos, porém é "necessária a preocupação com o constante aprimoramento da qualidade do trabalho desenvolvido."¹⁴ (Neste caso pergunto-me: como garanti-la?)

O programa faz dois tipos de supervisão: direta e indireta.

a) A direta inclui:

- . reunião com as respectivas coordenações;
- . visitas;
- . treinamento de monitores.

Assinala que "o NEPE e o GAPE apresentam, algumas diferenças quanto à duração dos mencionados treinamentos e ao nível de aprofundamento dos temas/conteúdos tratados nessa ocasião."¹⁵

Temo que neste caso ocorra o seguinte: o grupo de escolarização mais elementar receberá "treinamento" mais superficial e o outro mais intenso. Isto leva àquele mesmo problema já abordado algumas vezes neste trabalho: quem precisa mais receberá menos. E as diferenças perduram porque são reforçadas. Mas o Mobral não se posiciona neste sentido. Será o contrário? Deixo aqui o benefício da dúvida.

b) Supervisão indireta: correspondência, envio de publicação e revistas.

Acresce-se uma supervisão eventual (sic).

Como conclusão desta parte, o discurso diz que a ação tem finalidade em si não sendo mera etapa preparatória para o ensino de 1º grau.

Espero que esta ressalva final do documento em estudo aproxime-se da realidade embora ela esteja em contradição com outras afirmativas do texto. Parece-me, esta co-

* Instituto Nacional de Alimentação Escolar-Secretaria da Educação

locação, antes uma postura consciente da equipe encarregada do trabalho do que intenção da personalizada "instituição" tantas vezes enfatizada no decorrer do texto.

O estudo do texto apresentado pelo Mobral como síntese de seus Princípios Metodológicos¹⁶ conduz a reflexões um pouco diferentes. De início o documento enfoca a educação pré-escolar como uma "tarefa inadiável e urgente" e como "direito de todas as crianças". Além disso, vê a escola como o local onde se facilita o desenvolvimento, e coloca que:

"A criança, oriunda da população de baixa renda, que sofre carências de origem nutricionais e de saúde, traz todo um universo cultural, de estilos, vivências e linguagem, diferentes dos padrões estabelecidos pela cultura dominante."¹⁷

Propõe um trabalho de transformação partindo-se da cultura da criança, visando a formação de uma consciência crítica. Reconhece, ademais que "conceber a educação pré-escolar como solução dos problemas do ensino de 1º grau é atribuir-lhe uma responsabilidade que não é sua."¹⁸

Ora, até este ponto já surgem algumas características no discurso utilizado, bem opostas àquela que vinha sendo mostrada. Por exemplo: a pré-escola não é solução para os problemas educacionais do 1º grau; deve-se partir da cultura diferente* que a criança traz etc.

Procura, o documento, a seguir, mostrar que as crianças não são todas iguais, que têm preferência e ritmos de desenvolvimento distintos, lembrando que grande parte das teorias sobre o desenvolvimento infantil "foram elaboradas a partir da observação de crianças de classe média, que têm uma realidade diversa e por isto podem apresentar um desenvolvimento diferente daquelas provenientes de classes de baixa renda."¹⁹

Menciona que as idades estabelecidas pelos teóricos para a aquisição de determinados comportamentos não são rígidos e que portanto não se deve rotular ou comparar as

* Os grifos são meus.

crianças entre elas e sim cada uma em relação ao seu desempenho anterior, pois elas sempre podem mudar.

Ressalta a importância de que o educador conheça as etapas do desenvolvimento infantil para que possa propor adequadamente as atividades e incentivar e valorizar suas realizações.

Quanto à linguagem, o texto sugere que seja desenvolvida e estimulada a partir da realidade em que vivem e que não se exija ainda nesta etapa o falar "corretamente", pois isto poderia bloquear a espontaneidade da criança.

Acentua a importância do planejamento sugerindo que se introduza as atividades de forma criativa e variada, evitando-se a monotonia e despertando o interesse da criança.

Fala sobre os recursos, sucata, brinquedos prontos, móveis, estantes, espaços cobertos e ao ar livre.

Reflete sobre a necessidade do envolvimento da família e do envolvimento da comunidade em geral sempre objetivando favorecer acima de tudo a criança.

Tudo isto o documento coloca dentro de uma ótica equilibrada que parece visar honestamente a educação pré-escolar a que as classes dominadas têm direito.

O redirecionamento do Mobral, contudo, é um movimento muito recente, cujos frutos ainda não podem ser conhecidos.

No entanto, algumas observações podem ser feitas: em ambos os textos analisados nota-se a persistente inexistência de referências à formação do professor. Refere-se às atitudes que deve ter o educador mas não à sua formação. Onde irá ele tomar conhecimento destas atitudes, refletir sobre elas e internalizá-las? Nos treinamentos mencionados no 1º documento analisado? Tudo faz crer que o programa Mobral segue a diretriz do boletim nº 10 da COEPRE, sobre a não profissionalização do professor do pré-escolar.

Por que esta recusa em se investir na formação do educador?

Parece-me pouco possível pressagiar sucesso a pré-escola proposta neste programa, apoiado em "professores" não profissionalizados, isto é, sem formação adequada. A seriedade de qualquer projeto, fica, a meu ver comprometida

quando suas diretrizes não incluem ou pelo menos preveem a curto ou médio prazo a formação do educador.

O que se espera desse "professor" não é pouco, não é fácil, pelo contrário, é muito difícil e a má condução deste atendimento, a despeito da boa vontade da monitora, pode trazer graves conseqüências para as crianças.

Encontrou-se todavia, em outros aspectos, um discurso bem diferente do oficial, analisado nas primeiras etapas do trabalho, inclusive diferente do primeiro documento do Mobral em estudo. Isto talvez se deva à postura da equipe atuante no Mobral no momento, que teve certamente formação numa Universidade mais aberta em termos de bibliografia indicada, posições dos professores etc., os que leva a um discurso bem diverso e mesmo antagônico ao institucional*.

É importante, pois, a ocupação destes espaços com propostas adequadas que levem àquela pré-escola "competente" para atender à criança brasileira.

Daqui alguns anos seria interessante e adequado um estudo avaliativo dos programas ora propostos.

Foram estudados outros documentos ainda, relativos à educação pré-escolar envolvendo o Movimento Brasileiro de Alfabetização que dizem respeito, respectivamente, a um "Programa Nacional de Educação Pré-Escolar"²⁰ e às "Diretrizes de atuação do Mobral."²¹

Segundo minha leitura muitos aspectos destes textos reforçam posições adotadas desde 1975, quando da elaboração dos primeiros documentos específicos sobre o pré-escolar, pela COEPRE-MEC. No entanto, do mesmo modo que os documentos estudados no início deste mesmo capítulo, ressaltam-se posições bem diferentes daquilo que vinha sendo colocado até aqui.

Vale chamar a atenção para alguns trechos:

* A Professora Sônia Krammer consta entre os responsáveis pelo texto mimeografado "Princípios e Métodos".

"A tarefa de oferecer educação pré-escolar a todas as crianças é um grande desafio considerando a existência em 1980, de 23 milhões de crianças menores de sete anos, das quais cerca de 70% sofrem insuficiência de meios essenciais para seu conhecimento e desenvolvimento."²²

"É preferível distribuir um pouco para muitos, assegurada na eficácia, em vez de muito para poucos, o que acentuaria cada vez mais as desigualdades educacionais. Isso não quer dizer, em absoluto, uma educação pobre para crianças pobres, ou uma escola de segundo nível para crianças dos meios carentes, mas a possibilidade efetiva de oferecer a um grande número de crianças um apoio para superar os condicionamentos negativos a que estão submetidas."²³

Dizem ainda os documentos:

- visa-se atender a um grande número de crianças, com eficácia e baixo custo;
- o atendimento de grande número de crianças não significará uma ação massificante;
- a educação pré-escolar não* deve ser vista como preparatória para o ensino de 1º grau mas indiretamente ajudar a diminuir a evasão e reprovação na 1ª série;
- a democratização das oportunidades deverá orientar as decisões na área pré-escolar;
- "a educação pré-escolar não é 'panacéia' dos males sociais nem substitui as medidas redistributivas de renda que elevem as condições das próprias famílias para proporcionarem os meios essenciais ao desenvolvimento de seus filhos."²⁴
- "Deve-se prestar atenção na preparação de recursos humanos para a educação pré-escolar: o professor, os pais, os monitores, e outros envolvidos no atendimento à criança."²⁵
- as turmas de crianças terão um número maior que nos "jardins" tradicionais;
- a clientela potencial é de 15 milhões de crianças;
- o programa deverá ser formulado em curto espaço de tempo;

* Grifo meu.

- o MEC pretende até 1985 alcançar 50% dos 7 milhões de crianças de 4 a 6 anos;
- o MEC deverá repassar cerca de 3 bilhões e 200 milhões de cruzeiros esperando-se que os sistemas de ensino concorram com sua parte.

O Folheto fala ainda em estratégias, necessidades de planejamento e responsabilidades, na execução, assim como a supervisão e Plano de Ação do Programa. Há um item intitulado "Treinamento de Recursos Humanos"²⁶ que engloba todos os cargos e encargos da pré-escola, desde educadores até os pais e familiares.

Este último documento estudado, declara que o Mobral assumiu as diretrizes a ele conferidas pelo MEC, integrando-se às atividades das Unidades Federadas e Municipais concedendo prioridade à população carente urbana e rural.

Posso observar então, que no discurso apresentado pela Fundação Mobral em 81/82 verifica-se um progresso nas posturas e posições que enfocam a educação pré-escolar. Já se fala em respeitar a cultura do povo, admite-se esta cultura como existente e diferente daquela da classe dominante, coloca-se a pré-escola como um valor em si e não como preparação para o 1º grau etc.

Alguns perigos todavia ainda persistem:

- como garantir a qualidade e a eficácia a baixos custos?
- como lidar adequadamente com uma classe muito numerosa?
- e a formação do Professor? Os documentos revisitos falam em Treinamento de vários graus mas não mencionam nem preveem, como já observei algumas linhas atrás, um verdadeiro e sério programa de formação do professor para a pré-escola, quer em nível de 2º ou 3º graus ou de especialização;
- como falar numa educação pré-escolar que não seja de baixa qualidade para crianças de baixo nível sócio-econômico, se não se garante a qualidade da formação do Professor?

Lembro aqui a posição de Piaget já citada várias vezes neste trabalho: quanto mais elementar é o nível de edu

cação maior o cuidado na formação do educador.

O MEC está propondo, parece-me, através do Mobral um programa de grandes proporções. Considerou 82 como sendo o ano de Implantação. Os resultados ainda não são visíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. *A Atuação do Mobral no Programa Prê-Escolar*. Rio de Janeiro, Gráfica do Mobral, 1981 (mimeog.).
2. FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edent. 1978. p. 83.
3. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. *A Atuação do Mobral no Programa Prê-Escolar*. Rio de Janeiro, Gráfica do Mobral, 1981 (mimeog.).
4. Ibidem, p. 3.
5. Ibidem, p. 4.
6. Ibidem, p. 5.
7. Ibidem, p. 5.
8. Ibidem, p. 6.
9. Ibidem, p. 10.
10. Ibidem, p. 11.
11. Ibidem, p. 13.
12. MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau, Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo, Cortez, 1982.
13. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. *A Atuação do Mobral no Programa Prê-Escolar*. Rio de Janeiro, Gráfica do Mobral, 1981 (mimeog.), p. 16.
14. Ibidem, p. 19.
15. Ibidem, p. 22.
16. Idem, *Educação Prê-Escolar. Princípios Metodológicos*. Rio de Janeiro, 1981 (mimeog.).
17. Ibidem, p. 3.
18. Ibidem, p. 4.
19. Ibidem, p. 5.
20. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria

- Geral. *Programa Nacional de Educação Prê-Escolar* - Brasília. Coordenadoria de Comunicação Social, 1981.
21. Idem, *Diretrizes de Atuação do Mobral* - Brasília. Coordenadoria de Ação Social, 1982.
22. Idem, *Programa Nacional de Educação Prê-Escolar* - Brasília. Coordenadoria de Comunicação Social, 1981. p. 10.
23. Ibidem, p. 10.
24. Ibidem, p. 12.
25. Ibidem, p. 13.
26. Ibidem, p. 17.

5. CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Ao final desta tarefa a que me propus, tentarei chegar a algumas conclusões de ordem geral, sobre os propósitos e contradições imbricadas no discurso oficial contido nos textos aqui estudados.

Estes textos constituem o conteúdo de Leis, Diretrizes e Normas propostas para a orientação e direcionamento dos Programas de Educação Prê-Escolar de 75 a 80.

Desde a Introdução deste trabalho, expressei minha convicção que tais Normas e Diretrizes partindo do Ministério da Educação e Cultura, teriam para os Programas a nível dos Estados e Territórios uma grande força. O próprio MEC reconhece e enfatiza o seu poder quando o Sr. Secretário de Ensino de 1º e 2º graus, destada a intenção de fazer "suas diretrizes e sua força, que move iniciativas chegar a todos os pontos do País onde a educação das crianças menores de 7 anos é urgente e necessária."¹

Assim, num primeiro momento, tentou-se estabelecer a importância da educação pré-escolar em si, independente de seu suposto papel compensador de carências de vários tipos ou de sua milagrosa influência na prevenção de problemas concernentes ao ensino do 1º grau.

Buscou-se também situar a pré-escola dentro de um quadro político a fim de esclarecer-se um pouco mais as causas, os motivos do resurgimento da preocupação com este nível de ensino. As medidas relativas ao atendimento infantil surgiram inicialmente em caráter apenas assistencial, não existindo formalmente como parte do sistema de ensino

elementar, o primeiro grau.

Notou-se que, via de regra, as ocasiões de crises político-econômicas aliadas ao descontentamento popular e ao surgimento de regimes mais autoritários, coincidem com o aumento da atenção à infância e à educação, como mecanismos de controle social para a manutenção do poder.

Em 1975, com a criação da COEPRE-MEC, o pré-escolar passou a fazer parte das Secretarias de Educação mas, de certa maneira, como um apêndice inoportuno, sem participar dos recursos do 1º grau e com poucos recursos próprios. Falava-se muito sobre a pré-escola. Lia-se um pouco a respeito. Surgiram propostas e projetos. Mas a ação todavia não era significativa — o que se confirma a partir dos documentos revistos.

Com relação ao capítulo Diretrizes e Leis, o estudo mostra um conjunto de trabalhos com várias características comuns:

- um discurso humanista, idealista e individualista;
- postura baseada nas concepções de compensação de carências advindas da privação cultural;
- grande ênfase no enfoque de carências biológicas aliada a sugestões irrealistas para sua superação;
- várias diretrizes, determinações e mesmo leis cujo cumprimento é muito questionável quando não totalmente ausente;
- incoerência de posições, manifestada dentro do próprio discurso. Por exemplo: num momento se afirma a prioridade da pré-escola, em outro logo adiante, se nega esta prioridade;
- enfatiza-se a necessidade da formação profissional adequada do professor e adiante nega-se esta necessidade, quer explicitamente, quer por ausência de medidas efetivas neste sentido;
- enfoque da educação pré-escolar como solução para os problemas a nível de 1º grau: esta posição é dita, reforçada e repetida inúmeras vezes desde os documentos iniciais datados de 1976 até o

primeiro documento do Mobral estudado no Capítulo anterior.

O estudo dos Boletins, por sua vez, desvenda um discurso que vem confirmar e reforçar estes traços da nossa educação prê-escolar relacionados no parágrafo anterior, tais como o caráter compensatório das atividades propostas, o papel de remédio para o fracasso escolar nas séries iniciais etc.

Três também outros pontos como características prôprias: o primeiro é a existência de vários programas, experiências e propostas curriculares cujas proposições pedagógicas são classificadas como flexíveis, sem rigidez, informais, fato que, se considerarmos a falta de preparo do professor, confessada e assumida pelos documentos oficiais, parece-me que pode levar a um ecletismo indesejável tanto para o professor que se sente perdido, como para a criança a quem faltará uma orientação coerente.

O segundo é a utilização de uma terminologia piagetiana em parte dos trabalhos estudados e mesmo a mensão específica desta teoria em muitos programas e/ou currículos. Este fato causa preocupação e espanto quando se sabe que a posição de Piaget se caracteriza por alguns pressupostos como a formação cuidadosa do professor, implicando em conhecimentos bastante profundos do desenvolvimento bio-psicológico da criança, entre outras coisas.

Uma terceira constante encontrada nas atividades expressas nos boletins estudados, é o grande número de crianças por professor e/ou monitor. Dificilmente pode-se garantir qualidade a partir deste dado.

Finalmente questiona-se o tipo de envolvimento das mães tal como é sugerido nos documentos em vista. A esse respeito, chamou-me a atenção tanto o caráter obrigatório desse envolvimento, como uma certa incoerência da proposta: uma das mais importantes funções do atendimento infantil em instituições seria a possibilidade de emprego por parte dos pais ou responsáveis pela criança, os quais teriam onde deixar seus filhos por algumas horas ou por toda a jornada de trabalho. Como conciliar isto com a participação obrigatória das mães? Sem que se fale de uma certa exploração da

mão-de-obra barata, que parece caracterizar este procedimento. Pergunta-se: as instituições freqüentadas por pessoas de nível sócio-econômico alto, condicionam a freqüência das crianças à colaboração das famílias?

Quanto à metodologia utilizada — o estudo dos documentos pela ordem cronológica de seu aparecimento — leva-me também a algumas conclusões: inicialmente os textos enfatizam muito a necessidade de formação do professor nos três níveis, 2º grau, 3º grau e especialização, *lato e stricto-sensu*.

Prevvia-se, é verdade, nas publicações divulgadas em 1975, a colaboração de monitores, de mães e de familiares e até mesmo admitia-se o professor leigo, com 2º grau completo ou incompleto, nos locais em que existisse falta de elemento com formação profissional adequada. Afinal, a figura do professor leigo, não se pode negar, ainda é uma realidade nas regiões interioranas e há que se conviver com ela, mesmo a nível de 1º grau.

No entanto, a revisão dos primeiros documentos divulgados, revela forte preocupação com a formação de professores e clara intenção de tomar ou fazer com que fossem tomadas as medidas necessárias para a concretização destes propósitos.

A partir de uma "olhada para trás" desde 1980, pode-se afirmar, concluindo, algumas ocorrências:

1) este discurso, tão claro nos meados da década de 70 não se concretizou. Isto é, de lá para cá não se notou, ou mesmo — pelo menos no que me diz respeito — não se teve notícias de um significativo aumento na quantidade dos cursos de conteúdo pedagógico específico para a pré-escola;

2) à medida que os documentos iam sendo estudados e reestudados em ordem cronológica, notava-se menor ênfase na necessidade desta formação, o que culminou com o aparecimento do "Boletim nº 10" em 1980 o qual testemunha a opção do MEC pela não profissionalização do professor. Esta característica no Programa de Educação Pré-Escolar proposta na época parece persistir na nova postura assumida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização esboçada no final de 79 e implantada em 1982: a prioridade para a pré-escola.

Outras modificações significativas, no entanto, apareceram a partir de 1980 quando, num esforço talvez para apresentar uma imagem mais popular de um governo ainda autoritário ou quiçá, também pressionadas pela insatisfação popular devido à crise econômica existente, tanto a nível internacional como nacional, as autoridades optaram por um grande impulso à educação pré-escolar.

Este incremento surgiu — segundo o discurso oficial — sob a forma de uma prioridade total à pré-escola, através da citada Fundação Mobral como órgão planejador e executor de um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

O exame das diretrizes e da metodologia de ação deste Programa parece-me assemelhar-se à grande expansão da Universidade Brasileira que, objetivando aumentar quantitativamente o número de indivíduos com formação universitária, abriu, a partir de 1968 as possibilidades de criação de faculdades em inúmeras áreas do conhecimento, sem que se garantisse níveis mínimos da qualidade do ensino proporcionado, privilegiando-se a quantidade de alunos matriculados. Analogamente, tudo indica que se pretende agora, uma pré-escola atendendo a um número bastante grande de crianças, (50% de 7 milhões até 1985, ano eleitoral) apoiado em "professores" sem formação específica imediata e aparentemente sem um planejamento para esta formação a curto, médio ou longo prazo.

Esta é seguramente, uma característica inquietante do programa.

Conforme afirmei no capítulo em que o Mobral foi estudado, parece-me difícil profetizar sucesso a um movimento educacional de qualquer nível sem que se assegure a formação adequada do educador.

No entanto, encontrei alguns dados positivos com relação as novas propostas para a educação pré-escolar de agora em diante lideradas pelo Mobral:

- o programa não pretende oferecer uma educação pobre para as crianças pobres nem uma escola de segundo nível para estas mesmas crianças;
- a educação pré-escolar, não será preparatória para o 1º grau, embora possa ter certamente conse-

quências futuras positivas para a vida da criança.

Estas são modificações importantes detectadas segundo o estudo cronológico dos documentos a partir de 1975. São posições positivas que beneficiarão muito a educação infantil, se realmente postas em prática, quaisquer que tenham sido as razões, forças ou interesses que as motivaram.

Muitas dificuldades, no entanto, ainda terão que ser resolvidas e inúmeras posturas e diretrizes terão que ser repensadas e redirecionadas para que possa haver um atendimento adequado à grande maioria das crianças brasileiras na faixa etária de zero a seis anos.

Repito questões já propostas em certos momentos deste trabalho:

- como garantir a eficiência e a qualidade a baixos custos?
- como lidar com classes, muito numerosas, de crianças pequenas, de modo produtivo?
- como formular um programa eficiente num espaço de tempo tão curto?
- e muitas outras poderiam ainda ser feitas.

Mas para o Programa do Mobral, tudo está ainda começando. O *out-put* ainda não pode ser analisado.

Assim, esperamos que, daqui para diante, de qualquer modo, os resultados sejam melhores do que os percebidos até agora. A criança brasileira precisa e merece.

Certamente, de toda forma, haverá muitas brechas a serem ocupadas e espaços a serem conquistados. E isto deve ser feito por todos aqueles que estão conscientes da necessidade de se propor um discurso mais honesto e condizente com os interesses das classes populares e uma prática coerente com tal discurso.

Espero que a reflexão proposta neste trabalho, os estudos e observações realizados, sirvam para alertar e auxiliar os que acreditam nos efeitos benéficos da seriedade e da competência em qualquer atividade educacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. *Educação Pré-Escolar: Programa Nacional*. Brasília, Ipiranga, 1982. p. 5.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Vera Maria de Moura. *Escolaridade, Nível Sócio-Econômico, Nível Mental e Provas Operatórias de Jean Piaget: Estudo Comparativo em Crianças de Goiânia*. Goiânia, UFG, 1977. Tese de Mestrado (mimeog.). Citação à p. 124/125.
- ANAIS da I Conferência Brasileira de Educação. Cortez, São Paulo, set. 1981.
- ARRUDA, Bertoldo K. C. IV Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar. OMEP. *Nutrição da Criança*. Brasília: 8 de julho, 1980.
- ASSMAN, H. Santos T. & CHOMSKY, N. *A Trilateral*. Nova Fase do Capitalismo Mundial. Petrópolis, Vozes, 1973, 215 p.
- BALDWIN, Alfred Lee. *Teorias de Desenvolvimento da Criança*. São Paulo. Pioneira, 1973, 570 p.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975, 238 p.
- BRASIL, II Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar: 11 a 17 de julho. São Paulo, 1976.
- _____, Conselho de Desenvolvimento Social. Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Rio de Janeiro, IBGE, CSG, 1976. p. 25.
- _____, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. *Três Pronunciamentos: Uma Política de Alimentação e Nutrição para o Brasil; A Qualidade de Vida; Aspectos Conceituais de uma Política Alimentar e Nutricional*. Brasília. 1976, 81 p.
- _____, MEC. CFE. XI Reunião Conjunta dos Conselho de Educação. Brasília. Minas Gráfica, 1974.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Pré-Escolar. *Boletins nºs 1 a 10*. Brasília, 1975.
- _____, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Ensino Fundamental. *Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil*. Brasília, APEX. 1975
- _____, Ministério da Educação e Cultura, DEF. *Atendimento ao Pré-Escolar I: Educação e Psicologia*. Brasília. Cen-

- tro Gráfico. 1975.
- _____, Ministério da Educação e Cultura, DEF. *Atendimento ao Prê-Escolar II: Higiene, Saúde e Nutrição*. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.
- _____, MEC. DEF. Setor de Educação Prê-Escolar. *Educação Prê-Escolar*. Brasília. SAN - Artes Gráficas, 1975. 31p.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do En^sino de 1º e 2º Graus. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Educação Prê-Escolar: Princípios Metodológicos*. Rio de Janeiro, 1981 (mimeog.).
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do En^sino de 1º e 2º Graus. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL. *A Atuação do Mobreal no Programa Prê-Escolar*, Rio de Janeiro, Gráfica do Mobreal, 1981. (mimeog.) p. 1.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do En^sino de 1º e 2º Graus. *Legislação e Normas da Educação Prê-Escolar*. Brasília, SAN, 1979. p. 26.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *Diretrizes de Atuação do Mobreal*. Brasília, Coordenadoria de Ação Social, 1982.
- _____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *Programa Nacional de Educação Prê-Escolar*. Brasília. Coordenadoria de Comunicação Social, 1981.
- _____, MEC. INEP. CBPE. Melhoria do Rendimento do Ensino no 1º Ano. *Publicações Série VIII, Pesquisas e Monografias*. Vol. VII. Rio de Janeiro. Editora do Livro, 1971, 71 p.
- _____, OMEP. *Relatos de Experiências em Laboratório*. 6 a 11 de julho, mimeografado, 1980.
- BUHLER, Charlottle. *O Professor, o Aluno e seus Problemas*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.
- CADERNOS DE PESQUISA (Revista de Estudos e Pesquisas em Educação). São Paulo, nº 42, agosto, 1982.
- CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*. Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- CHAVES, Nelson. Nutrição e Encéfalo. *Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana*. Washington, 71(1):21-23, 1971.

- CHAVES, Nelson. Recife, 1973. In: *Diagnóstico Preliminar da Educação Prê-Escolar no Brasil*. Brasília, APEX. 1975.
- CONGRESSO Brasileiro de Educação Prê-Escolar, OMEP. *Educação Fundamental - A Educação da Criança Menor de 7 anos*. Brasília (mimeog.), 1980.
- CRAVIOTTO, Joaquim. La Desnutrición Proteico - Colórica y el Desavolho Psicológico del Niño. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*. Washington, 41(4):285.306 - 1966.
- CUNHA, Luiz A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1978, 293 p.
- DEWEY, John. A Criança e o Programa Escolar. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 157-191.
- DUTRA, Ângela Valadares. *A Formação do Professor em Escolas Normais: um Estudo Avaliativo*. Rio de Janeiro, IESAE - FGV/INEP - MEC, 1979. Pesquisa (mimeog.) p. 24.
- DUTRA, Ângela Valadares (coordenadora). *Estudos das Instituições de Atendimento ao Prê-Escolar, na Perspectiva de seus Objetivos e Recursos Humanos*.
- FERRARI, Alceu R. & GASPARY, Lúcia B. V. Distribuição de Oportunidades de Educação Prê-Escolar no Brasil. *Educação e Sociedade*. SP, UNICAMP/Cortez & Moraes, ano II, nº 5, Janeiro, 1980. p. 65.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo. EDART, 1978, 135 p.
- GANDRA, Yaro Ribeiro. Assistência Alimentária por Médio de Centros de Educação y Alimentación del Preescolar. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*. Washington: 74(4):302-314 - abril, 1973.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. O que é a Sociologia. São Paulo. DIFEL, 1979, 118 p.
- GOMES, Horieste. *Geografia Sócio-Econômica de Goiás*. São Paulo. EGRT, 1969, 124 p.
- KESSEL, Leo. Nossa Posição sobre a Educação Prê-Escolar. *Educação e Sociedade*. São Paulo: UNICAMP/Cortez & Moraes, ano I, nº 1, setembro, 1978, p. 110-114.
- KRAMER, Sônia. *A política do prê-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1982.
- LEBERT, S. Herimère. *L'Ecole Maternelle Française. Tendences*.

- ces. Paris. IGC, St. Étienne, nº 40, abril, 1976, p. 217 a 132.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Aspectos da Educação Prê-Primária*. Rio de Janeiro, Sylvio Romano, 1959.
- MANTEG, Guido & MORAIS, Maria. *A Economia Política Brasileira - 1964-1965. Cadernos do Presente*. Nº 1. São Paulo. Aparte, 1978, 56 p.
- MARCONDES, R. S. *Educação Sanitária em Nível Nacional*. São Paulo, 1968 (Tese de Doutorado - Faculdade de Higiene e Saúde Pública - USP).
- MARINHO, Heloisa. *Vida, Educação, Leitura. Método Natural de Alfabetização*. Rio de Janeiro. América, 1976, 115 p.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau. Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 146.
- NUNES, Edson de Oliveira (organizador). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978, 331 p.
- PATTO, Maria Helena. *Privação Cultural e Educação Prê-Primária*. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1977.
- PEREIRA, Lucia H. da Silva. *Educação Prê-Escolar: um Impasse Insuperável? Tecnologia Educacional*. Ano VI, nº 18, p. 4 a 7. Rio de Janeiro. ABT, 1977, 50 p.
- PIAGET, Jean et alii. *Educar para o futuro*. Rio de Janeiro, FGV. 1974, p. 51.
- PIAGET, Jean. *Para onde vai a Educação?* Tradução: Ivette Braga, 4a. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976, p.28
- POPPOVIC, Ana Maria. *Atitudes de Cognição do Marginalizado Cultural. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, INEP (57), abril/junho, 1972.
- RILEY, Clara M. D. & EPPS, Francis M. J. *Assistência al Niño Preescolar*. Buenos Ayres, Humanitas, 1970, 344 p. (pub. orig. inglês, 1967, tit. Head Start in Action).
- SAVIANI, Demerval. *Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. Educação Brasileira Contemporânea*.
- SILVA, Amil Therezinha Oliveira de Assis. *O Prê-Escolar no Município de Curitiba*. Subsídios para um diagnóstico. Rio de Janeiro, FGV, 1982. Tese de Mestrado, p. 11.
- SILVA, Eurides Brito da. *A Educação nos Primeiros Anos* -

- Uma Abordagem Operacional*. IV Congresso Brasileiro de Educação Prê-Escolar. Brasília, 6 a 11 de julho de 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é Privilégio*. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1975, 146 p.
- UNESCO - Relatório Final. *Reunião sobre Educação Prê-Escolar como 1a. Fase da Educação Permanente*. Paris, 1976. Mimeografado, 43 p.
- VITERI, Miguel T. *Educación para 1a. Salud*. Guayaquil. CI-MA, 1959, 161 p.

Dissertação apresentada aos Sr:

Nome dos Componente
da Banca Examinadora

Américo de Oliveira

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 01.08.83

Newton Lucena

Coordenador Geral de Ensino

[Assinatura]

Coordenadora Geral de Pesquisa